

Agostinho Ramalho Marques Neto

A CIÊNCIA DO DIREITO

Conceito, Objeto, Método

2ª EDIÇÃO

RENOVAR

Agostinho Ramalho Marques Neto

*Professor Universitário na área de Filosofia
Mestre em Ciências Jurídicas pela PUC/RJ*

A CIENCIA DO DIREITO: Conceito, Objeto, Método

2ª EDIÇÃO

RENOVAR
Rio de Janeiro. São Paulo
2001

Todos os direitos reservados à
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
MATRIZ: Rua da Assembleia, 10/2-421 - Centro - RJ
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
FILIAL RJ: Rua Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão - RJ - CEP: 20940-010
Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 / 3860-6199 - Fax: (21) 2589-1962
FILIAL SP: Rua Santo Amaro, 257-A - Bela Vista - SP - CEP: 01315-000
Tels.: (11) 3104-9951 / 3104-5849 / 3101-2046 / 3101-5885 - Fax: (11) 3105-0359
LIVRARIA CENTRO: Rua da Assembleia, 10 - loja E - Centro - RJ
CEP: 20011-901 - Tels.: (21) 2531-1316 / 2531-1338 - Fax: (21) 2531-1873
LIVRARIA IPANEMA: Rua Visconde de Pirajá, 273 - loja A - Ipanema - RJ
CEP: 22410-001 - Tel.: (21) 2287-4080 - Fax: (21) 2287-4888

www.editorarenovar.com.br renovar@editorarenovar.com.br
SAC: 0800-221863

Conselho Editorial

Arnaldo Lopes Süsskind — Presidente
Carlos Alberto Menezes Direito
Caio Tácito
Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.
Celso de Albuquerque Mello
Ricardo Pereira Lira
Ricardo Lobo Torres
Vicente de Paulo Barretto

Revisão Tipográfica
Josete Soares
Renato R. Carvalho

Capa
Julio Cesar Gomes

2ª tiragem: março de 2003

Editoração Eletrônica
TopTextos Edições Gráficas Ltda.

1343

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M357c	Marques Neto, Agostinho Ramalho A ciência do direito: conceito, objeto, método / Agostinho Ramalho Marques Neto — 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 273p.; 21cm. ISBN 85-7147-233-5. Inclui bibliografia I. Direito civil. Filosofia. I. Título.
-------	--

CDD-340.1

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Para Adriana, Allana e Adelana

“No domínio da ciência (...), cada um sabe que sua obra terá envelhecido daqui a dez, vinte ou cinquenta anos... É que toda obra científica “concluída” não tem outro sentido, a não ser o de fazer surgirem novas perguntas: ela pede, pois, para ser “ultrapassada”, e para envelhecer. Quem quer servir à ciência deve conformar-se com esta sorte.” (Max Weber)

NOTA DO AUTOR

“O texto deste livro foi originariamente escrito como requisito para o concurso público para ingresso na Carreira do Magistério no Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão, a que o autor se submeteu em 1981. A primeira edição, sob o título *A Ciência do Direito: Conceito, Objeto, Método*, foi publicada em 1982 pela Editora Forense. Em 1990, essa mesma editora publicou a segunda edição, modificando-lhe entretanto o título, por razões vinculadas à comercialização do livro, para *Introdução ao Estudo do Direito: Conceito, Objeto, Método*. Ambas essas edições há muito se encontram esgotadas. Sai agora a terceira edição, trazendo de volta o seu original e verdadeiro título, mais condizente com o conteúdo do trabalho. A atual edição é de responsabilidade da Editora Renovar, que já tem tradição na publicação de trabalhos em que o Direito é estudado a partir de um enfoque crítico que o refere às suas condições de produção simbólicas e sócio-históricas. Com esta nova edição, o livro está novamente próximo de seu público: todos aqueles que mantêm aberta a insistência de uma postura problematizadora perante o Direito e sua inserção na sociedade”.

(O Autor)

APRESENTAÇÃO

A necessidade de estudar o Direito através de enfoques científicos, que o comprometam efetivamente com a realidade social em que ele se gera e se transforma, é de suma importância, e tem preocupado todos aqueles que de algum modo lidam com o fenômeno jurídico e não são desprovidos de um mínimo de consciência crítica. O Direito, como ainda hoje é concebido de uma maneira generalizada, isto é, como um simples sistema normativo, tem falhado continuamente na consecução de seus objetivos últimos, que são a justiça e a paz social vivenciadas dentro de uma estrutura sócio-econômica que consagre, em termos concretos, a igualdade dos cidadãos, sem prejuízo de sua liberdade. As diversas ordens jurídicas têm tardado em dar respostas adequadas às mais legítimas aspirações do meio social, e não raro procuram sufocá-las quando vêem nelas um perigo potencial para a estrutura do poder estabelecido. As normas jurídicas produzidas pelo Estado freqüentemente servem aos interesses das classes socialmente dominantes, em prejuízo dos contingentes mais numerosos da população. Além disso, a elaboração normativa tem sido tradicionalmente feita com base em critérios lógico-formais, ficando o conteúdo social disciplinado pela norma - o qual constitui a matéria por excelência do Direito - relegado a um segundo plano, quando não puramente ignorado.

Esse sistema de construção jurídica implica num distanciamento da norma em relação à realidade social que é o seu conteúdo. Divorciado da realidade social, o Direito passa a buscar sua eficácia em princípios intangíveis formulados a priori, além de qualquer experiência, ou atribui à norma o poder quase miraculoso de validar-se por si mesma. Quanto mais dissociados das condições concretas da existência social, tanto mais os princípios jurídicos tendem a ser afirmados dogmaticamente, como se constituíssem verdades absolutas e inquestionáveis, válidas agora e sempre, porque superiores ao desenvolvimento da história humana. Daí o triunfo do dogmatismo, que tradicionalmente tem caracterizado a formação do jurista, impedindo-o de posicionar-se criticamente na tarefa de superação dos problemas e conflitos sociais, e fazendo-o ver nas normas vigentes as únicas realidades jurídicas dignas de seu estudo e atenção. Desse modo, aliena-se o jurista, como se aliena também o próprio Direito, que passa simplesmente a afirmar suas verdades como válidas, independentemente de qualquer confronto com a realidade, como se constituíssem autênticos dogmas de fé.

O presente trabalho consiste numa tentativa de apontar caminhos alternativos que visem a superar esse lamentável estado de coisas. Não é mais admissível que o Direito - a mais antiga das ciências sociais - seja paradoxalmente a que mais dificuldades encontra, ainda hoje, para estabelecer seu estatuto científico. Urge que se definam alternativas teóricas e

práticas que despertem o Direito do “sono dogmático” em que há séculos ele está mergulhado, e que possibilitem ao jurista assumir um compromisso mais efetivo, mais participante e sobretudo mais crítico perante o processo de desenvolvimento social. Entendemos que a aplicação dos princípios das modernas epistemologias dialéticas ao estudo do Direito - respeitadas, é claro, suas especificidades - pode produzir resultados tão fecundos como os obtidos em outras disciplinas científicas, onde tais princípios têm sido empregados com êxito. No caso particular da ciência do Direito, essa aplicação nos parece extremamente adequada, visto que a dialética é antidogmática por excelência e, em virtude disso, pode colaborar decisivamente para a elaboração de um Direito visceralmente comprometido com as realidades e aspirações da sociedade.

Como a aplicação dos princípios dialéticos aos estudos jurídicos ainda constitui antes exceção que regra nos domínios de nossa disciplina, não pudemos deixar de elaborar uma síntese de tais princípios, confrontando-os com as proposições epistemológicas das principais correntes empiristas e racionalistas. Essa necessidade nos obrigou a deixar para o Capítulo IV o enfoque propriamente dialético do universo jurídico, pois julgamos oportuno preparar o terreno, situando inicialmente o Direito dentro das características globais que presidem o ato de conhecer cientificamente. Dessa maneira, dedicamos o Capítulo I a uma abordagem do processo de elaboração do conhecimento de um modo geral. No Capítulo II, discutimos o sentido da atividade científica, considerada sob um prisma dialético. No Capítulo III, enfocamos as ciências sociais, dentro das condições espaço-temporais concretas em que elas se realizam. Finalmente, no Capítulo IV, tentamos demonstrar a viabilidade e as vantagens da aplicação da dialética à ciência do Direito, tanto em seus aspectos teóricos e metodológicos quanto práticos.

A abordagem dos aspectos gerais de uma elaboração científica sob a ótica dialética, que não pudemos deixar de fazer, talvez produza, à primeira vista, a impressão de que nos desviamos um pouco de nosso tema específico. Mas uma leitura atenta do presente trabalho com certeza logo dissipará tal impressão, pois a ciência jurídica não pode ter a pretensão de fazer sentido por si mesma, como se constituísse uma área estanque no campo do conhecimento, nem pode ficar simplesmente alheia às novidades teóricas e metodológicas das demais ciências, sobretudo quando estas têm produzido tão fecundos resultados.

PREFÁCIO

Agostinho Ramalho Marques Neto paga, neste livro, as promessas do talento, que, desde a sua dissertação de mestrado, na PUC-Rio, já indicava o rumo duma vocação para os estudos sociológico-filosófico-jurídicos. É considerável – e, dada a mocidade do autor, até surpreendente – o lastro de cultura, em que se arrima. Nele, mantém-se o que há de vivo e não-alienado na tradição humanista, atualizada à luz duma ardente preocupação com a problemática social do nosso tempo. Também no caso deste jovem professor maranhense, la valeur n’attend pas le nombre des années; e isto, com tudo o que denota e conota o termo valeur, no amálgama de caráter e inteligência, desassombro e lucidez.

A influência da metodologia, que foi apanágio da universidade carioca onde iniciou o roteiro pós-graduado, não chegou felizmente a contaminar o moço progressista com aquele empirismo americanizado, que por lá vicejou, em certas alas. Permaneceu, tão-só, o vínculo mais útil com a epistemologia francesa, difundida, principalmente, nas importantes contribuições do erudito Japiassu. Este primeiro influxo constituiu, decerto, uma vantagem para Agostinho, embora a ele se deva igualmente o leve traço de idealismo, observável nos primeiros capítulos do livro ora publicado. De toda sorte, Agostinho segue na direção, crescentemente enfatizada, do posicionamento crítico e dialético.

Aliás, a discreta presença de remanescentes idealistas, na parte inicial do volume, não impede que as disquisições gnosiológicas e epistemológicas fluam, elegantemente, ofereçam um razoável antídoto às formas de pensar em “portinglês” (que são a praga atual de muitos setores da nossa vida científica) e tragam ao estudante brasileiro uma informação relevante sobre figuras e correntes descuradas por nossos PhDs e seus desavisados êmulos. Superar, dialeticamente, não é, de nenhum modo, destruir, mas transcender as limitações dos pontos de vista redutores.

Não menos importantes e muito mais enfiados são os capítulos sobre a História das Idéias Jurídicas. Nestes, apesar de todas as dificuldades naturais – pois a síntese de tão vasto panorama é quase tarefa de Sísifo –, relevam-se, admiravelmente, a agilidade e clareza que fazem de Agostinho um dos nossos melhores professores de Introdução ao Direito. Algumas omissões e imprecisões fatais não comprometem a resenha, que atrai inclusive o especialista, pelo engenho, agudeza e, não raro, a originalidade na abordagem, exposição e crítica dos autores focalizados. Ali há muitas sugestões preciosas, também para os colegas docentes. Ademais, o trabalho, em seu conjunto, fornece elementos desmitificadores, de que

tanto necessita o estudante, a fim de romper o véu das ideologias e encarar o Direito em perspectiva não dogmática, nem “metafísica”, mas tampouco presa a infecundos mecanicismos de infra-estrutura.

No que tange às conclusões, tenho a louvar, principalmente, a tentativa de absorver a pluralidade de ordenamentos com vista à dialética de classes e grupos, que torna o fenômeno jurídico algo muito mais complexo do que supõe a ótica positivista, com fulcro exclusivo nas normas estatais. Ficam assinalados os pontos básicos dum projeto a desenvolver, em que o Direito, não castrado, procura a Teoria da Justiça, enquanto Justiça Social. Assim se evita a esterilidade das propostas, seja do positivismo dogmático, seja do iusnaturalismo idealista e conservador, seja dum materialismo histórico mecanicista e simplista, que Sartre chamou de “preguiçoso”. Desta forma também se abre caminho, no pensamento jurídico, à conscientização e engajamento dos juristas, enquanto juristas e segundo o apelo dum socialismo autêntico – isto é, democrático, e não autocrático-burocrata.

Se eu quisesse catar pulgas, poderia glosar, cá e lá, no texto de Agostinho, os pontos discutíveis, que, em todo caso, não desmerecem o alto nível da obra e que o próprio autor há de rever, não tenho dúvida, noutras etapas de sua já esplêndida evolução. O fato é que li com prazer e proveito este livro, que considero um acréscimo importante à nossa bibliografia, geralmente tão pobre ou tão alienada, no setor que cultiva magnificamente o colega de São Luís.

Agostinho acentua a nossa afinidade, na busca duma visão crítica e totalizadora do Direito, que lhe devolva a dignidade real dum instrumento libertador, e não de mera e crua dominação, visceralmente iníqua. De bom grado confirmo essa inspiração e saúdo o aparecimento da obra, como reforço eminente à pregação que dá sentido e entusiasmo renovadores aos meus próprios escritos.

Num meio como o nosso, em que ainda predominam as falsas alternativas de tomar o Direito (estatal) como dogma ou enganchar os direitos (humanos) em cediços iurisnaturalismos idealistas, medra entre os cultores mais avançados, de outras ciências sociais, um ceticismo anarquista, quanto ao valor e futuro da teoria e prática jurídicas. Daí o perigoso equívoco de ver o lado positivo da elaboração do Direito (na dialética da libertação) como uma coisa não-jurídica; e, conseqüentemente, o risco de assim favorecer o errado culto dos “socialismos” ditatoriais e prepotentes.

É preciso notar, entretanto, que já vai nascendo a Nova Escola Jurídica Brasileira. E dentro desta perspectiva é que desejo acolher os esforços construtivos de Agostinho, com toda a admiração e simpatia que merecem. Ele vem juntar-se aos pioneiros cujas aquisições

tenho aplaudido. Basta mencionar, exemplificativamente, Roberto Santos e Ronaldo Barata, no Pará; José Geraldo de Sousa Junior e Alayde Sant'Ana, em Brasília; Sérgio Ferraz, no Rio de Janeiro e no Paraná; Tarso Genro, no Rio Grande do Sul; com os discípulos nacionais mais ousados de Luís Alberto Warat, em Santa Catarina (onde este notável mestre argentino centraliza a sua importante ação cultural); com aqueles pesquisadores estimulados pela produção e dinamismo de Joaquim Falcão, em Pernambuco e noutros Estados, por onde se derrama a sua atividade; com as bênçãos egrégias do insigne Raymundo Faoro, que acrescenta as sutis e densas contribuições próprias ao rol de ensaios inovadores; com os áureos suplementos da eminentíssima colega-filósofa, Marilena Chauí, nas suas preocupações mais recentes com a teoria jurídica; com a presença de observadores simpatizantes e participantes do gabarito incomum de José Eduardo Faria, em São Paulo, e Nelson Saldanha, no Recife, dois liberais avançados cujas obras revelam características progressistas bem definidas; com todo o pugilo reluzente, que não cito, em lista completa, apenas por falta de espaço, e não de nomes. Não exagero ao falar em Nova Escola Jurídica Brasileira.

Recebo, nela, o ilustre colega do Maranhão, e assim o faço, muito fraternalmente, não como líder, que não sou, por delegação ou pretensão, mas como uma espécie de jardineiro, que há mais de 30 anos vinha cultivando a mesma terra fecunda e que se rejubila, ao ver como outras mãos, mais hábeis e mais fortes, a conduzem a tão bela e tão reconfortante floração.

SUMÁRIO

<i>Nota do autor</i>	5
Apresentação	6
Prefácio	8
Capítulo I - O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO	12
Capítulo II - O CONHECIMENTO CIENTÍFICO	38
Capítulo III - AS CIÊNCIAS SOCIAIS	66
Capítulo IV - A CIÊNCIA DO DIREITO	88
CONCLUSÃO.....	152
Bibliografia Consultada.....	155
Índice da Matéria	161

Capítulo I

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO

“A consciência humana é “reflexo” e ao mesmo tempo “projeção”; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa.” (KAREL KOSIK, Dialética do Concreto p. 26.)

No estudo de qualquer ramo das ciências, é de fundamental importância a compreensão do processo de formação do conhecimento. **O conhecimento é indiscutivelmente um fato:¹ não nos é possível duvidar de sua existência embora possamos questionar-lhe a validade, a objetividade ou o grau de precisão.** Em qualquer sociedade humana, a presença do conhecimento é uma constante. Em certas sociedades, ele assume formas ainda rudimentares – empiria imediata, conhecimento mítico, mágico –; em outras, atinge graus mais elevados de elaboração – conhecimento artístico, religioso, ético, filosófico, científico. Sociedades há em que não se registram determinadas formas de conhecimento, sobretudo o científico e o filosófico. Em outras, as diversas formas de conhecimento coexistem, com eventual predominância de uma ou de várias no decorrer de seu processo histórico.

A história do homem pode resumir-se, em grande parte, na luta por aprimorar seus conhecimentos sobre a natureza, sobre a sociedade em que vive e sobre si próprio, bem como por aplicar praticamente tais conhecimentos para aperfeiçoar suas condições de vida. A história do conhecimento é, portanto, um permanente processo de retificação e superação de conceitos, explicações, teorias, técnicas e modos de pensar, agir e fazer.

Essas ponderações preliminares deixam patente a necessidade que temos de **iniciar este trabalho com uma reflexão sobre o conhecimento.** Afinal, nosso tema específico – a ciência do Direito – constitui uma das muitas formas de conhecer, e, para compreendê-lo com certo grau de profundidade, precisamos mergulhar na própria gênese do processo de conhecimento de um modo geral e do conhecimento científico em particular. Este último será o objeto do Capítulo II.

Não é fácil a tarefa a que ora nos entregamos. As características do conhecimento, suas raízes e seu processo de elaboração e aprimoramento são estudados sob perspectivas bem diferentes - e às vezes até mesmo opostas - pelos diversos pensadores que se têm ocupado deste assunto. **O ponto central da discussão reside no binômio sujeito-objeto:** suas relações, o

papel que cada um desempenha na elaboração do conhecimento e a própria conceituação desses elementos. Diante da multiplicidade de pontos de vista sob os quais a Teoria do Conhecimento aborda o problema da relação entre sujeito e objeto, que é o ponto de partida para qualquer compreensão do conhecimento,² tentaremos assumir uma postura essencialmente crítica. Para tanto, precisaremos descer até à gênese do ato de conhecer,³ questionando os princípios fundamentais das duas grandes correntes que tradicionalmente têm debatido o problema – o empirismo e o racionalismo – e focalizando a posição da moderna dialética, que supera tal problema e constitui o ponto de referência de todo este trabalho.

1. Empirismo

A principal característica do empirismo, desde a forma mais radical representada pelo positivismo de AUGUSTE COMTE (1798-1857) e seus seguidores⁴ até a forma mais moderada do empirismo lógico do Circulo de Viena,⁵ consiste na suposição de que o conhecimento nasce do objeto.⁶ Ao sujeito caberia desempenhar o papel de uma câmara fotográfica: registrar e descrever o objeto tal como ele é. O vetor epistemológico, para o empirismo, vai do real (objeto) para o racional (sujeito). O objeto é transparente: apresenta-se ao sujeito como é na realidade. A este último basta estar convenientemente preparado para captar o objeto em sua essência; basta-lhe, em outras palavras, saber ver. O momento do conhecimento é, pois, o da constatação, do contato do sujeito com o objeto.

A posição inicial do positivismo sustenta que toda proposição não verificável empiricamente é metafísica ou seja, não tem sentido. Tal suposição foi posteriormente retificada em parte por correntes neopositivistas, sobretudo o positivismo lógico, que considera a verificabilidade empírica em princípio, isto é, qualquer proposição que aspire a ser verdadeira não pode afastar, de princípio, a possibilidade de sua comprovação empírica. Ambas essas posições, em essência, sustentam a mesma concepção: o vetor epistemológico continua partindo do real. Este é que, por assim dizer, dará a última palavra,⁷ quer como fonte imediata de todo conhecimento, quer como fator de comprovação na validade do ato de conhecer. Em síntese, a idéia de confirmação pela realidade, nessas duas correntes, tanto pode traduzir uma “confirmação efetiva ou em ato”, como uma simples “confirmação de princípio ou potencial”.⁸ Mas o real o dado, o empírico, é que constitui a base da comprovação de todo conhecimento. A preocupação fundamental do empirismo, em qualquer de suas correntes, consiste pois “em reduzir todo o conteúdo do conhecimento a determinações observáveis”.⁹

HILTON JAPIASSU aponta quatro princípios básicos do empirismo,¹⁰ que a seguir sintetizaremos:

a) Não podemos dispor de uma experiência inteiramente independente da experiência sensível,¹¹ ou seja, não é possível existir uma intuição intelectual pura.¹² Este princípio não nega a possibilidade de haver experiências não vinculadas à percepção, mas recusa a tais experiências a possibilidade de traduzirem um conhecimento correspondente às normas científicas clássicas.

b) Através da experiência, só podemos atingir o singular, as constatações sensíveis. Mas, graças a operações intelectuais descritas pela lógica e expressas pela linguagem, podemos evidenciar, na massa do que é constatável, certas regularidades, isto é, podemos estabelecer ligações sistemáticas que nos permitam constituir, progressivamente, um saber de tipo universal. O papel da lógica seria assim apenas operacional, pois o conteúdo real do conhecimento permaneceria na experiência sensível.

c) O dado perceptivo já engloba um conteúdo de significação, que é captado na própria apreensão do sensível. Isto significa que podemos apreender, através dos conteúdos sensíveis, as formas inteligíveis por meio das quais eles se tornam acessíveis ao conhecimento e significantes para nós. Essas formas inteligíveis implicam numa atividade conceitualizada do pensamento. E através do conceito que o pensamento encontra aquilo que, na experiência sensível, pode dar-se a conhecer.

d) Se o pensamento conceitual nos dá acesso ao inteligível, não é como idéia pura, pois o conceito comporta uma referência à realidade empírica: através do inteligível, ele visa o sensível. Assim, o pensamento conceitual só tem validade enquanto possa ser restituído à coisa mesma que ele tem por função esclarecer. Em outras palavras, deve-se comprovar o juízo pela experiência, pois em si mesmo ele não comporta qualquer garantia de veracidade.

Esses quatro princípios patenteiam inequivocamente o **postulado básico do empirismo: conhecimento flui do objeto, refere-se especificamente a ele e só tem validade quando comprovável empiricamente**. O conhecimento é, por conseguinte, para o empirismo, uma descrição do objeto, tanto mais exata quanto melhor apontar as características reais deste.

2. Racionalismo

Ao contrário do empirismo, O **racionalismo coloca o fundamento do ato de conhecer no sujeito**. O objeto real constitui mero ponto de referência, quando não é praticamente ignorado, como geralmente ocorre na forma extrema do racionalismo, que é o

idealismo. O pensamento opera com idéias, e não com coisas concretas. O objeto do conhecimento é uma idéia construída pela razão. Isto não significa que o racionalismo, de um modo geral, ignore o objeto real, mas sim que parte do princípio de que “os fatos não são fontes de todos os conhecimentos e que, por si sós não nos oferece condições de “certeza””.¹³

LEIBNIZ (1646-1716), por exemplo, em sua obra *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, criticando o empirismo de LOCKE (1632-1704) sem assumir contudo um racionalismo extremado, distingue as verdades de fato das verdades de razão, que não se originam do fato, mas constituem condições de pensamento, necessárias até mesmo para conhecer o que está nos fatos: “Se a inteligência tem função ordenadora do material que os sentidos apreendem, é claro que a inteligência, por sua vez, não pode ser o resultado das sensações, não podendo ser concebida como uma “tabula rasa”, onde os sentidos vão registrando as impressões recebidas. A inteligência tem função e valor próprios, dotada de verdades que os fatos não explicam, porque antes condicionam o conhecimento empírico, o qual carece de “necessidade” e de “universalidade”: - “Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu; nisi intellectus ipse.”¹⁴ O ponto de vista de LEIBNIZ se vincula em grande parte ao pensamento de DESCARTES (1596-1650), considerado o fundador do racionalismo moderno, sobretudo no que se refere às idéias inatas a que alude este último, e que constituem a atribuição ao espírito de autonomia na elaboração das idéias.¹⁵

Uma forma moderada de racionalismo é constituída pelo chamado *intelectualismo*, que atribui à razão o papel de conferir validade lógico-universal ao conhecimento, embora sustente que este não pode ser concebido sem a experiência. Esta corrente tem pontos em comum com o *positivismo lógico*, embora com ele não se confunda. Com efeito, enquanto o positivismo lógico põe no real a fonte, ainda que a *posteriori*, da validade de todo conhecimento, mantendo-se portanto fiel às linhas gerais do empirismo, o intelectualismo confere à razão um papel mais alto: é dos dados sensoriais que ela extrai os conceitos, mas eleva-os, por um processo de generalização e abstração peculiar ao próprio intelecto, ao nível de uma pura validade racional, tão afastada do objeto que com ele não pode confundir-se. O intelectualismo caracteriza-se, pois, por *racionalizar a realidade*, concebendo-a como se contivesse, em si mesma, as verdades universais que a razão capta e decifra.¹⁶

O *idealismo* constitui o ponto extremo do racionalismo. Para o idealista,¹⁷ o conhecimento nasce e se esgota no sujeito, como idéia pura. O objeto real ou é posto em posição completamente secundária, ou lhe é simplesmente negada qualquer importância, como se ele não existisse ou constituísse mera *ilusão* do espírito. Criticando o radicalismo das

posições idealistas, LEFEBVRE observa que “muitos metafísicos raciocinam do seguinte modo: “O sujeito do conhecimento, o ser humano, é um indivíduo consciente, um eu; que é um eu? É um ser consciente de si e, portanto, fechado em si mesmo. Nele, não pode haver senão estados subjetivos, estados de consciência. Como poderia sair de si mesmo, transportar-se para fora de si a fim de conhecer uma coisa diversa de si? O objeto, caso exista, está fora do seu alcance. O pretense conhecimento dos objetos, a própria existência destes, não são mais que uma ilusão (...).”¹⁸ A tese fundamental do idealismo é a de que “não conhecemos coisas, mas sim representações de coisas ou as coisas enquanto representadas.”¹⁹ Isto não implica necessariamente numa negação do real, mas na concepção de que nos é impossível conhecer as coisas tal como elas são em si mesmas. Esta é a posição moderna do idealismo, a partir de DESCARTES e sobretudo das novas concepções que o criticismo kantiano – que adiante sintetizaremos – lhe introduziu. Esta posição é inovadora em relação ao idealismo antigo, representado principalmente por PLATÃO (427-347 a.C.), pois este não coloca as idéias como momento do processo cognitivo, mas considera-as como essências existentes, isto é, como a própria realidade verdadeira, “da qual seriam meras cópias imperfeitas as realidades sensíveis, válidas não em si mesmas, mas enquanto participam do ser essencial”.²⁰

O idealismo moderno apresenta uma vertente *lógica* (idealismo objetivo), segundo a qual tudo se reduz a um complexo de juízos, afirmações ou negações, de tal maneira que ser não é senão idéia (ser é ser pensado); e uma vertente psicológica (idealismo subjetivo), segundo a qual toda a realidade está contida na consciência do sujeito de tal sorte que ser é ser percebido (*esse est percipi*), no dizer de BERKELEY (1685-1753), o que implica na afirmação de que as coisas não têm existência independente de nosso pensamento.²¹

Não podemos deixar de tecer aqui breves considerações sobre o criticismo de KANT (1724-1804). O criticismo, partindo da correlação sujeito-objeto no ato de conhecer, tenta superar e sintetizar os pontos de vista contraditórios do empirismo e do idealismo. São aceitos e refutados princípios de ambas essas correntes, mediante uma análise dos pressupostos do conhecimento. Determinando os *a priori* das condições lógicas do conhecimento, KANT “declara, em primeiro lugar, que o conhecimento não pode prescindir da experiência, a qual fornece o material cognoscível, e nesse ponto coincide com o empirismo (não há conhecimento sem intuição sensível); por outro lado, sustenta que o conhecimento de base empírica não pode prescindir de elementos racionais, tanto assim que só adquire validade universal quando os dados sensoriais são ordenados pela razão: - “os conceitos, diz KANT, sem as intuições (sensíveis), são vazios; as intuições sem os conceitos são cegas”.²² Note-se que esta posição não é meramente conciliatória. De fato, foi KANT

quem primeiro situou o problema da não-separação entre o sujeito e o objeto no processo do conhecimento, ressaltando a importância não de cada um desses elementos tomados isoladamente como fazem o empirismo e o idealismo tradicionais, mas da relação que entre eles se processa no ato de conhecer. Não obstante, não podemos deixar de considerar KANT um racionalista, pois não só, para ele, o vetor epistemológico vai do racional para o real (a razão é que toma a iniciativa), como sobretudo porque, em sua filosofia, a razão, ordenadora da experiência, sempre antecede, lógica mas não cronologicamente, a experiência sensível. Em outras palavras, embora a origem do conhecimento resida sempre na experiência, teríamos que admitir a anterioridade lógica da razão, sem o que não seria possível o próprio contato entre o sujeito e o objeto. A razão desempenha, portanto, na filosofia kantiana, a função de um a priori do conhecimento, função aliás idêntica à que KANT atribui ao espaço e ao tempo, como veremos no item 2.1 do Capítulo III.

A *transcendentalidade* de que tanto se fala na filosofia de KANT consiste essencialmente na funcionalidade que ele vê na relação entre o sujeito e o objeto: a razão condiciona a experiência, mas é simultaneamente despertada por esta à consciência de si mesma. Conhecer é, por consequência, fazer a união entre os elementos materiais de ordem empírica e os elementos formais de ordem intelectual.²³ Se, no processo de conhecimento, a razão sempre condiciona a experiência, o conhecimento não pode deixar de ser uma adequação do objeto ao sujeito cognoscente, isto é, “uma subordinação do real à medida do humano”.²⁴ Não podemos conseqüentemente, possuir qualquer tipo de conhecimento absoluto sobre o que quer que seja, pois o sujeito constrói o conhecimento, mesmo ao nível elementar da sensação, e o constrói ativamente, pois só sentimos e percebemos nos limites de nossa capacidade. Isto significa, em outros termos, que o real, se não tem propriamente sua existência negada, é de tal forma inatingível, que não podemos esperar conhecê-lo em sua essência. Aí está o aspecto idealista do kantismo.

Por oportuno, e para finalizarmos a exposição das idéias de KANT sobre o problema do conhecimento, tratemos sucintamente da distinção que ele faz entre númeno e fenômeno. Númeno é a coisa em si mesma, na sua essência inatingível pelo espírito. Fenômeno é a aparência, a manifestação da coisa. Mas note-se que, para KANT, essa manifestação é da coisa como é em nós, isto é, envolvida pelas formas a priori de nossa subjetividade. Portanto, só podemos, segundo KANT, conhecer fenômenos, e apenas na medida em que estes possam ser apreendidos por nossa sensibilidade e ordenados pelo intelecto.

Objetivando romper com certos posicionamentos do fenomenalismo transcendental de KANT, surgiu, mais recentemente, a Escola Fenomenológica, também

denominada realismo crítico ou criticismo realístico, cujo vulto principal é o alemão HUSSERL (1859-1938). Embora reconhecendo certos elementos de validade no kantismo, esta escola repudia o exagerado formalismo kantiano e tenta estabelecer uma revalorização do objeto, apresentando também para este, como KANT o fez em relação ao sujeito, formas a priori que constituiriam o pressuposto no objeto e possibilitariam a experiência do conhecimento. Os fenomenalistas sustentam que há algo nos objetos que permite distingui-los, pois, se fossem indeterminados em si mesmos, não poderiam ser apreendidos pela razão, que evidentemente não produz objetos do nada. Reconhece-se, assim, a função criadora do sujeito, mas nega-se que esta seja absoluta na produção do conhecimento. Isto significa que há algo extrínseco ao pensamento, ao qual este se dirige “em uma “intencionalidade” que é traço essencial da consciência”.²⁵ O realismo crítico, portanto, não discorda do ponto de vista kantiano segundo o qual não nos é possível conhecer o númeno, mas apenas os fenômenos. Mas sustenta que estes possuem objetividade própria, que lhes é intrínseca e de modo algum se exaure em nossa sensibilidade ou em nosso intelecto. O fenomenalismo tem pontos em comum com o positivismo lógico, a ponto de o próprio HUSSERL ter reivindicado para si o mérito de ser o verdadeiro positivista.²⁶

Para encerrarmos este item, procedamos a uma breve síntese do pensamento de HEGEL (1770-1831) sobre o problema do conhecimento. HEGEL tentou superar a dualidade sujeito-objeto, concebendo a razão não de maneira abstrata, como KANT, dissociada dos dados empíricos, mas como uma síntese a priori do próprio processo cognitivo, procedendo assim a uma autêntica fusão entre o real e o racional. A afirmação de HEGEL, segundo a qual “o que é real é racional e o que é racional é real”,²⁷ configura uma síntese do processo mesmo de conhecimento, operando verdadeira fusão entre o eu e o não-eu, bem dentro dos moldes da trilogia que caracteriza a dialética idealista hegeliana: tese, antítese e síntese. A identidade entre o ser e o pensamento (nada pode ser fora do pensamento) é a marca característica do idealismo acentuado da filosofia de HEGEL.

A exposição – conquanto breve e, por isso mesmo, um tanto superficial –, que acabamos de fazer dos pontos de vista de diversos pensadores empiristas e racionalistas, nos parece essencial dentro da forma como foi concebido o presente trabalho. Muitos desses pontos de vista serão retomados, já então numa perspectiva mais crítica, a partir do item 3 deste capítulo. Afinal, as correntes dialéticas que, como já frisamos, constituem o nosso referencial epistemológico, se assentam precisamente sobre a velha oposição entre o empirismo e o racionalismo.

3. Crítica ao empirismo e ao racionalismo: a dialética

É a partir de uma crítica ao empirismo e ao racionalismo que se constituem as modernas epistemologias dialéticas.²⁸ Essa crítica atinge o âmago mesmo do problema do conhecimento, atacando os pressupostos fundamentais, quer do empirismo, quer do racionalismo, sobretudo nas suas formas extremas, representadas pelo positivismo e pelo idealismo. Não se trata contudo, de uma crítica radical, cega às contribuições positivas que essas diversas correntes efetivamente prestaram à Teoria do Conhecimento.

As epistemologias dialéticas vêem sob um enfoque novo o problema da relação entre o sujeito e o objeto. Para tanto, rompem com a concepção *metafísica*, tanto do empirismo como do idealismo, segundo a qual o sujeito cognoscente é separado, por alguma fronteira obscura e misteriosa, do objeto real que é *conhecido*.²⁹ Para a dialética, o importante é a própria *relação*,³⁰ tomada não exatamente em seu sentido abstrato e genérico, mas a relação concreta que efetivamente ocorre dentro do processo histórico do ato de conhecer. Ela busca, assim, tomar consciência das condições reais do ato cognitivo, *dentro do processo de sua elaboração*. Toda pesquisa criadora é um trabalho de construção de conhecimentos novos, mas uma construção ativa, engajada, e não uma simples captação passiva da realidade, porque o conhecimento não pode ser puro reflexo do real como querem os positivistas.³²

Para dar maior clareza a esta exposição, é preciso mencionar agora a distinção que as epistemologias dialéticas fazem entre objeto real e objeto de conhecimento. O objeto real é a coisa existente independentemente de nosso pensamento, quer considerada em si mesma (o *númeno* de KANT), quer através de suas manifestações concretas (o *fenômeno*). Já o objeto de conhecimento é o objeto tal com o conhecemos, isto é o objeto construído sobre o qual se estabelecem os processos cognitivos (filosóficos, científicos, artísticos etc.). Por isso, o ato de conhecer é necessariamente um ato de construir, ou dizendo melhor, de reconstruir, de aprimorar os conhecimentos anteriores. O conhecimento como processo de retificação de verdades estabelecidas, tornando menor o erro anterior, é um dos pontos centrais da epistemologia contemporânea, especialmente no pensamento de GASTON BACHELARD (1884-1962), cujas linhas principais esboçaremos no item 3.2 deste capítulo.

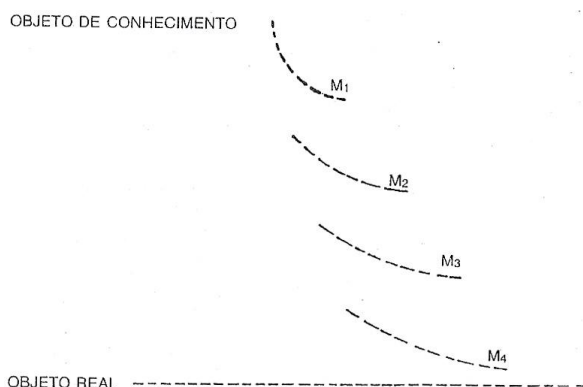
O processo de reconstrução é inerente ao ato cognitivo: o sujeito não vai *em branco* observar o objeto. *Quem não sabe não pesquisa*. Ele leva consigo todo um conhecimento já acumulado historicamente e tenta superá-lo para construir conhecimentos novos. E mais: se é sobre o objeto de conhecimento que recaem todas as pesquisas, é claro que o *sujeito constrói seu próprio objeto*. A preocupação do pesquisador, antes de ser real é

teórica. Os *dados* que ele coleta e procura explicar não são absolutamente puros, porque obtidos em função do referencial teórico e metodológico que norteia toda a sua pesquisa. É por isso que os epistemológicos dialéticos costumam sustentar que o *dado não é dado: é construído*. E justamente porque construído, é essencialmente *retificável*. Todas as *verdades*, inclusive as científicas, são aproximadas e relativas; são parcialmente verdade e parcialmente erro. A dialética destrói, desta maneira, um dos mitos do positivismo: o mito do *cientificismo*, (v.cap. III item 2.1.2), segundo o qual o conhecimento científico expressa verdades absolutas e inabaláveis e, por isso, constitui a forma válida por excelência de conhecer. Outro mito positivista que a dialética destrói, simultaneamente, é o da *neutralidade científica absoluta*, que retomaremos no item 2.1.2 do Capítulo II. Como pode ser absolutamente neutro o cientista, se observa o real à luz de um referencial teórico que, por sua vez, não é neutro, e se constrói, ele próprio, o seu objeto de conhecimento?

O objeto de conhecimento *tende* a identificar-se com o objeto real, sem nunca atingi-lo, todavia, em sua plenitude. A *objetividade* é um processo infinito de aproximação, tal como ocorre no paralelismo assintótico de LOBATSCHESKY (1793-1856).³³ Todo conhecimento, por ser retificável, é essencialmente *provisório*, porque, “sendo sempre limitado, parcial, o conhecimento é necessariamente menos rico e complexo do que a realidade a que se refere (...)”³⁴. Só poderíamos falar de conhecimentos definitivos, se o objeto de conhecimento correspondesse *exatamente* ao objeto real, ou seja, se fosse possível formular a equação $O.C = O.R$. Mas não possuímos meios que nos permitam verificar essa correspondência. *Todo dado* é uma resposta e, por isso mesmo, supõe uma pergunta, um método de indagação, que é teórico. O *que se pergunta* (teoria) e *como se pergunta* (método) influi decisivamente no tipo de resposta que se obtém. Todos os conceitos são teóricos, e não reais, embora se refiram à realidade.” (...) embora todo o esforço se dirija para o objeto, a relação que propicia o seu conhecimento se funda na teorização aceita no momento como dando conta dele, pelo menos parcialmente. No fundo, é a realidade que importa, *mas não é ela que comanda o processo da sua própria inteligibilidade*, (...) pois que o real que deverá fornecer a última palavra não é o real externo e concreto, mas o real que a própria teoria formulou”.³⁵ Isto não implica, de modo algum, na negação da realidade. O real existe em termos práticos. Quando vemos uma pedra, é efetivamente uma pedra que estamos vendo. Mas ao nível teórico, o conceito que fazemos, por mais elementar que seja, é sempre uma construção, não da *razão pura* evidentemente, mas da *razão combinada com a experiência*, da razão que participa ativamente da experiência e lhe acrescenta elementos teóricos, conceituais. Por serem o produto de um trabalho de construção, os conceitos *não atingem* a realidade, mas somente *se aproximam* dela. Evidentemente, o

conceito de pedra não é em si mesmo, uma pedra, mas uma representação, mais ou menos aproximada, de suas características.

Convém ressaltar que o processo de aproximação do objeto de conhecimento em relação ao objeto real não é de forma alguma *contínuo*, e muito menos *linear*. Ele se dá por cortes ou rupturas, cujos conceitos serão melhor explicitados no item 2 do Capítulo II. O conhecimento científico, por exemplo, não se constitui a partir do conhecimento comum, como uma simples sistematização deste. Na verdade, ele se elabora *contra* o conhecimento comum, rompendo com os pressupostos mesmos deste. Segundo a lição de BACHELARD, “(...) toda verdade nova nasce apesar da evidência, toda experiência nova nasce apesar da experiência imediata.”³⁶ Nos diversos momentos teóricos de uma ciência, igualmente, a aproximação não é linear. A física einsteiniana, por exemplo, não é uma continuação da física newtoniana, cujos elementos não contém, quer implícita, quer explicitamente. Pelo contrário: é um momento novo na ciência, que, para constituir-se, precisou romper com o sistema newtoniano de explicação então estabelecido. EINSINSTEIN (1879-1955) não lança NEWTON (1642-1727) fora da Física, mas limita, restringe a abrangência da validade de suas explicações, até então consideradas universais. Não há, portanto, continuidade entre esses dois momentos teóricos da Física, mas uma superposição, e superposição dialética, em que o segundo momento retifica o primeiro, sem com ele constituir propriamente uma síntese, ou seja, dá-se um processo dialético fora dos padrões idealistas hegelianos. **Esses exemplos nos parecem evidenciar o fato de que a acumulação de conhecimentos é uma acumulação por descontinuidade**, que não se traduz numa simples soma daquilo que hoje se sabe com o que ontem se sabia. Os novos conhecimentos de alguma forma rompem com os antigos, retificam-nos, acrescentam algo que eles não continham. Para ilustrarmos melhor as idéias apresentadas nos dois últimos parágrafos, elaboramos o gráfico apresentado na p. 18, o qual pretende oferecer uma visão, ainda que superficial, de como se opera o processo de aproximação entre o objeto de conhecimento e o objeto real, dentro de determinada relação cognitiva num campo qualquer do conhecimento.



O gráfico representa quatro momentos teóricos de aproximação entre um objeto de conhecimento qualquer e o objeto real a que ele se refere (M1 a M4). O encontro Q.C. – O.R. é uma simples *tendência*, não chegando realmente a efetivar-se. As linhas curvas indicam a evolução teórica do processo cognitivo dentro de cada um desses momentos. As *rupturas* estão representadas no salto que se opera durante a passagem de cada momento para o posterior. A *acumulação por descontinuidade* consiste na absorção, em cada momento, dos conhecimentos anteriores que *permanecem*, ou seja, que não foram retificados, ou foram apenas limitados, os quais se juntam aos conhecimentos novos.³⁷ Cada um desses momentos é construído e, por isso mesmo, passível de retificação. Nenhum deles é definitivo, pois todos contém uma margem maior ou menor erro. O gráfico traduz apenas imperfeitamente como se dá o processo de aproximação entre a razão e o real. Pode ocorrer, por exemplo, que determinado momento do objeto de conhecimento represente um autêntico retrocesso em relação ao momento anterior, distanciando-se, ainda mais do que este, do objeto real. Tal fato, todavia, não é muito comum na história do conhecimento, sobretudo do conhecimento científico. Quando uma teoria retrocede em relação à anterior, seus partidários geralmente não se dão conta disso. Podem até julgá-la um avanço. É preciso que se rompa, através da crítica, com essa teoria para que, numa visão retrospectiva, sejam apontadas e superadas suas falhas.

Acabamos de proceder a uma síntese do moderno pensamento dialético naquilo que constitui os seus pontos capitais. Esse pensamento se opõe, de muitas maneiras, aos posicionamentos do empirismo e do racionalismo tradicionais no que tange à compreensão do ato de conhecer. Tentaremos, a seguir, esboçar os principais pontos em que a dialética rompe com essas correntes, ao mesmo tempo em que procuraremos indicar os princípios delas que ainda se mantêm.

O defeito principal das diversas correntes *empiristas*, especialmente do *positivismo*, é a crença de que o sujeito simplesmente capta as características do objeto, “quando na realidade elas só são encontráveis neste objeto por efeito da ideologia que as nomeia em seu discurso”.³⁸ Por oportuno, convém salientar que todo conhecimento encerra um substrato ideológico, implícito no processo mesmo de sua construção conceitual (v. item 2.1.2 do Capítulo II). A crença empirista a que acima aludimos representa a convicção metafísica de que toda a verdade está contida no objeto, ignorando que o conhecimento é essencialmente obra humana.³⁹ É por isso que PIAGET (1896-1980) considera o positivismo como uma *doutrina fechada*.⁴⁰ Simplificando exageradamente o problema do conhecimento, reduzindo-o ao objeto, o positivismo subestima a importância do sujeito. O positivismo lógico, no fundo, faz a mesma coisa: se é na base empírica que ele coloca a validade de todo

conhecimento, que diferença faz, afinal, se a comprovação se dá no ato da experiência ou posteriormente a ela? O empirismo, em suas diversas correntes, pouco acrescenta a Teoria do Conhecimento, podendo-se ressaltar apenas a tentativa, ainda que tímida, do neopositivismo no sentido de propor uma revalorização do papel do sujeito.

O *racionalismo*, por sua vez, quer na sua feição clássica, quer na forma radical representada pelas correntes idealistas, também aborda metafisicamente o problema do conhecimento, concentrando-o no sujeito, que não passa de um dos termos da relação cognitiva. O próprio intelectualismo, que tenta ser um meio-termo entre o racionalismo e o empirismo, não escapa a essa regra, porquanto, ao tentar racionalizar a realidade, outra coisa não faz senão projetar no real as concepções da razão. O idealismo é o racionalismo metafísico por excelência: supervaloriza de tal forma o papel do sujeito, que chega praticamente a ignorar o do objeto⁴¹ e, o que é mais importante, ignora também a própria relação que entre eles se opera. O idealismo de KANT, segundo o qual não conhecemos as coisas, mas o que de nós colocamos nelas, e o de HEGEL, para quem o mundo real é a “encarnação de uma idéia eterna, que o espírito humano descobre e reencontra pouco a pouco, conquistando, por conseguinte, uma idéia verdadeira do mesmo”,⁴² apenas resolvem o conflito entre o empirismo e o idealismo a favor deste, sem superar porém a questão crucial da relação concreta entre sujeito e objeto. O *fenomenalismo* de HUSSERL, hoje tão difundido nos meios científicos e filosóficos, é, de todas as correntes racionalistas apresentadas no item 2, a que melhor enfoca o problema do conhecimento, fazendo inclusive a distinção entre objeto de conhecimento e objeto real, mas considerando que este só pode ser atingido através de suas manifestações ou fenômenos, e ignorando, portanto, que “compreender o fenômeno é atingir a essência”.⁴³

Tanto o empirismo como o idealismo são insuficientes para uma compreensão do problema cognitivo. Apesar de se apresentarem como correntes antagônicas, têm em comum o caráter metafísico de suas explicações e o fato de constituírem “momentos complementares do processo de universalização, mistificação e perda da historicidade dos dados do real”.⁴⁴

As *epistemologias dialéticas*, cujos princípios básicos esboçamos nas páginas anteriores, compreendem perfeitamente que “o mundo da realidade não é uma variante secularizada do paraíso, de um estado já realizado e fora do tempo; é um processo no curso do qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam a humanização do homem”.⁴⁵ A verdade é, pois, algo que se processa, se desenvolve e se realiza, porque a realidade humana se cria como união dialética entre sujeito e objeto. Por isso mesmo, por reconhecer a transitoriedade do conhecimento, a dialética, é o *antidogmatismo* por excelência: aberta inclusive ao questionamento de si mesma, tem mais o valor de uma tentativa que de um modelo.

A exposição genérica que fizemos sobre o que há de mais comum entre as correntes dialéticas evidencia o fato de que elas são antes *racionalistas* que empiristas. Com efeito, elas sustentam que o conhecimento se produz em *direção ao fato*, e não a partir deste. O vetor epistemológico vai, portanto, do racional ao real. É o racional que comanda o processo de inteligibilidade do real. Mas o racionalismo dialético é um racionalismo renovado, fecundo, que rompe com as explicações metafísicas tanto do apriorismo cartesiano como do empirismo baconiano. Não separando o sujeito do objeto, a dialética busca compreender o processo cognitivo no interior dele mesmo, e não fora dele ou sobre ele, como o fazem as explicações metafísicas tradicionais.

Apresentemos agora, finalizando este capítulo, um sucinto esboço das principais epistemologias dialéticas que norteiam a elaboração deste trabalho, focalizando-as apenas em seus aspectos específicos que as distinguem umas das outras.

3.1. Materialismo histórico

O materialismo histórico, cujo conteúdo filosófico e gnoseológico, que particularmente nos interessa aqui, está contido sobretudo nas obras de MARX (1818-1883) e ENGELS (1820-1895), representou a primeira tentativa verdadeiramente dialética (no sentido em que o termo é usado neste trabalho) de romper com as explicações metafísicas do empirismo e do idealismo.

Costuma-se dizer que MARX inverteu a dialética hegeliana, colocando-a com os pés no chão. Não é bem assim, porque não se pode obter um conhecimento verdadeiramente novo simplesmente invertendo o conteúdo ideológico do conhecimento antigo. Entre MARX e HEGEL há uma autêntica ruptura tanto no que tange aos fundamentos ideológicos do conhecimento como no que concerne à sua elaboração teórica e metodológica e, conseqüentemente, às suas aplicações práticas. Assim, MARX elabora um discurso científico novo que tenta responder a problemas também novos, inexistentes na problemática teórica anterior. Os novos conceitos que ele introduziu para redimensionar a ciência da História e, por via de conseqüência, as ciências sociais em geral (forças de produção, relações de produção etc.) “abrem um novo espaço epistemológico para uma teoria dos diferentes níveis da prática humana (prática política, prática ideológica, prática econômica, prática científica etc.) em suas articulações próprias fundadas sobre as articulações específicas da unidade de um modo de produção ou de uma formação social”.⁴⁶ Em outras palavras, isto significa que MARX substitui o conceito idealista e universal de prática “por uma concepção concreta das diferenças específicas, que permite situar cada prática particular nas

diferenças específicas da estrutura social”⁴⁷, o que vai muito além de uma mera inversão do pensamento hegeliano. “Contrariam ente a uma visão simplista das coisas, MARX não se contenta em “subverter” a problemática idealista de HEGEL no sentido de uma mudança na ordem dos fatores, a economia substituindo o Espírito. Esta subversão, já que a palavra é empregada, é uma reestruturação, uma recomposição do pensamento teórico. Dever-se-ia antes dizer que MARX muda de terreno, desloca o lugar da explicação. É o que pode legitimar a noção de corte epistemológico. Este distingue-se pelo fato de a produção teórica de MARX deixar de ser a continuação do pensamento que a precedeu, ainda que esta produção não seja historicamente possível senão por referência, por oposição a esse pensamento. MARX não “continua” a obra dos filósofos ou economistas a quem vulgarmente o ligam não melhora o pensamento econômico ou político: transforma-o.”⁴⁸

Apesar das contundentes críticas que apontam falhas existentes ou inexistentes na epistemologia de MARX,⁴⁹ não podemos negar-lhe o mérito de ter aberto caminho para as epistemologias dialéticas contemporâneas. Foi ele quem primeiro viu o método como parte do processo de elaboração teórica para a explicação do objeto (elevação do abstrato ao concreto), e não como um conjunto de procedimentos técnicos válidos em si mesmos; foi ele quem primeiro esboçou a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento e conceito de corte epistemológico, corte esse que o seu próprio pensamento representa em relação à tradicional teoria do conhecimento; foi ele, enfim, quem situou a problemática do processo cognitivo dentro das condições concretas em que o conhecimento se produz, valorizando o aspecto relacional no binômio sujeito-objeto. A importância do pensamento de MARX é tal, que podemos afirmar que o cientista social e o filósofo podem com ele concordar, ou dele discordar; não devem, contudo, ignorá-lo.

3.2. Epistemologia genética

A epistemologia genética, cujo vulto principal é JEAN PIAGET, parte do princípio de que o conhecimento deve ser analisado sob um ponto de vista dinâmico, ou seja, em sua formação e em seu processo de desenvolvimento, considerando-se tanto os fatores *sociogênicos*, relativos ao seu desenvolvimento histórico e à sua transmissão cultural, quanto os fatores *psicogênicos* concernentes à evolução das noções e estruturas operatórias dos indivíduos. É este último aspecto o mais relevante na obra de PIAGET, cujos estudos de psicologia genética representam rica fonte para a compreensão do processo cognitivo, sobretudo nas ciências sociais.

PIAGET recusa qualquer epistemologia que pretenda abordar o problema do conhecimento *a priori*, isto é, que se ponha *sobre ele*, e não *dentro* de seu processo de formação. Para isso, é preciso estudar os conhecimentos “em função de sua construção real, bem como considerar todo conhecimento como relativo a um certo nível do mecanismo desta construção”.⁵⁰ Para PIAGET, “a ação precede o pensamento (...), (que) consiste numa composição sempre mais rica e coerente das operações que prolongam as ações, interiorizando-as”.⁵¹ Mas só se compreende a ação dentro do pensamento, assim como só se compreende o sujeito em relação ao objeto e vice-versa, pois todos os conhecimentos resultam sempre de uma *construção*. Só, podemos adquirir conhecimentos *agindo* sobre os objetos, porque é nessa ação que o sujeito organiza o objeto e organiza também a si próprio. Para PIAGET, “nossos conhecimentos não provêm nem da sensação, nem da percepção somente, mas da ação inteira, da qual a percepção constitui apenas função de sinalização; (...) é pois da própria ação e não da percepção apenas que convém partir. Não se conhece, realmente, um objeto senão agindo sobre ele ou transformando-o”.⁵²

O ponto característico da epistemologia genética consiste, portanto, “em procurar descobrir e extrair as raízes dos diversos conhecimentos, desde suas formas mais elementares, e seguir seu desenvolvimento através dos níveis ulteriores, até o pensamento científico inclusive”.⁵³ E é aí precisamente que se levantam as maiores objeções contra o pensamento de PIAGET: relegando a um segundo plano o contexto sócio-cultural em que o conhecimento se processa, ele valoriza excessivamente os aspectos psicológicos do ato de conhecer. Além do mais, a história das ciências tem demonstrado exaustivamente que não há continuidade linear entre o conhecimento elementar e o científico, e nem sequer entre os diversos momentos deste, como, aliás, já observamos na p. 16 deste trabalho.

3.3. Epistemologia histórica

A epistemologia histórica, representada principalmente por GASTON BACHELARD, aborda o problema do conhecimento a partir de uma análise da história das ciências e de suas revoluções epistemológicas, quer dizer, das próprias rupturas verificadas no interior do pensamento científico. A obra de BACHELARD é essencialmente uma reflexão crítica sobre as filosofias implícitas na prática efetiva das ciências, cuja produção ocorre em circunstâncias históricas determinadas: o conhecimento é uma obra temporal.

Para BACHELARD, o conhecimento é *ação*, mas ação *teórica*. “Não é contemplando, mas *construindo, criando, produzindo, retificando*, que o espírito chega à verdade.

É por retificações contínuas, por críticas, por polêmicas, que a razão descobre e faz a verdade.”⁵⁴ O conhecimento evolui por meio de cortes e rupturas; descontinuamente, portanto. **BACHELARD é o pai da dialética do não:** o conhecimento, sobretudo o de caráter científico, se constitui e se desenvolve contra as verdades estabelecidas, negando-as ou limitando-as, num processo permanente de retificação. É pois, um conhecimento aproximado, e não absoluto.⁵⁵

Outro aspecto altamente relevante na epistemologia bachelardiana é que ela é uma **epistemologia engajada, preocupada com as conseqüências que o progresso científico pode trazer para os homens.** Este ponto, que é a característica fundamental da epistemologia crítica (item 3.4), para a qual BACHELARD ofereceu também importantes contribuições, distingue o pensamento desse eminente epistemólogo como profundamente humano, aberto ao sofrimento de seus semelhantes e profundamente sensível ao que há de belo no mundo e na vida: **“Não sonhamos com idéias ensinadas. O mundo é belo antes de ser verdadeiro. É admirado antes de ser verificado. A obscuridade do “eu sinto” deve primar sobre a clareza do “eu vejo”.** (...) Criar é superar uma angústia. O belo não é um simples arranjo. Tem necessidade de uma conquista. O mundo deixa de ser opaco, quando olhado pelo poeta. Este lhe dá mobilidade. O homem é um ser que se oferece à vida, deixando-se possuir por ela, para poder possuí-la. Olha o presente como uma promessa de futuro. Uma de suas forças é a ingenuidade, que o faz cantar seu próprio futuro.”⁵⁶ A imaginação desempenha importante papel na obra de BACHELARD, não só no que tange à criação artística, como também no que diz respeito à produção científica e filosófica: **“A imaginação inventa mais do que coisas ou dramas: ela inventa a vida nova; ela inventa o espírito novo; ela obre olhos que têm novos tipos de visão. É preciso pois que o espírito seja visão para que a razão seja revisão, que o espírito seja poético para que a razão seja analítica na sua técnica, e o racionalismo, psicanalítico na sua intenção.”**⁵⁷

O pensamento de BACHELARD exerce profunda influência sobre a ciência, a epistemologia, a crítica literária e a filosofia do Séc. XX. No que concerne particularmente à epistemologia, podemos sustentar que **sua contribuição é praticamente decisiva no que diz respeito à constituição de um pensamento voltado para as condições concretas, histórico-culturais, em que se elaboram os processos cognitivos e os discursos científicos.** “Sem referência à epistemologia”, ensina BACHELARD, “uma teoria do conhecimento seria uma meditação sobre o vazio; e, sem relação à história das ciências, uma epistemologia seria uma réplica perfeitamente supérflua da ciência sobre a qual pretenderia discorrer.”⁵⁸

3.4. Epistemologia crítica

A epistemologia crítica surge da reflexão que só os próprios cientistas estão fazendo sobre a ciência em si mesma, questionando seus pressupostos, resultados, aplicações, alcance e limites sócio-culturais. A preocupação central da epistemologia crítica reside na responsabilidade social dos cientistas e de todos aqueles que, de algum modo, aplicam os resultados das ciências. Dessa maneira, ela repensa toda a aplicação concreta dos conhecimentos científicos, procurando mostrar “que as ciências, hoje em dia, não se impõem mais por si mesmas; que seus resultados não poderão mais impor-se de modo evidente e triunfante; que as ciências não poderão mais constituir a verdade das sociedades atuais; que suas virtudes em nada são evidentes; que os pesquisadores precisam interrogar-se sobre a significação da ciência que estão fazendo; que eles não poderão mais fazer abstração da maneira como o conjunto da pesquisa científica é institucionalizado, organizado, orientado, financiado e utilizado por terceiros; que o próprio trabalho científico está profundamente afetado pelas novas condições em que ele é realizado na sociedade industrial e tecnicizada; que os pesquisadores devem responsabilizar-se pelas conseqüências que suas descobertas poderão ter sobre a sociedade; que eles precisam tomar consciência de que, na vida da ciência, há duas séries de forças atuantes: as forças *externas*, que correspondem aos objetivos da sociedade; e as forças *internas*, que correspondem ao desenvolvimento natural da ciência; portanto, precisam tomar consciência de que a ciência está cada vez mais integrada num processo social, industrial e político”.⁵⁹

Costuma-se dizer, com acerto, que *saber é poder*. Pois bem: a epistemologia crítica se interessa profundamente em compreender como é utilizado o poder em que o saber científico implica; e como é utilizado não só pelos próprios cientistas, mas também por aqueles que encomendam, manipulam e aplicam os resultados das ciências, inclusive o Estado. Isto não implica propriamente em negar objetividade aos conhecimentos científicos, mas em levantar a questão da responsabilidade que recai sobre os ombros dos cientistas e reconhecer o direito que eles têm de se manifestar sobre a utilização prática dos conhecimentos teóricos que produzem, bem como de se recusarem a produzir conhecimentos que possam resultar em prejuízos para a sociedade, ou no agravamento das injustiças sociais.

A epistemologia crítica pode, por conseguinte, ser compreendida como uma nova ética da ciência uma ética que surge de dentro da própria prática científica concreta. Para tanto, ela procura derrubar dois mitos ainda dominantes no pensamento contemporâneo: que ciência implica necessariamente em progresso; e que a ciência é pura e neutra.⁶⁰

NOTAS AO CAPÍTULO I

1. Cf. LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal - lógica dialética*. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 49.
2. “A questão das relações entre o ser e o pensamento, a natureza e o espírito, o objeto e o sujeito do conhecimento foi sempre a questão fundamental de toda filosofia”. LEFEBVRE, Henri. Op. cit., p. 55.
3. “O ato de conhecer deve ser apreendido em seu estado nascente, pois é aí somente que tem o seu sentido real”. BACHELARD, Gaston. *A retificação dos conceitos*. Trad. de Péricles Trevisan. Rio de Janeiro, PUC, 1975, p. 7, mimeografado.
4. “A doutrina positivista, cujo fundador foi A. COMTE (...), teve profunda influência na ciência posterior. Ela é constantemente retomada sob novas formas. Pode ser expressa, de um ponto de vista filosófico, pela confiança excessiva que a sociedade industrial depositou na ciência experimental. Embora pretenda negar toda filosofia, ela elabora uma verdadeira filosofia da ciência, cujos princípios poderão ser resumidos nas seguintes afirmações: a) as únicas verdades a que podemos e devemos nos referir são os enunciados das ciências experimentais: trata-se de verdades claras, unívocas e imutáveis; b) todo e qualquer outro tipo de juízo deve ser abandonado como sendo teológico ou filosófico; c) a função das ciências experimentais não é a de explicar os fenômenos, mas a de prevê-los, e de prevê-los para dominá-los; o que importa não é saber o “porquê”, mas o “como” das ciências; d) o aparecimento da ciência esboçaria, para a humanidade, um mundo inteiramente novo, possibilitando-lhe viver na “ordem” e no “progresso”. JAPIASSU, Hilton Ferreira. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 66-7 (Grifos do autor).
5. “(...) a corrente de pensamento chamada de *empirismo lógico* ou de *neopositivismo*, originada do Círculo de Viena” (foi) “fundada em 1924 por SCHLICK (...), tentando fazer uma síntese entre o empirismo e a logística. (...) O “empirismo lógico”, também chamado de “movimento para a unidade da ciência”, surgiu num meio bastante propício à difusão das idéias empiristas. Ele nasceu da conjunção de duas correntes aparentemente irreconciliáveis: de um lado, o empirismo físico psicológico de E. MACH, que, na qualidade de físico, insistia sobre o papel das “experiências mentais” e da economia do pensamento na dedução das leis e, enquanto epistemólogo e psicólogo, buscava reduzir toda experiência a um puro jogo de sensações; do outro lado, a logística, devendo desempenhar um papel importante na análise dos fundamentos das matemáticas. O mérito de SCHLICK foi o de tentar a conjunção dessas duas correntes, procurando dessolidarizar a logística de seu platonismo antigo, e considerando

as estruturas lógico-matemáticas como simples linguagem tautológica, cuja função essencial seria a de exprimir adequadamente as verdades da experiência. (...) o projeto grandioso da Escola de Viena (...) foi o de tentar uma unificação do saber científico e o de elaborar um método científico comum a todas as ciências, de tal forma que fosse não somente uma garantia contra o erro, mas também uma garantia contra o acúmulo de conceitos vazios de significação e contra todos os pseudoproblemas que tanto atravancaram as discussões epistemológicas”. Id. Ibid., p. 85-7 (Grifos do autor).

6. EGINARDO PIRES, em seu trabalho A teoria da produção dos conhecimentos, referindo-se ao duplo sentido com que pode ser tomado o termo empirismo, assim se expressa: “Em primeiro lugar, ele poderia designar uma forma de prática teórica que permanece enclausurada no plano do visível, ou seja, do real tal como ele está já identificado e ordenado no discurso ideológico. Em segundo lugar, empirismo significa uma teoria do conhecimento, a teoria desta prática teórica que pensa que as determinações que ela transporta para o seu discurso são recolhidas do real mesmo, do próprio objeto empírico (...)”. PIRES, Eginardo. A teoria da produção dos conhecimentos. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 168.

7. “Para una visión positivista es de todo punto necesario un aislamiento del objeto, una separación radical, rígida, que le convierta en algo inamovible y de fácil manejo mental. Aparece pues el objeto como “objetivado”, “isolado” y suficiente. Ésta es la exigencia mayor del filósofo positivista”. LOPES BLANCO, Pablo. La antología jurídica de Miguel Reale. São Paulo, Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 59 (Grifos do autor).

8. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 87-8.

9. Id. Ibid., p. 87 (Grifos do autor).

10. Id. Ibid., p. 89-92.

11. “Em seguida a ARISTÓTELES e os empiristas de múltiplas variedades, tornou-se lugar comum na maioria dos círculos científicos sustentar que todo conhecimento provém dos sentidos e resulta de uma abstração a partir dos dados sensoriais. Um dos raros físicos que apoiaram essa tese em fatos, E. MACH, em seu Analyse des sensations, chegou mesmo a considerar o conhecimento físico como puro fenomenismo perceptivo (cuja recordação pesou em toda a história do Círculo de Viena e do empirismo lógico)”. PIAGET, Jean. Psicologia e epistemologia. Por uma teoria do conhecimento. Trad. de Agnes Cretella. Rio de Janeiro, Forense, 1973, p. 69.

12. Este ponto, todavia, não é pacífico entre os próprios empiristas. LOCKE, por exemplo, embora entenda que as sensações constituem o ponto de partida do conhecimento, reconhece

a existência de verdades universalmente válidas, como as verdades matemáticas, cuja validade não repousa na experiência, mas no próprio pensamento. Mais radical STUART MILL (1806-1873) considera que mesmo as verdades matemáticas são o resultado de generalizações a partir dos dados da experiência. Cf. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo, Saraiva, 1975, v. I, p. 80-1.

13. REALE, Miguel. Op. cit., v. I, p. 84-5 (Grifos do autor).

14. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. I, p. 85 (Grifos do autor).

15. Id. Ibid., p. 86.

16. “O fundador do intelectualismo foi ARISTÓTELES, em cuja filosofia se nota o cruzamento do empirismo e do racionalismo. ARISTÓTELES, “por temperamento”, é empirista, inclinando-se para a realidade do mundo, que observa, mas “por educação”, é racionalista, por influência de seu mestre PLATÃO”. CRETILLA JÚNIOR, José. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro, Forense, 1977, p. 33 (Grifos do autor).

17. “Chamaremos de “idealistas”, por definição, as doutrinas que elevam ao absoluto uma parte do saber adquirido, fazendo de tal parte uma idéia ou pensamento misteriosos que, segundo eles, existem antes da natureza e do homem real”. LEFEBVRE, Henri. Op. cit., p. 53 (Grifo do autor).

18. Id. Ibid., p. 51 (Grifas do autor).

19. REALE, Miguel. Op. cit., v. I, p. 105 (Grifos do autor).

20. Id. Ibid., V. I, p. 107.

21. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. I, p. 109-10.

22. Id. Ibid., v. I, p. 91 (Grifas do autor).

23. Id. Ibid., v. I, p. 91-2.

24. Id. Ibid., v. I, p. 93.

25. Id. Ibid., v. I, p. 114 (Grifo do autor).

26. Cf. PIRES, Eginardo. Op. cit., p. 167.

27. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. I, p. 101.

28. Cumpre observar que o termo epistemologia é tomado neste trabalho no sentido de uma crítica do conhecimento, sobretudo do conhecimento científico. Não se trata de mero capítulo da Filosofia, embora com ela tenha íntimas relações. Abordar criticamente os princípios, pressupostos, métodos, proposições, resultados e limitações das ciências, não de modo abstrato, mas na forma como elas concretamente existem, considerando-as em seus aspectos genéticos, históricos, gnosiológicos e lógicos, é o objetivo precípuo da epistemologia. Ela se aplica não propriamente à ciência já feita, mas à que se faz, à ciência real, que progride, que

evolui, analisando os problemas tais como se colocam ou deixam de ser colocados, se resolvem ou deixam de ser resolvidos, na prática efetiva das ciências. Por isso, a epistemologia chega sempre a um “conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo”. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 27. Por outro lado, o termo dialética é utilizado neste trabalho para designar aquelas correntes de pensamento crítico que se propõem a compreender o real numa perspectiva não contemplativa ou metafísica; que não separam o sujeito do objeto porque compreendem que a relação entre eles é o que há de mais importante no processo do conhecimento; que vêem neste processo uma atividade de permanente construção teórica e prática, feita pelo homem real, concreto, agente da História e, por isso mesmo, sujeita a retificações. Procuraremos desenvolver e explicitar, no corpo do trabalho, os conceitos que acabamos de apresentar.

29. Cf. LEFEBVRE, Henri. Op. cit., p. 50.

30. “O sujeito e o objeto estão em perpétua interação; essa interação será expressa por nós com uma palavra que designa a relação entre dois elementos opostos e, não obstante, partes de um todo, como numa discussão ou num diálogo; diremos, por definição, que se trata de uma interação dialética”. Id. Ibid., p. 49 (Grifos do autor).

31. “A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais”. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 9-10.

32. “A teoria do conhecimento como reprodução espiritual da realidade põe em evidência o caráter ativo do conhecimento em todos os seus níveis. O mais elementar conhecimento sensível não deriva em caso algum de uma percepção passiva, mas da atividade perceptiva”. Id. Ibid., p. 27 (Grifos do autor).

33. Cf. MARTINS, José Maria Ramos. *Da noção de espaço ao fenômeno jurídico*. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 3 (Tese de concurso).

34. CARDOSO, Miriam Limoeiro. *O mito do método*. Rio de Janeiro, P.U.c., 1971, p. 4, mimeografado.

35. Id. Ibid., p. 4, 7 (Grifos nossos).

36. Cf. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 27.

37. “Os novos momentos do conhecimento científico não se acumulam em continuidade com os momentos anteriores. A sua novidade exige descontinuidade nessa acumulação. Permanece

lícito falar em cumulatividade desde que o novo aqui não se constrói por mera oposição ao antigo, mas o mantém, limitando-o e o ultrapassa, acrescentando-se a ele. Assim é que o nível é cada vez mais alto”. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 15.

38. PIRES, Eginardo. Op. cit., p. 168 (Grifo nosso).

39. “C’est la façon la plus élémentaire et la plus optimiste de concevoir la démarche scientifique: la théorie, si l’on peut dire, est contenue dans les phénomènes, d’où il suffit de l’extraire. Non seulement cette conception de la science ne laisse pas de place à une activité de l’imagination, mais elle l’exclut formellement”. THUILLIER, Pierre. Jeux et enjeux de la science. Paris, Laffont, 1972, p. 23 (Grifos nossos).

40. PIAGET, Jean. Op. cit., p. 100.

41. Criticando ironicamente o pensamento ultra-idealista, LEFEBVRE assim se expressa: “Se olho em volta de mim, e percebo a vinte metros uma árvore, um carvalho de folhas sombrias e de tronco rugoso, o metafísico da escola idealista que estamos criticando dirá nesse momento: “Sim, você tem a sensação de verde e de castanho-escuro, sem nenhuma dúvida! Mas quando você pretende perceber um carvalho a vinte metros, é que está projetando fora de você esses estados subjetivos. É possível que nada exista fora de você; e que essa projeção seja inteiramente ilusória... Ou ainda: pode ser que o que exista fora de você não tenha nenhuma relação com essas impressões subjetivas, que são, por conseguinte, desprovidas de objetividade, de relação com o objeto...” LEFEBVRE, Henri. Op. cit., p. 51.

42. Cf. LEFEBVRE, Henri. Op. cit., p. 60 (Grifo do autor). A propósito, MARX e ENGELS observam que, na filosofia hegeliana, “as idéias., os pensamentos e os conceitos produzem, determinam, dominam a vida real dos homens, seu mundo material, suas relações reais”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 19.

43. KOSIK, Karel. Op. cit., p. 12 (Grifo do autor).

44. WARA T, Luís Alberto et alii. Filosofia e teoria social. Florianópolis, U.F.S.C., 1979, p. 2, mimeografado.

45. KOSIK, Karel, Op. cit., p. 18-9 (Grifo do autor).

46. LUZ, Marco Aurélio. Por uma nova filosofia. In: ES-COBAR, Carlos Henrique et alii. Op. cit., p. 39.

47. Id. Ibid., p. 39.

48. MIALLE, Michel. Uma introdução crítica ao Direito. Trad. de Ana Prata. Lisboa, Moraes, 1979, p. 61 (Grifos do autor).

49. A grosso modo, podemos afirmar, acompanhando LÊNIN, que o marxismo comporta três partes fundamentais: uma filosófica, constituída pelo materialismo dialético; uma política, cujo ponto capital é a teoria da luta de classes (materialismo histórico); e uma econômica, que se apóia sobretudo na teoria da mais-valia. É especialmente da primeira que nos ocupamos neste trabalho, pois é ela que contém o posicionamento epistemológico de MARX em face do problema do conhecimento. Claro que, com isso, não estamos ignorando as demais, pois sabemos que todas elas se interpenetram e se complementam. A obra de MARX tem sido duramente atacada, às vezes por pessoas que mal a conhecem. Apresentemos, sucintamente, as três principais críticas geralmente formuladas à parte filosófica do marxismo, ou seja, ao materialismo histórico:

a) Os críticos de MARX costumam afirmar que sua obra é mais política do que científica. É bem verdade que os aspectos políticos, inclusive revolucionários, têm papel de destaque na doutrina marxista. Uma das partes dessa doutrina, por sinal, é essencialmente política. Mas isso de modo algum invalida as contribuições teóricas que MARX inegavelmente ofereceu às ciências sociais. Podemos até mesmo dizer que, sob certos aspectos, as reforça, porquanto sua teoria é engajada, comprometida com uma realidade social concreta: as desigualdades econômicas, que ele tenta superar. Aliás, os críticos de MARX, neste particular, se posicionam tão politicamente quanto ele: procuram conservar o sistema que ele quer derrubar. Apenas partem de um referencial ideológico oposto, mas são politicamente tão pouco neutros como o próprio MARX o foi. É certo que muitos marxistas ortodoxos vêem nas idéias de MARX um autêntico dogma de fé; e com isso prejudicam a própria compreensão do seu materialismo que, por ser dialético, é essencialmente crítico.

b) Outra crítica que comumente se faz a MARX com base em certos trechos de suas obras, acusa-o de possuir uma concepção unilateral da vida social, reduzindo-a ao fator econômico, do qual não passariam de epifenômenos todos os outros fatores sociais: filosóficos, artísticos, políticos, éticos, axiológicos, ideológicos, jurídicos, religiosos etc. Esta crítica só em parte é procedente: o próprio ENGELS reconheceu, em carta dirigida a F. MEHRING em 1893, que, descuidando-se da forma para tratar só do conteúdo, o marxismo é insuficiente para explicar o modo como se constituem as representações políticas, jurídicas etc., bem como suas relações com as realidades econômicas fundamentais. Cf. PASUKANIS, Eugeny B. *Teoria general del Derecho y el marxismo*. Trad. de Fabián Hoyos. Medellín, La Pulga, 1976, p. 16. O papel da base econômica, para o marxismo, é fundamental, mas não é tão grande a ponto de determinar, como num passe de mágica, toda a superestrutura social. Na verdade, ela condiciona essa superestrutura, mas mantendo com ela uma ação recíproca.

ENGELS reconheceu perfeitamente este fato, em carta dirigida a JOSEPH BLOCH em 1890: “Segundo a concepção materialista da História, o fator que, em última instância, é determinante na História é a produção e a reprodução da vida real. Nem MARX nem eu afirmamos mais do que isso. Mas, se nos fazem dizer que o fator econômico é o único determinante, então a primeira proposição transforma-se numa frase oca, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura (...) exercem, igualmente, a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam-lhes, em muitos casos, as formas de maneira preponderante. Há ação e reação de todos esses fatores”. CE. CUVILLIER, Armand. Introdução à Sociologia. Trad. de Pedra Lisboa. Rio de Janeiro, Andes, 1954, p. 81-2 (Grifos do autor). Vale ressaltar, ainda, que a expressão modo de produção, no marxismo, “não tem de maneira nenhuma o significado unilateral econômico que se lhe costuma dar: é o conceito que designa a maneira como uma sociedade se organiza para produzir a vida social”. MIALLE, Michel. Op. cit., p. 63 (Grifos nossos).

c) Por fim, atribui-se a MARX uma atitude fatalista diante da História, que se realizaria por assim dizer, como algo dado, independentemente da participação ou da vontade dos seres humanos. Em diversas passagens de suas obras, MARX refuta cabalmente esta crítica. Na Sagrada família, por exemplo, ele observa: “A História nada faz. É o homem, o homem real, o homem vivo, que faz, que possui, que combate; não é a História que utiliza o homem para realizar os seus fins, como se fosse uma pessoa independente; ela não é nada, nada mais que a atividade do homem procurando atingir os seus fins”. Cf. CUVILLIER, Armand. Op. cit., p. 90. Mesmo um autor não marxista como RADBRUCH reconhece o papel ativo que MARX confere ao homem no processo histórico: “Na verdade, o socialista não afirma o socialismo por o julgar inevitável e fatal no futuro, mas por julgar injusta a atual organização social, vendo nela uma “exploração” e uma “opressão” de certas classes, e na organização socialista uma exigência de justiça”. RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. Trad. de L. Cabral de Moncada. Coimbra, Arménio Amado, 1974, p. 71-2 (Grifos do autor).

50. Cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 46.

51. Id. Ibid., p. 48 (Grifos do autor).

52. PIAGET, Jean. Op. cit., p. 73.

53. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 55.

54. CE. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 69 (Grifos do autor)

55. “Avant tout, il faut prendre conscience du fait que l’expérience nouvelle dit non à l’expérience ancienne, sans cela, de toute évidence, il ne s’agit pas d’une expérience nouvelle. Mais ce non n’est jamais définitif pour un esprit qui sait dialectiser ses principes, constituer en soi-même des

nouvelles especes d'évidence, enrichir son corps d'explication sans donner aucun privilege à ce que serait un corps d' explication naturel propre à tout expliquer". BACHELARD, Gaston. Epistémologie. Textes choisis. Paris, PUF, 1971, p. 121-2 (Grifo do autor).

56. Cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 77 (Grifos do autor).

57. Cf. CANGUILHEM, Georges. Sobre uma epistemologia concordatária. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 54, jan./mar. 1972.

58. Cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 79.

59. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 138 (Grifos do autor).

60. Cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 156.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. Trad. Lisboa, Presença, 1976.

BOURDIEU, Pierre et alii. Le métier de sociologue. Paris, Mouton, Bordas, 1968.

ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971.

MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

PIAGET, Jean et alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemologia de las Ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972.

POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Capítulo II

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

“Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que nos abram novos e importantes horizontes, é que nasce uma nova ciência.” (MAX WEBER, Ensaio sobre a teoria da ciência, p. 40.)

No capítulo anterior, tratamos do processo de elaboração do conhecimento de um modo geral, criticamos as principais posições metafísicas do empirismo e do racionalismo e focalizamos os pontos essenciais sob os quais a epistemologia dialética aborda o processo cognitivo.

Agora, vamos procurar enfocar as **características básicas do conhecimento científico**. Os fundamentos teóricos que norteiam este capítulo estão, em grande parte, contidos no anterior, e tentaremos retomá-los, aprofundando-os um pouco mais, com o objetivo de situar o conhecimento científico como uma das formas específicas de conhecer. Para tanto, esforçar-nos-emos por caracterizar os pontos essenciais que distinguem o conhecimento científico do senso comum e de outras formas de conhecer, sobretudo a Filosofia, bem como apresentaremos algumas considerações sobre a importância da teoria, do objeto e do método na elaboração científica e focalizaremos outros assuntos de real interesse, como o papel da ideologia, os conceitos de corte e ruptura e o valor da problematização como etapa do processo de retificação dos conceitos.

1. Considerações sobre o senso comum

Preliminarmente, vale ressaltar que preferimos empregar a expressão *senso comum*, ou *conhecimento comum*, para designar aquele tipo de conhecimento eminentemente prático e assistemático que rege a maior parte de nossas ações diárias. Evitaremos deliberadamente expressões como conhecimento vulgar - que contém forte carga pejorativa e discriminatória - e conhecimento pré-científico - que constitui expressão ambígua, podendo dar a entender que se trata de um estágio inicial, do qual evoluiria o conhecimento científico.

Partindo da presunção de que os fatos não mentem, o, senso comum postula que o conhecimento verdadeiro é totalmente adequado ao seu objeto, não contendo senão uma reprodução fiel dos fatos. Assim, o conhecimento vai ganhando maior precisão e confiabilidade à medida em que é ratificado por outras pessoas que também presenciam ou conhecem os fatos. E, por assim dizer, de um consenso de opiniões, que o conhecimento comum retira sua veracidade.

Esse ponto de vista coincide em muitos aspectos com os diversos posicionamentos empiristas que já criticamos. Com efeito, o empirismo – para o qual o conhecimento flui do objeto – pretende produzir conhecimentos em continuidade com o senso comum, acrescentando-lhe sistematicidade, controle e rigor. HEGENBERG, por exemplo, sustenta que “sofisticado”, (o senso comum) “se constitui em ciência.”¹ Não haveria, assim, qualquer distinção qualitativa entre o conhecimento científico: ambos constituiriam pura e simples *captação da realidade*, embora o segundo fosse mais elaborado ou sofisticado que o primeiro. Essa captação, tanto para o senso comum como para o empirismo, seria pura, neutra: bastaria ao sujeito estar preparado para ver o real como ele efetivamente é. Para tanto, seria suficiente a repetição das observações e experiências, o uso da estatística etc., que seriam levados a cabo por diversos observadores. O senso comum e o empirismo coincidem, portanto, em pelo menos dois aspectos: a crença em que o sujeito simplesmente registra os fatos, sem nada lhes acrescentar; e como consequência, a tentativa de eliminar do processo de conhecimento qualquer traço de subjetividade, acabando por substituí-la por uma *intersubjetividade* (concordância de opiniões).

Voltando ao estudo das características do conhecimento comum, podemos dizer que ele se constitui sobre a *base da opinião*, sem uma elaboração intelectual sólida. Costuma-se dizer que o conhecimento comum é *assistemático*, sem *nexo com outros conhecimentos*, aos quais não se integra para com eles constituir um corpo de explicações lógicas e coerentes. E também *ambíguo*, no sentido de reunir freqüentemente, sob um mesmo nome e numa mesma explicação, conceitos na realidade diferentes. É ainda essencialmente *empírico*, tomado o termo no sentido de que, em virtude de seu caráter eminentemente prático, o senso comum permanece, por assim dizer, colado aos dados perceptivos, não fazendo abstrações, não generalizando ou generalizando indevidamente, e sobretudo não construindo teorias explicativas. Por outro lado, não decorrendo da aplicação de métodos rigorosos, o conhecimento comum é *casual*: adquirimo-lo “à medida que as circunstâncias o vão ditando, nos limites dos casos isolados”.²

Tudo isso não implica necessariamente na afirmação de que sejam falsos ou errôneas os conhecimentos comuns. Muitas vezes, eles são verdadeiros. *Falta-lhes, contudo, suficiente sistematização racional, ordenada e metódica, bem como um posicionamento crítico perante o ato mesmo de conhecer. Raramente o senso comum se autoquestiona.*

2. Para uma compreensão do conceito de ciência

Como já assinalamos, o conhecimento científico constitui rompendo com o conhecimento comum, e não aprimorando-o ou continuando-o linearmente. Não basta, com efeito, uma sistematização do senso comum para termos uma ciência. A distinção entre esses tipos de conhecimento não é apenas de grau. Há profundas diferenças qualitativas que os caracterizam como formas cognitivas que praticamente nada têm em comum.

Talvez a mais importante dessas diferenças seja a distinção entre **objeto real e objeto de conhecimento**, que é fundamental para a compreensão do conceito de ciência. É com o objeto de conhecimento, com o objeto construído, e não diretamente com o objeto real, que efetivamente trabalham as ciências. “Para a ciência, o verdadeiro é o retificado, aquilo que por ela foi feito verdadeiro, aquilo que foi constituído segundo um procedimento de autoconstituição”.³ As teorias científicas resultam sempre de um processo de construção, em que a razão tem um papel essencialmente ativo. Com tal afirmação, não queremos absolutamente negar a importância do objeto real, como faz o idealismo extremado. Na verdade, é para o real que, em última instância, se dirigem as teorias científicas. Mas a captação do real jamais é pura, porque obtida mediante a aplicação de um método, que, por seu turno, resulta do referencial teórico que direciona a atividade de pesquisa. Os dados que o pesquisador coleta não vão além dos limites permitidos pelo seu método de investigação e, por isso, resultam de um processo de escolha dirigido pela teoria. Daí a afirmação de que todo dado é construído e, conseqüentemente, toda teoria científica se caracteriza por expressar um conhecimento aproximado, retificável, e não um simples reflexo dos fatos. A realidade, em si mesma, não apresenta problema algum. Nós é que a problematizamos e procuramos explicá-la. Por isso mesmo, o ponto de partida de toda investigação científica é muito mais teórico do que real.

Para o senso comum, que se baseia principalmente nas evidências, é muito difícil compreender que as ciências se constituem e se desenvolvem geralmente contra essas evidências. O que para o senso comum é evidente, confirmado a todo instante pelos fatos, pode ser, para o conhecimento científico, algo extremamente falso, ou pelo menos questionável. Quando NEWTON, por exemplo, encampou as noções euclidianas de espaço e tempo, evidentes por si mesmas, sobre elas construiu excelentes teorias, que o próprio KANT considerava irretocáveis.⁴ EINSTEIN, utilizando conceitos das geometrias não euclidianas, revolucionou a Física com a noção relativista do espaço-tempo, que choca frontalmente as evidências que o senso comum capta. E não foi no contato direto com os fatos que a física einsteiniana se constituiu. Pelo contrário: para a elaboração tanto da Teoria da Relatividade Restrita (1905) como da Teoria Geral da Relatividade (1916), EINSTEIN utilizou conceitos teóricos das geometrias não euclidianas e de alguns físicos que o precederam, e elaborou seu

sistema de explicação no plano da teoria, sem maiores contatos com os fatos. Assim, foi sobre o construído e não sobre o dado, que ele trabalhou.⁵ E as primeiras comprovações empíricas de suas teorias só ocorreram após a própria publicação dessas teorias.

O exemplo acima demonstra que o conhecimento científico, ao contrário do que supõem os empiristas, não constitui simples cópia, ainda que sofisticada, do real, mas uma assimilação deste a estruturas teóricas que sobre ele agem e o transformam. O conhecimento científico é, portanto, antes operativo que contemplativo: “A ciência cria seus objetos próprios pela destruição dos objetos da percepção comum, dos conhecimentos imediatos. E é por ser ação que a ciência é eficaz.”⁶ Podemos acrescentar que a ciência é eficaz, ainda, porque, aberta à crítica e por conseguinte à refutação e à retificação, escapa de estagnar-se nas suas próprias verdades. Como nos ensina POPPER, “o jogo da ciência é, em princípio, interminável. Quem decida, um dia, que os enunciados científicos não mais exigem prova, e podem ser vistos como definitivamente verificados, retira-se do jogo.”⁷ O grau de maturidade de uma ciência se mede, portanto, pela sua capacidade de autoquestionar-se, de pôr constantemente em xeque seus próprios princípios, e não pelo fato de afirmá-los dogmaticamente, numa perspectiva conservadora, como se eles constituíssem a verdade absoluta. “As ciências não procuram jamais resultados definitivos. As teorias científicas irrefutáveis pertencem ao domínio do mito. O que caracteriza a ciência é a falsificabilidade, pelo menos em princípio, de suas asserções. As asserções “inabaláveis” e “irrefutáveis” não são proposições científicas, mas dogmáticas.”⁸ Sem dúvida, a física newtoniana representou, à época em que foi formulada, uma autêntica revolução teórica no campo da Física, rompendo com as explicações anteriores e limitando-as. Mas, enquanto os cientistas e filósofos se limitaram, nos dois séculos subsequentes, a afirmá-la como verdade inabalável ao invés de questionar seus princípios, contribuíram para estagná-la, impedindo-a de retificar seus conceitos. Foi assim que, de revolucionária, a física newtoniana passou, num certo sentido, a reacionária. Não é de estranhar, por conseguinte, que os físicos de formação newtoniana tenham sido os primeiros a manifestar-se contra as novas formulações teóricas de EINSTEIN, que, revolucionando novamente a Física, lhes retirou as verdades que eles tinham como suas e para cuja reformulação muitos deles já não mais possuíam a necessária flexibilidade de espírito.

As ponderações acima deixam claro, segundo nos parece, que a acumulação de conhecimentos em qualquer ciência não resulta de um mero somatório das teorias que ela constrói nos diversos momentos de sua elaboração. Essa acumulação é descontínua, caracterizando-se pelo fato de as novas verdades serem verdades retificadas, que limitam as verdades anteriores, mantendo-as apenas em seus aspectos residuais, ou seja, naquilo que

delas subsiste por não ter sido ainda retificado. É por isso que o conhecimento científico é antes aproximada que verdadeiro.

O conceito de retificação é, pois, essencial à compreensão do conhecimento científico, tanto quanto os de corte epistemológico e ruptura, que tomamos neste trabalho designando o primeiro aquele momento em que a ciência se constitui por oposição às noções do senso comum; e o segundo, aquelas autênticas revoluções teóricas que se operam dentro da ciência e implicam num redimensionamento de seus princípios, de seu arcabouço teórico, de sua metodologia, de suas aplicações práticas e de seu próprio objeto. E esses conceitos são tão fundamentais assim porque toda teoria científica possui um conteúdo de erro. Uma das grandes contribuições de BACHELARD para a epistemologia contemporânea é, sem dúvida, a perspectiva inteiramente nova sob a qual ele enfoca o erro como parte integrante do processo de elaboração científica. É visando à superação do erro que ele aprimora magnificamente os conceitos de retificação e de corte epistemológico, de que já nos ocupamos. BACHELARD apresenta três axiomas que sintetizam esplendidamente seu pensamento acerca das características do conhecimento científico:⁹

a) O primeiro diz respeito ao primado teórico do erro; “A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver aí verdade primeira. Não “há senão erros primeiros (...). Um verdadeiro sobre um fundo de erro, tal é a forma do pensamento científico”.

b) O segundo é relativo à depreciação, especulativa da intuição: “As intuições são muito úteis: elas servem para ser destruídas (...). Em todas as circunstâncias, o imediato deve dar lugar ao construído. Todo dado deve ser reencontrado como um resultado”.

c) O terceiro se refere à posição do objeto como perspectiva das idéias: “Nós compreendemos o real na medida em que a necessidade-o organiza (...). Nosso pensamento vai ao real; não parte dele”.

Os três axiomas acima apresentados evidenciam, de um lado, que o conhecimento científico se obtém através de um processo de construção teórica resultante da combinação da razão com a experiência, e, do outro, que é da prática efetiva da elaboração científica que se deve partir para caracterizar esse tipo de conhecimento. Com efeito, a ciência não existe, a não ser como abstração dos princípios gerais, comuns à produção científica. De fato, o que existe são *ciências concretas*, que se constituem historicamente e, por isso mesmo, o conhecimento científico é um *processo sempre inacabado*.

2.1. O papel da teoria

Todas as considerações que até aqui apresentamos deixam claro que **ciência é essencialmente teoria**. É a teoria que constitui o objeto de conhecimento; é através dela que se elaboram os métodos condizentes com a natureza de cada pesquisa; é ela que se aplica nas realizações práticas, técnicas, das ciências; é, finalmente, em função dela que a realidade pode apresentar algum sentido.

Para o senso comum, as teorias científicas contêm verdades praticamente irrefutáveis. O homem comum assume diante do conhecimento científico uma atitude quase mística, como se as ciências formulassem, à semelhança das religiões, verdades eternas. Nada mais errôneo que tal atitude. Com efeito, uma teoria absolutamente irrefutável não poderia ser corretamente classificada como científica. É este o ponto de vista de POPPER, condizente neste particular com as epistemologias dialéticas, quando introduz o critério de falsificabilidade ou falseabilidade como um dos pontos característicos da teoria científica. Esta não deve afastar, de princípio, a possibilidade de sua falsificação, isto é, de ser potencialmente submetida a alguma experiência que a infirme ou retifique. Uma teoria que afaste de modo absoluto a possibilidade de vir a ser falsificada não é passível de ser submetida a qualquer tipo de experiência, a qualquer confronto com a realidade e, por isso mesmo, é metacientífica.¹⁰ As próprias leis científicas - teorias de elevado grau de generalidade ou mesmo de universalidade - são antes teorias que ainda não foram infirmadas (embora possam vir a sê-lo), do que teorias absolutamente confirmadas pelos fatos.

Por resultar de um trabalho de construção, a **teoria científica é sempre retificável**. E é por isso mesmo que ela comanda todo o processo de elaboração das ciências, visto que “o conhecimento nunca parte do vazio, do total desconhecido. Toda investigação supõe um projeto, um corpo teórico que lhe dá forma, orientação e significado (...). Não é a realidade que se dá integralmente e sensibiliza o observador, começando o conhecimento. Se um pesquisador observa alguma coisa, é porque a considera como importante no esclarecimento de algo dentro do contexto teórico mais geral, que o mobiliza para a pesquisa”.¹¹ O comando da teoria no processo de elaboração do conhecimento científico é de tal monta, que às vezes é a partir de determinada concepção teórica que literalmente se criam novas realidades. O conceito de socialismo, por exemplo, precedeu historicamente a sua realidade concreta.

2.1.1. Teoria e prática

Acabamos de ressaltar a importância da teoria na elaboração do conhecimento científico, cuja principal característica é precisamente constituir um sistema teórico lógico e

coerente. Mas as ciências não se destinam à produção de um saber desinteressado e contemplativo. As teorias científicas existem para serem aplicadas, para trazerem benefícios práticos à sociedade. Nunca é demais acentuar que as ciências são um produto social e, nessa perspectiva, a atividade científica há de ser necessariamente uma atividade engajada, comprometida com a problemática que a realidade social contém, e não um passatempo de diletantes que se entreguem ao saber pelo saber, alienados do processo de transformação da História, que a ciência ajuda a operar.

Teoria e prática não representam, portanto, dois momentos estanques do conhecimento científico. Pelo contrário: elas são complementares.¹² Uma teoria que afaste de princípio qualquer possibilidade de vir a aplicar-se praticamente não passa de um conjunto de proposições vazias de sentido e de utilidade. Por outro lado, uma prática que não seja a expressão e aplicação de conhecimentos teóricos é uma prática cega, assistemática, fortuita e, por isso mesmo, ineficaz. Tanto aqueles que apenas sonham e contemplam, alienados da realidade do mundo, como os que se limitam a agir por agir, sem maiores preocupações com o sentido de suas ações, em nada contribuem para o desenvolvimento das ciências. É certo que a boa prática pressupõe todo um conhecimento da teoria que a norteia. Mas é certo também que, ao ser aplicada, a teoria se aprimora, se depura, ganha sentido e ganha vida. Assim, “(...) a ciência não é a teoria pura, nem a simples aplicação, mas uma síntese da prática dirigida pela teoria e da teoria incessantemente enriquecida pela prática”.¹³

O momento nos parece oportuno para tecermos algumas considerações sobre a distinção, hoje tão apregoada, entre ciência pura e ciência aplicada. A ciência pura visaria à produção de conhecimentos fundamentais, de base, essencialmente teóricos. A ciência aplicada, por sua vez, teria objetivos práticos mais imediatos; seria, por assim dizer, mais diretamente comprometida com a solução de problemas específicos. Tal distinção nos parece incorreta e ambígua. Incorreta porque o termo ciência, em seu sentido amplo, engloba tanto a elaboração teórica quanto a aplicação prática, pois cada uma existe em função da outra. “(...) não existe ciência prática, mas parte prática da ciência”, como observa MARTINS.¹⁴ Ambígua porque dá a entender que haveria dois tipos de ciência: um voltado para a produção de conhecimentos puros, neutros, contemplativos, descompromissados, que só eventualmente se aplicariam; e o outro destinado apenas à aplicação, a procedimentos de ordem prática, sem maiores repercussões no sistema teórico que constitui a essência do conhecimento científico. Na verdade, esses dois momentos não existem separadamente porque, se de um lado toda teoria científica se destina a uma aplicação imediata ou mediata, do outro toda prática requer um sistema teórico que a organize e oriente.

Julgamos preferível estabelecer distinção entre ciência e técnica, com base na distinção - e não separação entre teoria e prática. Tomemos o termo ciência em seu sentido estrito: ele se refere ao conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos que visam à criação do saber, ou seja, à produção de teorias científicas, as quais, como já assinalamos amiúde, resultam de um trabalho de construção e retificação de conceitos. Já o termo técnica é usado para indicar as aplicações práticas, concretas, dessas teorias, isto é, a ciência realizada. Por conseguinte, o termo ciência, em sentido lato, designa tanto a elaboração teórica como suas aplicações práticas e, desse modo, engloba a técnica;¹⁵ se tomado *stricto sensu*, passa a ser equivalente à teoria ou discurso, constituindo então a técnica um momento complementar, aplicado. Note-se que as aplicações técnicas pressupõem necessariamente um referencial teórico, científico, que as torne exeqüíveis. Com efeito, há limites para a tecnologia, a qual não vai além do permitido pelas teorias científicas. A física newtoniana, por exemplo, permitiu inúmeras aplicações práticas que, no entanto, não ultrapassaram os limites teoricamente estabelecidos. Para as grandes velocidades, próximas à da luz, por exemplo, as leis de NEWTON são insuficientes. Cada teoria científica abre, por assim dizer, um leque de opções para a tecnologia. Algumas dessas opções podem ser imediatamente concretizadas. Outras têm que esperar às vezes longos períodos para efetivar-se, seja porque o avanço tecnológico ainda não é suficiente, seja porque sua aplicação imediata seria demasiado onerosa ou antieconômica, seja porque o sistema de poder, ao qual compete tomar as decisões, considera-as inoportunas ou prematuras. Se a teoria se estagna, se não é aprimorada por outras teorias que a retifiquem, chegará um momento em que todo o leque de opções que ela possibilita terá sido aplicado. Então é a vez de a técnica estagnar-se, pois não mais terá espaço teórico para novas aplicações. Daí a importância também prática da construção de novas teorias que, rompendo com as antigas, abram novos espaços para a tecnologia.

Ciência e técnica, teoria e prática caminham, portanto, lado a lado. Sem novas formulações teóricas, a técnica se estiola; mas, por outro lado, as necessidades de aprimoramento tecnológico constituem um estímulo bastante eficaz para novas pesquisas que visem a um redimensionamento da teoria científica.¹⁶

2.1.2. O conteúdo ideológico

Para o positivismo, as teorias científicas não contêm, quer explícita, quer implicitamente, qualquer traço de ideologia.¹⁷ A ciência, tanto no seu processo de construção teórica, como também, embora em menor escala, nas suas aplicações práticas, seria um

sistema completamente neutro de captação e descrição - mas não de explicação e muito menos de crítica do real. “O melhor cientista seria a máquina, incapaz de pensar, mas com ótimo desempenho técnico, e tanto mais quanto mais sofisticados forem os seus instrumentos de formalização, das lógicas à linguagem matemática.”¹⁸ Eis, em síntese, o mito positivista da neutralidade científica absoluta, a que aludimos no cap. I.

Apesar de sua aparente pureza e objetividade, o positivismo contém forte carga ideológica, conforme apontaremos em três exemplos, entre tantos outros que poderíamos colher nessa doutrina. Inicialmente, a crença positivista na transparência do dado, ou seja, a suposição de que as ciências captam a realidade como ela efetivamente é, resulta na supervalorização do conhecimento científico, em detrimento de outras formas de conhecer que ficam, assim, relegadas a um papel secundário. Em segundo lugar, foi com base nessa presunção que COMTE formulou a pretensa lei dos três estados, segundo a qual a humanidade evoluiria de um estado teológico inicial, passando por um estado metafísico intermediário, até atingir um estado propriamente científico, que ele chama de positivo. Finalmente, em decorrência dessas duas proposições, o positivismo implica na fé excessiva e um tanto ingênua no poder da ciência (mito do cientificismo, a que nos referimos na p. 15, como se ela fosse uma panacéia que contivesse o poder miraculoso de remediar todos os males da humanidade). Esses três exemplos nos parecem suficientes para demonstrar que o positivismo, ao contrário do que supõem seus seguidores, é uma doutrina impregnada de juízos de valor e forte carga ideológica que se traduz na crença de que a ciência é o único caminho eficaz para a solução dos problemas humanos. Por outro lado, conquanto pretenda romper com toda metafísica, o positivismo, ao privilegiar o objeto em detrimento do sujeito, separa o que não pode ser separado na relação cognitiva, e assume, dessa maneira, uma posição essencialmente metafísica.

O conhecimento científico, por ser produto de um trabalho de construção ao nível da teoria, não pode deixar de ser condicionado pelos valores e pela ideologia dominantes no momento histórico concreto em que é elaborado. “Os grandes acontecimentos teóricos não se passam (...) sempre, nem exclusivamente, na teoria: acontece que se passam também na política, e que, assim, a prática política, em alguns dos seus setores, encontra-se em avanço relativamente à teoria. Acontece que a teoria (nem sempre) se dá conta destes acontecimentos teóricos que se passam para além do seu campo reconhecido e oficial, quando afinal, em muitos aspectos, eles são decisivos para o seu próprio desenvolvimento”.¹⁹ Todo trabalho científico decorre de um processo de escolha, em que o pesquisador considera certos aspectos da realidade mais importantes do que outros, o que implica numa valoração do objeto.”(...) o conhecimento

científico-cultural (...) encontra-se ligado a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural”.²⁰ Além disso, como já assinalamos (p. 15), **nenhum pesquisador inicia em branco um trabalho de investigação científica.** Ele parte de todo um conhecimento teórico acumulado, ou seja, das explicações já existentes sobre o objeto, as quais, por sua vez, **não são imunes a influências axiológicas e ideológicas.** Como observa PIRES, “uma ciência nasce a partir de uma teoria já dada, de uma ideologia que já identificou os seus fatos à sua maneira”.²¹ Não devemos olvidar o fato de que as ciências são produzidas dentro de condições sócio-culturais concretas, das quais não podem alienar-se, e cujo sistema de valores necessariamente influi na elaboração do conhecimento científico. Por outro lado, fazer ciência implica numa imensa **responsabilidade social** (V. p. 28-9), pois o cientista não deve ser indiferente às conseqüências que seu trabalho intelectual possa trazer para a sociedade. Tudo isso nos autoriza a afirmar que o cientista não é, não pode ser e não deve ser absolutamente neutro, pois a **neutralidade absoluta é incompatível com o trabalho científico.** De fato, um cientista absolutamente neutro sequer iniciaria um trabalho de pesquisa, porque não seria capaz de ao menos escolher o que pesquisar, visto que essa escolha já implica numa valoração do objeto. Ainda que admitamos por absurdo, só para argumentar, que ele dispusesse de instrumentos completamente neutros para orientá-lo nessa escolha, mesmo assim a atividade de pesquisa não poderia ser totalmente neutra, pois os dados que ele obteria constituiriam respostas às perguntas por ele formuladas e seriam, dessa maneira, condicionados pelo referencial teórico direcionador da pesquisa. O cientista só poderia ser absolutamente neutro se conseguisse anular-se completamente no trabalho de pesquisa, isto é, se lhe fosse possível agir como uma máquina fotográfica que simplesmente registrasse os fatos. Mas então ele não seria verdadeiramente um cientista, porque, **limitando-se a descrever, negligenciaria o aspecto explicativo, que é característico das teorias científicas.** A rigor, nem mesmo uma descrição pura e neutra ele conseguiria fazer porque descrever alguma coisa implica em interpretá-la, isto é, acrescentar-lhe algum conteúdo.²²

Não queremos dizer com isso que as ciências constituem meros sistemas arbitrários, variáveis ao sabor do gosto e das preferências de cada pesquisador. Longe de nós tal idéia - As ciências contam com instrumentos rigorosos - conquanto retificáveis - que permitem avaliar não só a **coerência lógica de suas proposições teóricas como também a adequação destas às realidades que elas tentam explicar.** O que afirmamos é que o sistema de valores ideológicos e políticos condiciona, embora nem sempre determine, a produção das teorias científicas. E julgamos ter deixado bastante claro este ponto de vista no parágrafo anterior.

Por oportuno, convém esclarecer aqui o conceito de neutralidade axiológica, formulado por MAX WEBER (1864-1920), que nos parece essencial à compreensão do papel que o conteúdo ideológico exerce na construção científica. Para WEBER,²³ o que se exige do cientista não é a pureza de uma objetividade absoluta no sentido positivista do termo.²⁴ **O cientista é, efetivamente, condicionado por fatores de ordem ideológica, tanto na escolha do tema, na formulação do problema e nas diversas etapas da atividade de pesquisa, como na aplicação prática dos conhecimentos teóricos.** Mas o seu posicionamento em face desses fatores deve ser essencialmente crítico,²⁵ para que ele não seja um mero joguete de suas próprias convicções subjetivas e sobretudo para que não manipule os fatos e as teorias de modo a ajustá-los a essas convicções. Em suma, o que é necessário é que **o cientista não abuse de sua autoridade intelectual para tentar impor seus pontos de vista pessoais e partidários, visto que não é com sectarismo que se faz ciência.** É preciso que o cientista não transfira seus preconceitos pessoais para o trabalho que realiza. Isto, infelizmente, nem sempre acontece. Quantos estudos "científicos" não foram feitos para demonstrar, por exemplo, a "superioridade" da raça branca? Quantos antropólogos e sociólogos de formação tradicional não têm estudado sociedades por eles mesmos denominadas primitivas, partindo do pressuposto de que em tais sociedades há um tipo inferior de cultura e organização? O que se pode exigir do cientista não é, portanto, uma neutralidade completa, mas "participação crítica, vontade, empenho em conseguir descobrir, melhor dizendo, construir uma explicação precisa, capaz de satisfazer o nível de exigência requerido (...)" (porque o cientista), "longe de se neutralizar, (...) desempenha o papel de ativar a teoria".²⁶

Não podemos encerrar este item sem dizer algumas palavras sobre o mito positivista do cientificismo, que tem sido sistematicamente retomado por muitos Estados modernos, na tentativa de encobrir, sob tal manto ideológico, as estruturas de dominação ali existentes. As ciências e suas aplicações práticas são apresentadas à população como se constituíssem novas religiões, como se suas verdades fossem não só inabaláveis como necessárias,²⁷ tudo isso em nome de abstrações como o progresso, o desenvolvimento, o bem-comum. Tais abstrações visam a ocultar sutilmente o fato de que são as classes dominantes as grandes beneficiárias do desenvolvimento científico e tecnológico, sobrando geralmente para as classes dominadas o ônus de suportar as conseqüências desse desenvolvimento (poluição, inflação, escassez, etc.), sem dele tirarem praticamente qualquer proveito. Não é sem propósito que as atividades de pesquisa estão cada vez mais centralizadas em órgãos burocráticos do Estado - velho aliado das classes dominantes em qualquer sociedade de classes -, controladas por tecnocratas nem sempre possuidores de formação científica adequada, mas que estabelecem prioridades, financiam

determinadas pesquisas e desestimulam outras,²⁸ muitas vezes com o propósito evidente de não permitir que se ponha em xeque o sistema de poder estabelecido. As atividades científicas e sobretudo suas aplicações práticas são executadas, muito freqüentemente, sem qualquer indagação responsável acerca dos prejuízos que elas podem acarretar para determinados segmentos da estrutura social, ou mesmo para a sociedade de um modo geral. De um lado, elas buscam atender à ânsia de lucro da sociedade capitalista e, do outro, são instrumentos costumeiramente manipulados pelo sistema de poder, com vista à sua manutenção e reprodução. É este o caráter intervencionista que muitos Estados têm atribuído à ciência. É preciso que ela se submeta a permanente crítica, para diminuir o risco de tornar-se totalitária.²⁹ É exatamente neste ponto que avulta a importância da epistemologia crítica como sistema de pensamento que se propõe pugnar por uma ciência mais responsável e mais humana.³⁰

2.2. O objeto

Sobre o objeto, já tecemos praticamente todas as considerações mais relevantes para a compreensão deste trabalho. Queremos apenas ressaltar que tomamos o termo tanto na acepção de objeto real como na de objeto de conhecimento, construído pela teoria, consoante a distinção que apresentamos na p. 14. É este último o que mais particularmente nos interessa, visto que a ele é que se dirigem especificamente as teorias científicas. Não desconsideramos, contudo, a importância do objeto real, pois afinal é a ele que, em última instância, as ciências procuram explicar.

Vale destacar, ainda, que, segundo o racionalismo dialético, que abraçamos neste trabalho, o objeto real nunca toma qualquer iniciativa no processo de sua própria inteligibilidade. Nós é que o problematizamos e procuramos conhecê-lo e, nesse mister, construímos o objeto científico. Em outras palavras e para usarmos a feliz expressão de SAUSSURE, “é o ponto de vista que cria o objeto”.³¹

2.3. O método

Para o empirismo, o método consiste em um conjunto de procedimentos que por si mesmos garantem a cientificidade das teorias elaboradas sobre o real. Como o sujeito se limitaria a captar o objeto, essa captação seria tanto mais eficaz e neutra quanto mais preciso e rigoroso fosse o método utilizado. Desse modo, a metodologia se reduz, na concepção empirista, a um corpo de regras cuja validade não apenas é considerada inquestionável porque

afirmada dogmaticamente, como ainda por cima assegura a validade do conhecimento científico que se quer produzir. “O pesquisador é aqui levado a adotar os padrões aceitos e estabelecidos do “método científico”, sem uma discussão mais profunda dos critérios de cientificidade, segundo os quais deva acatá-los e não a outros. Não explicitando esses critérios, dificulta-se a reflexão autêntica, necessariamente crítica, sobre o método. Ela se debate no interior do próprio método, encontra nele os seus limites e todas as tentativas de aprofundamento resultam num refinamento das proposições dele mesmo, que deste modo jamais se questiona”.³² A elaboração científica se limitaria, assim, ao cumprimento rigoroso de certas técnicas pré-estabelecidas, que conteriam o poder quase miraculoso de conferir cientificidade aos conhecimentos elaborados através delas. Quanto mais o pesquisador se abstivesse de qualquer participação ativa e crítica no processo de construção científica, quanto mais ele se limitasse a cumprir mecanicamente as regras metodológicas, tanto melhor cientista ele seria, e tanto maior o grau de confiabilidade de suas teorias.³³ Esse ponto de vista, comum a todas as correntes empiristas, inclusive o positivismo lógico (V. nota nº 5, p. 32-3), está bem de acordo com o fundo ideológico do empirismo: a crença na transparência do objeto, que se daria a conhecer como realmente é. **O mito positivista do cientificismo**, para sustentar-se, teria que se apoiar em alguma crença afirmada dogmaticamente: essa crença é a **transparência do dado**. Mas só isto não basta, porque inevitavelmente o positivismo teria que responder à pergunta: Como é que o sujeito capta o objeto, e como esse processo de captação pode efetuar-se objetivamente, de modo que a produção teórica possa revestir-se do rigor e da exatidão necessários para dar-lhe a credibilidade tão essencial ao conhecimento científico? O positivismo responde que essa credibilidade será, tanto maior quanto mais precisas e confiáveis forem as técnicas metodológicas usadas no processo de investigação científica. Dessa maneira, ele **transfere a crença no objeto para a crença no método**, o qual se, validaria por si mesmo. É por isso que o positivismo afirma a possibilidade da existência de um método único, comum a todas as ciências, independentemente do grau de evolução que elas tenham atingido e das circunstâncias histórico-culturais em que se processe sua elaboração. Ora, como acentua MIRIAM CARDOSO, “deslocar a atenção da cientificidade só para o método tem como conseqüências principais utilizar critérios a-históricos para ele e esquecer a teoria.” Com isso a definição da cientificidade escapa progressivamente da prática científica para se resguardar em postulados apriorísticos e inacessíveis à ciência como tal. Atomizando a totalidade teórica, autoriza a autonomia de cada uma de suas partes e tende a considerar tão-somente a técnica, cuja suposta neutralidade gera a confusão e deforma o desenvolvimento teórico. Um paradoxo surge marcante: a ciência, busca do novo, deve ater-se à manutenção de

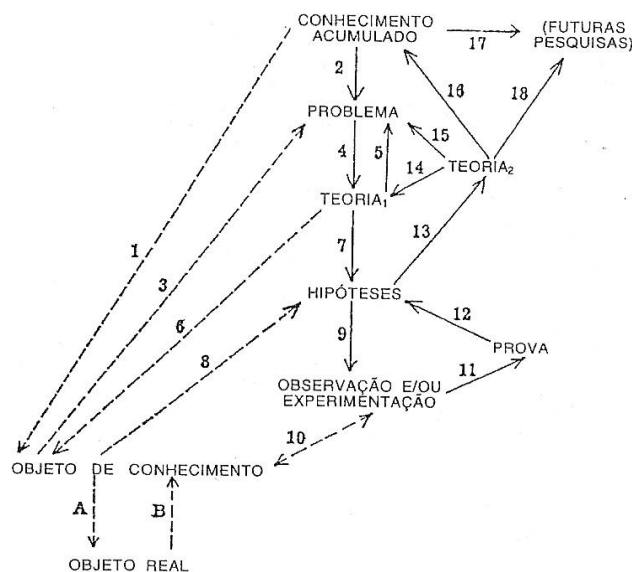
um estilo, definido para garanti-la como tal. Para não correr o risco de se descientificizar, ela deve ser conformista! (...) Estranho apego à ciência que emperra o desenvolvimento científico!³⁴ O mito positivista do cientificismo implica, portanto, necessariamente, na mitificação do método, o qual é apresentado como algo eficaz em si mesmo, como se possuísse, à maneira do que ocorre nos contos de fadas, uma varinha de condão capaz de, ao menor toque, transformar tudo em ciência. Não é de estranhar, portanto, a supervalorização que o empirismo atribui à indução como método único na elaboração científica.³⁵ Afinal, se os empiristas pressupõem que é no objeto real que estão todas as verdades, que é do objeto que flui todo e qualquer tipo de conhecimento, nada mais natural do que ver nele o ponto de partida de toda pesquisa rigorosamente científica.³⁶

A concepção empirista do método, que acabamos de criticar, é insuficiente para atender às características das ciências modernas, que resultam de um trabalho de construção em que a teoria é que é prioritária. Com efeito, um dos traços mais significativos da ciência contemporânea “é o desenvolvimento do método estar-se fazendo cada vez mais no interior dela mesma”.³⁷ Em outros termos, isso significa que **o método faz parte do processo de elaboração científica e, por isso mesmo, deve ser estudado em função da ciência a que serve**, e não como algo apartado dela, como se existisse autonomamente e contivesse prescrições infalíveis a serem cegamente obedecidas. Os cientistas, hoje, não abrem mão de discutir a adequação do instrumental metodológico à natureza e às peculiaridades do problema em estudo. **E isto porque a ciência é fundamentalmente um processo de construção, tanto da teoria quanto do método e do objeto.**³⁸ Aliás, mais do que por seu processo de construção, a ciência moderna se caracteriza por sua função retificadora, em que temos insistido inúmeras vezes, por intermédio da qual ela se renova. Ora, para renovar-se, para formular proposições verdadeiramente novas, o trabalho científico não pode ser executado mecanicamente, através do simples cumprimento de regras metodológicas. O verdadeiro cientista é muito mais um criador de conhecimentos novos - e, para tanto, há de possuir necessariamente mentalidade crítica -, do que um mero seguidor de normas ou repetidor de verdades estabelecidas. Quem só sabe ver as coisas através da bitola estreita de um método único não está habilitado a introduzir nas ciências as inovações que elas por natureza reclamam.

A renovação científica exige uma renovação metodológica, não só porque o método é interior à ciência, como porque não se pode esperar que as novidades teóricas decorram da aplicação de métodos obsoletos ou inadequados. Como BACHELARD observa magistralmente, “(...) la condamnation d’une méthode est immédiatement, dans la science moderne, la proposition d’une méthode nouvelle, d’une jeune méthode, d’une méthode de

jeunes. (...) Il n'y a pas d'interregne dans le développement des méthodes scientifiques modernes. En changeant de méthodes, la science devient de plus en plus méthodique. Nous sommes en état de rationalisme permanent".³⁹ Por isso, são infecundas quaisquer indagações que visem a questionar o método em si mesmo, separando-o do corpo teórico que ele integra. "Já que o método está sendo visto como componente de um conjunto responsável pela elaboração do conhecimento, é necessário perguntar o que faz com que este todo seja como é. O que determina que as articulações dos seus termos sejam estas e não outras? Ou seja, quais as fundações deste corpo teórico? Somente conduzindo o raciocínio até o plano propriamente epistemológico, distanciando-se, assim, das malhas do método como tal para atingir as suposições em que se baseia, as bases de que parte, é que será possível compreender a formação do conhecimento e o papel que aí cabe ao método".⁴⁰ Só fará sentido uma discussão sobre o método, se ele for considerado concretamente, dentro da ciência a que serve, e não como algo que a ela se sobreponha. Podemos afirmar, com segurança, que o sentido e a importância do método só existem em função do seu relacionamento com a teoria e o objeto de conhecimento. Por consequência, não existe o método científico, a não ser por abstração, mas métodos concretos específicos, cuja validade resulta de sua adequação às características do objeto de estudo e às formulações teóricas que norteiam cada pesquisa. Por fazer parte do processo de construção científica, o método é também construído e, por isso mesmo, retificável, e não algo já dado apenas para ser obedecido. E é construído pela teoria, pois afinal é ela que comanda todo o processo de elaboração científica.

Acabamos de dizer que o método científico só existe por abstração. Façamos, pois, essa abstração, na tentativa de apontar o que há de mais característico e comum no percurso metodológico que as diversas ciências geralmente fazem durante o processo de elaboração de suas teorias. Para tanto, apresentamos a seguir um gráfico que permite a visualização das principais etapas que as ciências geralmente atravessam em seu trabalho de construção teórica. Esse gráfico de modo nenhum tem a pretensão de ser completo (até porque o termo é descabido quando aplicado a qualquer metodologia), e muito menos de conter uma padronização a ser fielmente seguida em todas as pesquisas (o que contrariaria todas as nossas considerações anteriores). Ele tem apenas o valor de uma tentativa, despojado que é de qualquer caráter de necessidade, mesmo porque algumas das etapas nele contidas podem ser simplesmente eliminadas ou substituídas por outras, conforme o exijam as condições reais de cada pesquisa. Apresentemo-lo então:



Apesar de suas imperfeições técnicas, parece-nos que o gráfico acima ilustra bem o comando teórico que é característico da elaboração de novos conhecimentos científicos. Procedamos a uma explicação sintética desse gráfico, para facilitar sua compreensão. Inicialmente, devemos ressaltar que utilizamos linhas pontilhadas para representar o relacionamento dialético que se opera entre os momentos propriamente teóricos (conhecimento acumulado, problema, teorias, hipóteses, observação e/ou experimentação e prova) e o objeto real. Note-se que o contato entre a parte teórica e a realidade não se dá diretamente, mas através do objeto de conhecimento, isto é, do objeto construído, sobre o qual recaem todas as pesquisas. As linhas cheias, por sua vez, indicam as relações que, entre si, estabelecem os diversos momentos propriamente teóricos.

Com base no princípio a que já nos referimos, segundo o qual nenhum cientista inicia completamente em branco uma atividade de pesquisa, podemos afirmar que o **ponto de partida de qualquer investigação científica é o conhecimento acumulado**, isto é, o conjunto ou a síntese das explicações teóricas que, ao início da pesquisa, são aceitas como dando conta, pelo menos parcialmente, do objeto. Há algo, porém, nessas explicações que não satisfaz plenamente o pesquisador, quer no que tange aos aspectos especificamente teóricos, quer no que concerne a aplicações de ordem prática. Ele pode supor, por exemplo, que as explicações atuais não condizem bem com a natureza do objeto e, conseqüentemente, precisam ser retificadas. Note-se que é sempre o sujeito que toma a iniciativa, pois o vetor epistemológico vai do racional ao real, e não ao contrário, como indica a seta 1. A preocupação do pesquisador em aprimorar as explicações teóricas vigentes constitui para ele um problema, que nasce do confronto dialético por ele mesmo estabelecido entre tais explicações e as características do objeto, confronto esse que se traduz na sua presunção de que as teorias não

explicam convenientemente o objeto (setas 2 e 3). Convém observar que a problematização é algo eminentemente teórico, não só porque resulta do confronto dialético entre teoria e realidade, como sobretudo porque esta, em si mesma, não apresenta problema algum. Com efeito, o ato mesmo de problematizar já contém, implícita ou explicitamente, um referencial teórico que norteará toda a pesquisa (setas 4 e 5). Isto significa que o problema contém, em si mesmo, um posicionamento teórico qualquer (teoria 1), que tanto pode ser uma entre as várias teorias existentes, como uma síntese dessas teorias, ou ainda o resultado de um trabalho crítico que sobre elas se realize. A formulação teórica direcionadora da pesquisa (teoria 1), em confronto com o objeto de conhecimento (seta 6), permitirá ao pesquisador estabelecer uma ou mais hipóteses (setas 7 e 8). Essas hipóteses, que são um produto da teoria combinada, em uma primeira aproximação, com o objeto, consistem em proposições iniciais, talvez ainda um tanto imprecisas mas não aleatórias, que visam à retificação das explicações então existentes, ou à sua reformulação sob um ângulo novo. Todo o desenvolvimento posterior da pesquisa é uma tentativa no sentido de testar a validade das hipóteses. Para tanto, são utilizados processos de observação e/ou experimentação (setas 9 e 10), que se destinam a submeter as hipóteses a uma prova (setas 11 e 12) de sua validade teórica e de sua adequação ao objeto observado. A seta 10 tem sentido duplo para indicar que tanto a observação como a experimentação são construídas em função da teoria e do objeto e conseqüentemente, entre elas e este, se opera um processo de ação e reação que nada tem a ver com aquela captação passiva e neutra pela qual tanto lutam os empiristas. Resta-nos dizer que, uma vez comprovada a hipótese, sobre ela é construída uma nova teoria (teoria 2), como demonstra a seta 13. Essa nova teoria de algum modo retifica ou aprimora aquela que constituiu o ponto de partida da pesquisa (seta 14), reformula o problema inicial ou abre espaço para a formulação de novos problemas (seta 15) e finalmente se incorpora, retificando-o, ao conhecimento acumulado (seta 16), constituindo então um dos pontos de partida para futuras investigações (setas 17 e 18), no processo sempre inacabado de elaboração científica. As setas A e B, no gráfico, contêm uma visão simplificada do processo de aproximação entre o objeto de conhecimento e o objeto real, que já ilustramos mais detalhadamente na p. 18.

O gráfico que acabamos de apresentar de modo algum contém uma proposta rígida, e muito menos significa que estejamos formulando regras para uma elaboração metodológica do conhecimento científico. Como já frisamos, ele é apenas uma tentativa de ilustrar os procedimentos metodológicos mais usuais, porém de forma nenhuma obrigatórios, na prática das ciências. As hipóteses, por exemplo, às vezes nem sequer podem ser formuladas, mormente quando a investigação gira em torno de um problema novo,

praticamente inexplorado e sobre o qual não se tenham acumulado maiores conhecimentos teóricos. Neste caso, o pesquisador pode ver-se forçado a executar apenas um trabalho exploratório, que termine com a formulação de hipóteses ainda um tanto vagas, as quais, por seu turno, constituirão o ponto de partida para novas pesquisas. **Por outro lado, nem todo trabalho científico, sobretudo nas ciências sociais, permite que se recorra à experimentação,** e às vezes, embora possível, ela é desnecessária aos objetivos específicos da pesquisa. A própria observação freqüentemente só pode ser feita por meios indiretos, como, por exemplo, no estudo das partículas atômicas, ou de certos fenômenos sociais tais como, entre outros, o grau de satisfação da população em relação à política do governo, ou as causas determinantes da criminalidade. Pode ocorrer também que não seja possível nem mesmo a observação indireta de certos fenômenos, por falta de instrumentos eficazes para tanto, como acontece, por exemplo, com a dilatação do tempo em um corpo que se desloque aceleradamente em relação a outro, segundo postula a física relativista. Com efeito, às vezes a teoria científica é formulada em um momento histórico em que as técnicas então existentes não permitem qualquer tipo de observação e muito menos de experimentação. BUNGE nos dá um exemplo: “ADAMS e LE VERRIER descubrieron el planeta Neptuno procediendo de una manera que es típica de la ciencia moderna. Sin embargo, no ejecutaron un solo experimento; ni siquiera partieron de “hechos sólidos”. En efecto el problema que se plantearon fue el de explicar ciertas irregularidades halladas en el movimiento de los planetas exteriores (a la Tierra); pero estas irregularidades no eran fenómenos observables: consistían en discrepancias entre las órbitas observadas y las calculadas. El hecho que debían explicar no era un conjunto de datos de los sentidos, sino un conflicto entre datos empíricos y consecuencias deducidas de los principios de la mecánica celeste”.⁴¹

Por outro lado, o gráfico contém o limite, que intencionalmente lhe atribuímos, de representar apenas os contornos de um tipo de pesquisa científica: aquela em que as hipóteses são comprovadas pela experiência. Ora, às vezes a experiência infirma – ao invés de confirmar – as hipóteses. Neste caso, se o pesquisador quiser, mesmo assim, elaborar uma teoria (teoria 2), esta há de ser uma teoria negativa, ou seja, uma teoria do que não é. Mesmo assim, ela não estará desprovida de valor, pois sua divulgação poderá ajudar outros pesquisadores a evitar os mesmos erros, ou a abordar o problema sob novo enfoque.

As rupturas e cortes epistemológicos também não se encontram expressamente representados no gráfico. Eles ocorrem quando há uma daquelas revoluções teóricas a que já aludimos e que implicam em toda uma reformulação da ciência, atingindo suas proposições teóricas, seus métodos, seu objeto e seus próprios princípios. Para ilustrarmos no gráfico um

corte epistemológico, poderíamos dizer que ele se verificaria se a teoria 2 rompesse não só com a teoria 1 e com o problema por ela formulado, como também com todo o sistema de explicações contido no conhecimento acumulado, retificando-o profundamente e acrescentando-se a ele por descontinuidade, limitando-o e abrindo conseqüentemente um espaço teórico inteiramente novo dentro da ciência.⁴²

Todas as ponderações que acabamos de apresentar deixam claro que o método não é uma camisa-de-força imposta aos cientistas para lhes tolher a liberdade de criação. Pelo contrário: o método, como a própria ciência, é algo aberto e flexível, construído e retificável, e não um conjunto de preceitos que se imponham dogmaticamente. Assim, não há por que privilegiar determinados métodos como científicos em detrimento de outros, como faz o empirismo com relação ao método indutivo.⁴³ Indução e dedução se completam na prática científica. A cada etapa de elaboração teórica representada no gráfico da p. 69 correspondem possíveis procedimentos metodológicos. Há métodos para formular o problema e as hipóteses, para observar e experimentar, bem como para testar a validade das proposições. A escolha dos métodos mais adequados em cada uma dessas etapas fica a cargo do pesquisador que, posicionando-se criticamente perante a teoria e o objeto, é quem melhor pode decidir sobre a adequação do método à natureza e aos objetivos da pesquisa. Como nos ensina WEBER, “**não se poderia dizer a priori que determinado processo é melhor do que outro; tudo depende do faro do sábio, do sentido da pesquisa e da habilidade na aplicação, de maneira que somente os resultados obtidos decidem retrospectivamente sobre sua validade**”.⁴⁴ O pluralismo metodológico é uma exigência do desenvolvimento científico. “Plus on creuse la science, plus elle s’élève.”⁴⁵

3. Ciência e filosofia

De certa maneira, as ciências foram paulatinamente ganhando autonomia em relação à Filosofia, que constitui, por assim dizer, o seu tronco comum. Essa autonomia, contudo, não deve ser entendida em sentido absoluto, como se ciência e Filosofia constituíssem conhecimentos estanques. Elas se distinguem, realmente, tanto por seus métodos e objetos como sobretudo por seus enfoques teóricos e pelos problemas que cada uma se propõe. Mas, por outro lado, elas interagem continuamente, numa relação mútua em que ambas se complementam e se enriquecem.

Podemos afirmar que as teorias científicas são mais analíticas, ao passo que as teorias filosóficas são mais sintéticas. Isto porque as ciências estão mais próximas dos

fenômenos, procurando compreender seus aspectos diferenciais, enquanto a preocupação maior da Filosofia se volta para uma compreensão integral das coisas, vistas em sua globalidade.⁴⁶

A moderna Filosofia tende a ser, cada vez mais, uma síntese superestrutural que se assenta sobre a infra-estrutura da ciência. Nessa perspectiva, ela dá vida e sentido ao conhecimento científico, tomando como ponto de partida precisamente as últimas verdades estabelecidas pelas ciências.⁴⁷ A imagem que acabamos de formular é apenas caricatural, pois não podemos entender a Filosofia somente como uma superestrutura da ciência, sob pena de a reduzirmos a uma filosofia da ciência, o que implicaria não só na negação de autonomia ao conhecimento filosófico, como também num retorno à antiga tese positivista da filosofia científica - que se elaboraria sobre, e não com as ciências -, que as epistemologias modernas vieram derrubar.⁴⁸ O que queremos dizer é que há certas conquistas científicas que repercutem tão profundamente no terreno da Filosofia, que esta não pode ignorá-las, pois o seu conhecimento é essencial à própria construção filosófica, ainda que esta as questione ou sobre elas se posicione criticamente, o que aliás deve fazer. A teoria da relatividade, por exemplo, no que concerne à concepção não absoluta do espaço e do tempo, atingiu o âmago mesmo do pensamento humano. Um sistema filosófico que hoje se construa pode até colocar em xeque tal concepção, mas não pode estar alheio a ela, sob pena de adotar, já de saída, um ponto de vista anacrônico. Sob esse prisma, teremos “uma filosofia aberta, que não encontra mais em si mesma as “verdades primeiras”, nem tampouco vê na identidade do espírito a certeza que garante um método permanente e definitivo. O que deve ser abandonado é uma filosofia que coloca seus princípios como intangíveis e que afirma suas verdades primeiras como totais e acabadas. O filósofo não pode ser o homem de uma só doutrina: idealista, racionalista ou empirista. Porque a ciência moderna não se deixa enquadrar numa doutrina exclusiva. O filósofo não pode ser menos ousado e corajoso que os cientistas”⁴⁹. A Filosofia precisa ser contemporânea das ciências.

Por outro lado, as ciências precisam, cada vez mais, de um sistema de pensamento do tipo sintético, que organize, critique e conseqüentemente enriqueça suas proposições. Como afirma PIAGET, a Filosofia “é mesmo indispensável a todo homem completo, por mais cientista que ele seja”.⁵⁰ Ao contrário do positivismo de COMTE, que relega a Filosofia a um papel inteiramente secundário - sem no entanto deixar de erigir todo um sistema filosófico positivo -, devemos compreender que a função da Filosofia vai muito além de uma simples reflexão sobre a ciência, porque esta, apesar de todos os seus êxitos, é incapaz de responder a muitas questões cruciais da existência humana. E a Filosofia “é a humanizadora do saber”.⁵¹ Se o positivismo rechaça a Filosofia, é porque isto serve à manutenção de seu fundo

ideológico dogmático. Não é sem propósito que a chamada civilização industrial procura na doutrina positivista, com o mito do cientificismo que lhe é intrínseco, um de seus mais fortes esteios. Afinal, a Filosofia questiona, discute, indaga, critica, incomoda e, por isso mesmo, é um perigo a ser evitado a todo custo...⁵²

NOTAS AO CAPÍTULO II

1. cf. WARAT, Luis Alberto. Objetividade e objetivação. Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS, 1978, p. 1, mimeografado. No mesmo sentido, manifesta-se, por exemplo, DURKHEIM (1858-1917), que, fiel aos princípios empiristas, considera o apelo à realidade como o critério de cientificidade por excelência: “É da sensação que se desprendem todas as idéias gerais, verdadeiras ou falsas, científicas ou não. O ponto de partida da ciência ou do conhecimento especulativo não poderia, pois, ser senão idêntico ao do conhecimento vulgar ou prático. É somente em seguida, na maneira pela qual esta matéria comum passa a ser elaborada, que começam as divergências”. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Trad. São Paulo, Nacional, 1963, p. 83.
2. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Saraiva, 1975, v. 1, p. 49.
3. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 69. 4. cf. PIRES, Eginardo. A teoria da produção dos conhecimentos. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 164.
5. O próprio EINSTEIN chegou a afirmar que “as hipóteses que constituem as modernas teorias da Física são “livres criações da mente” cuja invenção e elaboração requerem dotes imaginativos análogos aos que permitem a criação artística”. cf. NAGEL, Ernest. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 21 (Grifos do autor).
6. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Op. cit., p. 69 (Grifos do autor). Mais adiante, o autor acrescenta, citando CANGVILHEM: “(...) a ciência não é o pleonasmo da experiência”: ela se faz contra a experiência, contra a percepção e toda atividade técnica usual. Sendo uma operação especificamente intelectual, tem uma história, mas não tem origens. É a gênese do real, embora sua própria gênese não possa ser narrada, apenas descrita como recomeço, pois não é a frutificação de um pré-saber”. Id. Ibid., p. 79-80 (Grifos do autor).

7. POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 56. No mesmo sentido, pronuncia-se MIRIAM CARDOSO: “Jamais um pesquisador diz, ao concluir seu trabalho: - Agora sim, conheço. Sua posição exige um rigor maior e ele dirá: Agora o conhecimento é mais perfeito do que aquele de que partimos. Continuemos logo as pesquisas para, numa crítica incessante, transformá-lo e torná-la ainda mais verdadeiro”. CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, PUC, 1971, p. 23, mimeografado.
8. cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira, Op. cit., p. 106 (Grifos do autor).
9. cf. CANGUILHEM, Georges. Sobre uma epistemologia concordatária. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva, Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 50, jan./mar. 1972.
10. Cf. POPPER, Karl Raimund. Op. cit., p. 82-98.
11. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 24, 26 (Grifos nossos).
12. “Todo hecho de conciencia está estrechamente ligado, de manera inmediata o más o menos mediatizada, a la praxis, así como toda praxis está mediata o inmediatamente, y explícita o implícitamente, ligada a certa estructura de conciencia”. GOLDMANN, Lucien. Epistemologia de la Sociología. In: PIAGET, Jean et alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemologia de las ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972, p. 67.
13. CUVILLIER, Armand. Introdução à Sociologia. Trad. de Pedro Lisboa. Rio de Janeiro, Andes, 1954, p. 95.
14. MARTINS, José Maria Ramos. Da Noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & filhos, 1955, p. 36-7 (Tese de concurso) (Grifos do autor).
15. “(...) não há distinção rígida entre “ciência” e “técnica”, pois não se pode considerar a primeira como um “em-si”, independentemente de seu exercício concreto, nem tampouco dissociar o discurso científico de sua verificação prática, que implica uma técnica”. JAPIASSU, Hilton Perreira. Op. cit., p. 147 (Grifos do autor).
16. “La division classique qui sépare la théorie de son application ignorait cette nécessité d’incorporer les conditions d’application dans l’essence même de la théorie”. BACHELARD, Gaston. Epistémologie. Textes choisis. Paris, PUF, 1971, p. 135.
17. “Referimo-nos à ideologia como sendo uma estrutura histórica que tem por efeito procurar eternizar uma estrutura de estruturas: o modo de produção. Para tal, a ideologia procura corresponder aos “pedidos” da estrutura política e da estrutura econômica. (...) Na sociedade de classes, a ideologia tem precisamente por função (...) ocultar as contradições existentes (...)”. LUZ, Marco Aurélio. Por uma nova filosofia. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii.

Op. cit., p. 70-1 (Grifo do autor). Em outras palavras, a ideologia consiste num “império das idéias para escamotear o império dos homens sobre outros”. CHAUÍ Marilena. Crítica e ideologia. Cadernos SEAF, Rio de Janeiro, Vozes, (1): 17, ago. 1978.

18. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 21.

19. ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. Trad. Lisboa, Presença, 1976, p. 110-1 (Grifo do autor).

20. WEBER, Max. Ensaio sobre a teoria da ciência. Trad. Lisboa, Presença, 1969, p. 63-4 (Grifos do autor).

21. PIRES, Eginardo. Op. cit., p. 166 (Grifos do autor).

22. “(...) a ideologia está de tal modo presente nos atos e nos gestos dos indivíduos (“os homens respiram ideologia”, na metáfora de ALTHUSSER), que ela é inseparável de sua “experiência vivida” e toda descrição imediata do “vivido” se encontra profundamente marcada pelos conteúdos da “evidência” ideológica. Assim, quando o filósofo empirista acredita encontrar-se frente a uma percepção ou a uma prática pura do “vivido” ou do concreto-real, se encontra na realidade frente a uma percepção ou a uma prática impuras, marcadas pelas estruturas invisíveis da ideologia”. LUZ, Marco Aurélio. Op. cit., p. 41-2 (Grifos do autor).

23. Cf. FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro, Forense, 1970, p. 63-8.

24. Segundo ADORNO (1903-1969), “(...) a objetividade e a neutralidade axiológica constituem em si valores. E, como a neutralidade axiológica é em si mesma um valor, a exigência de uma tal ausência de valores, de uma completa neutralidade valorativa, é paradoxal”. Cf. PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução axiológica ao Direito. Rio Janeiro, Forense, 1977, p. 22 (Grifos do autor).

25. “O cientista arquiteta a objetividade de seus resultados, esforçando-se por prescindir da subjetividade pessoal e das influências sociais, através de sua atitude crítica”. BUGALLO ALVAREZ, Alejandro. Pressupostos epistemológicos para o estudo científico do Direito. São Paulo, Resenha Universitária, 1976, p. 11 (Grifos nossos).

26. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 6.

27. “O cientificismo contemporâneo, através de um processo de “anexação imperialista”, criou uma ideologia que lhe é própria. Essa ideologia tem todas as características de uma verdadeira religião. O grande público como que venera e presta culto a esta nova divindade do século: a ciência, sobretudo suas maravilhas tecnológicas. Não há muita diferença entre os adeptos da “religião-ciência” e os partidários das outras religiões. Até podemos nos perguntar

se o cientificismo não suplantou as demais religiões tradicionais, pelo menos enquanto “religião” assegurando todas as “verdades”. Sua influência nas mentalidades e na educação em todos os níveis é tão grande, que suas “verdades” parecem indiscutíveis ou assemelham-se a dogmas inquestionáveis. E tudo isso, apesar de o grande público ser quase analfabeto em matéria de ciência. Neste domínio, a ignorância chega a ser estarrecedora. Até mesmo nos meios universitários, a ciência quase não é conhecida, pois continua a ser ensinada dogmaticamente (como previra e ordenara COMTE), quase como se ela fosse uma “verdade revelada”. JAPIASSU, Hilton Pereira. Op. cit., p. 147-8 (Grifos do autor).

28. “A pesquisa foi absorvida na espiral do crescimento. Está sempre à cata de créditos. Aceita os contratos que lhe são ofertados para subsistir. A corrida armamentista se serve dela. Outrora promessa de felicidade, a ciência torna-se ameaça de morte. Está hoje subordinada a instâncias burocráticas que são estranhas à atividade “racionalizante”. E as tomadas de decisão não estão mais submetidas a uma regulamentação propriamente científica”. Id. Ibid., p. 145 (Grifo do autor).

29. Cf. JAPIASSU, Hilton Perreira. Op. cit., p. 70.

30. “Certos cientistas começam a compreender a ambigüidade do papel que desempenham ou que são forçados a desempenhar no seio da sociedade. E desejam construir uma ciência responsável, não somente consciente de seu papel real e de suas funções sociais, mas também preocupada em controlar ou, pelo menos, assumir suas próprias atividades dentro da sociedade. Eles querem avaliar as conseqüências que podem ter, sobre a sociedade e sobre o futuro da humanidade, os resultados de suas pesquisas e invenções científicas. Diante delas, não querem permanecer passivos ou nesta atitude de “neutralidade” própria a um colecionador de selos, mas não àqueles que interferem diretamente, quer queiram, quer não, nas transformações sociais”. JAPIASSU, Hilton Perreira. Op. cit., p. 150 (Grifos do autor).

31. Cf. JAPIASSU, Hilton Perreira. Op. cit., p. 81 (Grifo nosso).

32. Cardoso, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 1 (Grifo da autora).

33. “Uma das funções importantes da afirmação do método científico tem sido a de conferir status científico àqueles que o seguem, inúmeras vezes apesar da precariedade dos resultados a que conseguem chegar. Autores que se beneficiam deste tipo de atribuição costumam incluir, no início dos seus trabalhos, indicações sobre as técnicas que utilizam, conforme ao método, visando muito menos o esclarecimento e a orientação dos leitores quanto à compreensão mais adequada do desenvolvimento da pesquisa, do que conseguir aceitação geral, principal senão unicamente em função do próprio método. É quase um prólogo ritual ao

qual tudo o que se segue já deve ser encarado com seriedade e respeito. A crítica à teoria esbarra na defesa do método”. Id. Ibid., p. 29 (Grifos nossos).

34. Id. Ibid., p. 30 (Grifos nossos).

35. “Observar, induzir e verificar experimentalmente tais as três fases de toda pesquisa rigorosamente científica”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Sistema de ciência positiva do Direito. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972, t. 4, p. 117.

36. “EINSTEIN assentou a conclusão correta: a ciência é incompatível com o método empírico ou, pelo menos, com a visão que dele tinham muitos físicos clássicos. Um cientista cria intuitivamente teorias que sempre ultrapassam o campo de experiência e que, por isso mesmo, se tornam vulneráveis a conquistas futuras. O aniquilamento de uma teoria ou de um ponto de vista geral não indica erro do método, mas é uma possibilidade essencial à ciência. EINSTEIN rompeu também, explicitamente, com a tradição de apresentar uma teoria nova como resultado de uma dedução a partir dos fatos. Seu primeiro trabalho acerca da relatividade (...) não parte da enunciação de fatos, mas de princípios, tal como o princípio da constância da velocidade da luz em todos os sistemas inerciais”. FEYERABEND, Paul K. Problemas de microfísica. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). Op. cit., p. 251 (Grifo do autor).

37. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit., p. 1 (Grifos nossos).

38. “Se o real tem uma ordem, ela não está dada, não transparece. Essa ordem só é atingida, podendo tornar-se parcialmente reproduzida, pelo pensamento que indaga, aprofundando-se no real”. CARDOSO, Miriam Limoeiro. A periodização e a ciência da História. Rio de Janeiro. P.U.C, 1977, p. 15, mimeografado.

39. BACHELARD, Gaston. Op. cit., p. 134.

40. CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, P.U.C, 1971, p. 2-3, mimeografado.

41. BUNGE, Mario. La ciencia, su método y su filosofía. Buenos Aires, Siglo XX, 1973, p. 28 (Grifo do autor). A propósito, certos epistemólogos, como, por exemplo, POPPER, negam a possibilidade de uma teoria vir a ser confirmada pelos fatos, pois estes são particulares e, por mais exaustivas que sejam as observações, elas não podem apreendê-los em sua totalidade, ficando sempre aberta a hipótese de que, em outras observações, os fatos venham a comportar-se diferentemente. Este é o ponto de partida do critério da falsificabilidade a que já nos referimos (p. 52), e que constitui o ponto central da epistemologia racionalista-crítica, que tem em POPPER seu vulto principal. Segundo o critério da falsificabilidade, ou falseabilidade, a experiência só permite refutar uma teoria, entendendo-se como teoria confirmada aquela que ainda não foi refutada pela experiência. cf. POPPER, Karl Raimund.

Op. cit., p. 82-98. O fato de haver teorias científicas não decorrentes da indução a partir dos fenômenos (sem, por isso, deixarem de ser científicas) resulta de que a elaboração científica em suas diversas etapas, consiste num trabalho de construção, e não de mera captação do objeto. “Na experiência”, (o pesquisador) “cria as condições, cria o objeto; ela não é algo que aconteça e que seja observado de fora, mas sim, é algo produzido, seja no laboratório, sob condições ideais, seja na realidade, com controle relativo e parcial. Apresenta sempre participação efetiva, em que os aspectos do objeto real que o sujeito teórico organizou na análise vão constituir o fato científico. O funcionamento da experiência forma a prova, mostrando se a teoria consegue ou não dominar o real que ela formula. A tautologia é aí um risco permanente, pois que o real que deverá fornecer a última palavra não é o real externo e concreto, mas o real que a própria teoria formulou. Daí principalmente a necessidade de crítica sobre aquela formulação, a indispensabilidade de abertura metodológica”. CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, PUC, 1971, p. 6-7, mimeografado (Grifos nossos).

42. “Quando ocorre no domínio científico uma ruptura, ela não elimina a verdade anteriormente aceita como se deixasse de ser científica. A negação que sobre ela se exerce é de outra espécie. Não podemos esquecer que ela não se restringe aos aspectos substantivos, mas envolve também o método, a técnica e o objeto. É indispensável ressaltar a mudança do objeto. Trata-se de um campo específico sobre o qual a teoria anterior já não mais tem o direito de falar, ao qual ela não mais pode se aplicar (se é que antes o teria dividido, ou pretendido dar-lhe alguma explicação)”. Id. Ibid., p. 9.

43. Basta observarmos que é a partir da teoria que se vai ao objeto, para que fique claro que a elaboração científica, pelo menos em seu momento inicial, não é, de modo algum, indutiva.

44. Cf. FREUND, Julien. Op. cit., p. 35 (Grifos nossos).

45. BACHELARD, Gaston. Op. cit., p. 133.

46. “Não vejo, pois, em definitivo, senão um critério distintivo entre as ciências e a Filosofia; aquelas se ocupam das questões particulares, enquanto esta tenderia ao conhecimento total (...)” (Mas esse) “Conhecimento total é atualmente, e pode ser para sempre, caso de síntese provisória e de síntese em parte subjetiva, porque dominada, de fato, pelos julgamentos de valor não universalizáveis, mas especiais a certas coletividades ou mesmo a certos indivíduos”. PIAGET, Jean. Psicologia e epistemologia. Por uma teoria do conhecimento. Trad. de Agnes Cretella. Rio de Janeiro, Forense, 1973, p. 98-9.

47. “O ver-de-perto das ciências não pode prescindir do ver-de-longe da Filosofia.” MARTINS, José Maria Ramos. Discurso de posse como Reitor da Universidade do Maranhão. São Luís, UFMA, 1975, p. 6, mimeografado.
48. “A Filosofia não se funda sobre a Psicologia, a Sociologia etc., mas tem por tarefa interrogar-se sobre os fenômenos e as leis que estas apresentam, quando não porque já contêm uma filosofia implícita”. JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia da interdisciplinaridade nas ciências do homem. Rio de Janeiro, P.U.C, 1975, p. 9, mimeografado.
49. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 74 (Grifos do autor).
50. Cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 52.
51. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Op. cit., t. I, p. 35.
52. “O pensar filosófico tem um duplo inconveniente: de um lado, ele nos ensina a criticar (não rejeitar, mas passar ao crivo, examinar) as opiniões recebidas ou impostas, as tradições transmitidas, as idéias admitidas; de outro, ensina-nos a ultrapassar o conformismo e o não-conformismo em vista de uma coerência sempre maior do pensamento e da ação. (...) O velho SÓCRATES não fez outra coisa, ao defrontar-se com os sofistas. Estes tentaram confinar a reflexão dentro de uma alternativa: seguir as tradições sem nada compreender, ou simplesmente ser o mais forte e vencer na vida. SÓCRATES recusou-se a ficar preso dentro dessa alternativa. Aos tradicionalistas, aos defensores do *status quo*, dizia. “tudo isso deve ser repensado, refletido, criticado, ser medido segundo uma norma de verdade e de bem”. Aos cínicos, defensores da lei do mais forte e do maior acúmulo de bens, respondia: “uma vida que não foi examinada não merece ser vivida”. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 162, 166 (Grifos do autor).

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

- BACHELARD, Gaston. A atualidade da história das Ciências. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 22-26, jan./mar. 1972.
- _____. Conhecimento comum e conhecimento científico. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 27-46, jan./mar. 1972.
- _____. Filosofia do novo espírito científico. Trad. de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa, Presença, 1972.
- _____. La formation de l'esprit scientifique. Paris, Vrin, 1938.
- _____. Le nouvel esprit scientifique. Paris, PUF, 1940.
- _____. Le rationalisme appliqué. Paris, PUF, 1949.
- _____. A retificação dos conceitos. Trad. de Péricles Trevisan. Rio de Janeiro, PUC, 1975, mimeografado.
- BLALOCK JR., H. M. Introdução à pesquisa social. Trad. de Elisa L. Caillaux. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- BOURDIEU, Pierre et alii. Le métier de sociologue. Paris, Mouton, Bordas, 1968.
- CANGUILHEM, Georges. Etudes d'histoire et de philosophie des sciences. Paris, Vrin, 1970.
- _____. O objeto da história das ciências. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 7-21, jan./mar., 1972.
- ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971.
- FEYERABEND, Paul K. Contra el método. Trad. de Francisco Hernán. Barcelona, Ariel, 1974.
- GALTUNG, Johan. Teoría y métodos de la investigación social. Trad. Buenos Aires, UBA, 1966.
- GOODE, William & HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. Trad. de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo, Nacional. 1977.
- HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social. Projeto e planejamento. São Paulo, T. A. Queiroz, 1978.
- KAPLAN, Abraham. Metodologia para as ciências do comportamento. Trad. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal - lógica dialética. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MANN, Peter H. Métodos de investigação sociológica. Trad. de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

NAGEL, Ernest. La estructura de la ciencia. Trad. Buenos Aires, Paidós, 1968.

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social. São Paulo, Nacional, 1973.

PAULI, Evaldo. Manual de metodologia científica. São Paulo. Resenha Universitária, 1976.

PIAGET, Jean et alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemología de las ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972.

SCHRADER, Achim. Introdução à pesquisa social empírica.
Trad. de Manfredo Berger. Porto Alegre, Globo, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. Trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

THUILLIER, Pierre. Jeux et enjeux de la science. Paris, Laffont, 1972.

WARAT, Luís Alberto et alii. Filosofia e teoria social. Florianópolis, UFSC, 1979, mimeografado.

Capítulo III

AS CIÊNCIAS SOCIAIS

“Nenhuma época acumulou sobre o homem conhecimentos tão numerosos e tão diversos quanto a nossa. Nenhuma época conseguiu apresentar seu saber sobre o homem sob uma forma que mais nos toque. Nenhuma época conseguiu tornar esse saber tão prontamente e tão facilmente acessível. Mas nenhuma época soube menos o que é o homem.” (MARTIN HEIDEGGER. Kant e o problema da metafísica, p. 219.)

1. Ciências sociais e ciências naturais

A especificidade das ciências sociais é hoje um fato aceito na maioria dos círculos científicos e acadêmicos. No entanto, inúmeros foram os obstáculos que os seus fundadores tiveram de enfrentar para conferir às ciências sociais estatuto científico e assegurar-lhes credibilidade, quer no que tange às suas elaborações teóricas e metodológicas, quer no que toca às suas aplicações práticas. Esses obstáculos se traduziram - e ainda hoje persistem, embora em escala bem menor - de um lado na dúvida generalizada entre aqueles que lidavam com as chamadas ciências naturais, de que um objeto tão cambiável como a sociedade pudesse prestar-se a estudos de natureza científica; e do outro nas próprias dificuldades que os cientistas sociais encontraram para definir seus campos específicos de investigação, para elaborar sistemas metodológicos adequados e sobretudo para estabelecer os princípios teóricos a partir dos quais pudessem ser constituídas disciplinas científicas.

A Sociologia, que particularmente nos interessa neste capítulo como a ciência dos fatos sociais estudados em sua generalidade, proveio, como as demais ciências, do tronco comum da Filosofia. Ela nasceu com o positivismo de COMTE, retomado posteriormente por DURKHEIM. Dentro de sua visão positivista inicial, a Sociologia partiu do princípio de que não havia qualquer diferença qualitativa entre os fenômenos naturais e os fenômenos sociais,¹ os quais constituiriam realidades absolutamente autônomas e objetivas e conseqüentemente seriam passíveis de uma investigação rigorosamente científica, dentro dos cânones apregoados pelo positivismo. Daí a regra estabelecida por DURKHEIM, de que os fatos sociais deveriam ser analisados como coisas.² Para o naturalismo que caracteriza a doutrina positivista, a única distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais reside, portanto, na especificidade de seus respectivos objetos. As primeiras se ocupariam dos fenômenos da

natureza e as segundas tentariam descrever as realidades sociais, mas ambas fariam uso do método científico, comum a todas as ciências, e, por conseguinte, estariam aptas a elaborar teorias rigorosamente científicas sobre os seus respectivos objetos de estudo. Esse ponto de vista foi retificado por WEBER, através de sua sociologia compreensiva, e por MARX, com a concepção do materialismo histórico, os quais vieram desmistificar o valor do objeto como fator exclusivo de distinção entre as ciências, chamando atenção para a importância dos enfoques teóricos e problemáticos como fatores distintivos entre as diversas disciplinas científicas. Para WEBER, a aplicação sociológica não pode ser puramente naturalística, limitando-se apenas a descrever os atos exteriores do comportamento humano e ignorando o sentido de cada atividade ou relação. As ciências sociais devem procurar um conhecimento integral do homem, ainda que dentro de determinada perspectiva. É por isso que a pesquisa do sentido das ações humanas deve mesmo preceder as relações de causalidade que possam determiná-las. Em sua definição de Sociologia, estão bem claros esses princípios: **Chamamos Sociologia (e é neste sentido que tomamos este termo de significações as mais diversas) uma ciência cujo objetivo é compreender pela interpretação (...) a atividade social, para em seguida explicar causalmente o desenvolvimento e os feitos dessa atividade.**

A distinção que o positivismo estabelece entre as ciências, tomando como critério apenas o objeto de que cada uma se ocupa, é bastante precária e insuficiente. E isto porque não só existem ciências, como a Matemática e a Lógica, às quais não corresponde nenhum objeto material ou empírico,⁴ como também os objetos materiais, via de regra, são passíveis de análise por parte de várias ciências, trabalhando em conjunto ou separadamente. Os corpos celestes, por exemplo, são estudados tanto pela Astronomia como pela Física ou pela Química. Nas ciências sociais então, em virtude de sua complexidade, os fenômenos apresentam tal diversidade de dimensões, que, em muitos casos, podem constituir objeto de estudo de qualquer delas. O crime, por exemplo, é um fenômeno que permite análise sob os mais variados prismas: sociológico, econômico, jurídico, político, moral, histórico, religioso etc., podendo, portanto, constituir objeto de uma pluralidade de ciências.

O que caracteriza as ciências, conseqüentemente, é muito mais o enfoque teórico sob o qual cada uma procura explicar a realidade, do que os objetos concretos de que se ocupam, ou mesmo os métodos que empregam. De fato, cada disciplina científica estuda a realidade a partir de um referencial teórico que permite ao pesquisador construir não apenas seus métodos de trabalho, mas também o próprio objeto a ser investigado. É em virtude desse referencial teórico, peculiar a cada ciência, que se torna possível a problematização, a qual, segundo acentuamos no capítulo anterior, é uma das etapas mais importantes da elaboração

científica. Cada ciência tem problemas específicos a resolver, os quais existem em função da teoria que dirige todo o trabalho de investigação científica. São as relações entre esses problemas, bem como a coerência do sistema teórico em que eles se inserem, que permitem ao pesquisador construir seu objeto de estudo, selecionando os aspectos da realidade condizentes com o enfoque teórico de cada disciplina científica e fazendo abstração dos demais. Conforme a lição de WEBER, “o domínio do trabalho científico não é delimitado pelas relações “materiais” dos “objetos”, mas antes pelas relações conceptuais dos problemas.”⁵ Assim, o pesquisador não vai estudar o objeto em seu estado bruto, mas o objeto que ele mesmo construiu através da seleção dos aspectos mais relevantes aos fins da pesquisa, seleção essa que é comandada pela teoria. Na realidade concreta, os objetos não são, em princípio, pertencentes a qualquer área do conhecimento científico. Cada ciência é que os incorpora, na medida em que os estuda dentro de enfoques teóricos específicos. É por isso que WEBER sustenta que “podem existir tantas ciências quantos pontos de vista específicos no exame de um problema, e nada nos autoriza a pensar já termos esgotado todos os pontos de vista possíveis. Pelas mesmas razões, ele rejeita como estéreis as tentativas dos filósofos ocupados em encontrar um fundamento único para as ciências humanas, reduzindo-as, por exemplo, à Psicologia. Sendo autônomas todas as ciências, em virtude de seus próprios pressupostos, nenhuma serve de modelo às outras”.⁶ Retomemos o fenômeno crime, que há pouco usamos como exemplo: se estudado pela Economia, será considerado principalmente em suas relações com o sistema de produção circulação e consumo de bens, assim como em suas repercussões sobre a ordem econômica de um modo geral, ficando seus demais aspectos, senão ignorados, pelo menos reduzidos a um papel secundário. É claro que, quanto maior o número de aspectos considerados, maior a possibilidade de a ciência fornecer uma explicação mais profunda sobre os fenômenos. Ocorre, entretanto, que nenhuma ciência dispõe de referencial teórico que lhe possibilite penetrar em todos os aspectos da realidade. Daí a necessidade sempre crescente de pesquisas de natureza interdisciplinar, em que cientistas de várias especialidades se articulem em torno de aspectos comuns da realidade, para explicá-los à luz de enfoques teóricos conjugados de duas ou mais disciplinas científicas. Voltaremos a tecer outras considerações sobre a importância da interdisciplinaridade para o trabalho de elaboração científica no item 2 do Capítulo IV.

É, portanto, a partir da teoria, através da qual se constroem os métodos e os objetos, que podemos falar de uma distinção entre ciências naturais e ciências sociais. É claro que não estamos negando a importância do objeto na classificação das ciências. Com efeito, a natureza do objeto pode sugerir qual o tipo de enfoque teórico mais adequado para estudá-lo.

Mas o objeto não é determinante, inclusive porque só possui sentido em função da teoria que o explica.

Parece-nos que a exposição acima deixa clara a impossibilidade de traçarmos uma fronteira rígida entre as ciências naturais e as sociais, como se elas constituíssem compartimentos absolutamente estanques. Em primeiro lugar, a sociedade não é algo apartado da natureza, visto que existe dentro dela. Em segundo lugar, o mundo cultural é estreitamente relacionado com o mundo natural, operando inclusive parte da transformação deste último e sendo, por seu turno, condicionado por ele, numa autêntica cadeia de ação e reação. Em terceiro lugar, respeitadas as especificidades de cada ciência, elas possuem muitos princípios teóricos e metodológicos comuns, além de poderem ocupar-se às vezes, sob enfoques diferentes, do mesmo objeto, o que lhes oferece amplas possibilidades de manterem uma interação constante, que implica num enriquecimento mútuo. Importa não esquecer aqui as palavras de MARX e ENGELS: “(...) enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente”.⁷

Vejamos algumas das principais distinções que comumente têm sido apresentadas para diferenciar os dois grandes grupos de ciências de que ora estamos tratando:

a) Costuma-se dizer que as ciências naturais são mais precisas do que as sociais, porque conseguem formular leis de caráter universal, ao passo que estas últimas raramente conseguem formular alguma lei, em virtude do caráter pouco geral de suas proposições. Alguns sociólogos americanos, como TALCOTT PARSONS e ROBERT MERTON, considerando o baixo nível de generalização da maioria das teorias sociais, chegaram mesmo a sugerir que a maior necessidade dos sociólogos são as teorias de médio alcance, ou seja, “teorias que tentam explicar tipos particulares de fenômenos, com clareza e concretização suficientes para sugerir um conjunto de hipóteses interrelacionadas, aplicáveis a vários fenômenos aparentemente diversos”.⁸ Este critério distintivo em parte é correto, porque a complexidade maior do social em relação ao natural é um sério obstáculo para que as ciências sociais elaborem proposições de um grau muito elevado de generalidade. Por outro lado, cumpre observar que as ciências sociais, de um modo geral, não só em razão da complexidade de seu objeto, mas também pelo fato de terem alcançado autonomia científica em épocas relativamente recentes, encontram-se em certo atraso com relação às ciências naturais, tanto em suas formulações teóricas, como em suas aplicações práticas. Mas não podemos levar a um ponto radical este critério de distinção, a ponto de afirmarmos que as ciências naturais são exatas e as sociais meramente probabilísticas, porque com isso estaríamos ignorando que o caráter essencial de todo conhecimento científico é ser retificável e, conseqüentemente,

aproximado. Realmente, como já afirmamos citando POPPER (p. 85, nota 41), uma teoria não pode ser absolutamente confirmada pela experiência, por mais exaustiva que esta seja, pois esta não pode dar conta de todos os casos particulares previstos por aquela, havendo sempre a possibilidade da ocorrência de algum caso particular, ainda não experimentado, que infirme ou limite a proposição teórica. Por isso, as ciências naturais são também probabilísticas, no sentido de que suas predições não são absolutas, mas retificáveis.⁹ Mas, sem dúvida, o grau de probabilidade de que uma predição formulada no âmbito de uma ciência natural venha efetivamente a ocorrer na forma prevista é, via de regra, maior do que a probabilidade de que os fenômenos sociais aconteçam dentro das predições formuladas, porque o mundo social é muito mais dinâmico e complexo que o natural e, por isso mesmo, muito mais sujeito a modificações bruscas.¹⁰ Com isto, não queremos dizer, em absoluto, que as ciências sociais não possam formular princípios gerais, nem fazer predições eficazes. Tal suposição implicaria na negação da possibilidade de estudos sobre o social. O que afirmamos é que as teorias sociais possuem um nível mais baixo de generalização e, por conseqüência, suas predições apresentam menor probabilidade de efetivar-se do que as das ciências naturais. “As mais rigorosas leis científicas assumem, no âmbito da Sociologia, caráter probabilístico, que torna menos inteligível e, portanto, mais complexo o fenômeno social, que é a resultante de uma entre inúmeras combinações possíveis de seus fatores. Todas as leis científicas são leis probabilísticas. Se diminui o número de fatores a combinar, aumenta a probabilidade de ocorrência de determinado efeito (...).”¹¹

b) **Outro critério distintivo geralmente apresentado leva em conta a objetividade, que seria maior nas ciências naturais, porque o cientista natural estaria mais descompromissado com ideologias, preconceitos e influências políticas do que o cientista social.** Já apontamos detalhadamente o fato de que a neutralidade científica absoluta é um mito. Trata-se de um lamentável equívoco considerar que as ciências naturais são isentas de qualquer conteúdo ideológico ou de qualquer influência política, tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos. A história das ciências está repleta de exemplos que demonstram a falsidade dessa suposição. Basta lembrarmos as perseguições de que foi vítima GALILEU (1564-1642) e as restrições de caráter ideológico feitas na União Soviética contra certos princípios da teoria da relatividade, para ilustrarmos o que estamos afirmando. Além do mais, este critério confunde a objetividade da ciência com a objetividade do cientista, transferindo para o plano da intersubjetividade, ou seja, da concordância de opiniões entre vários cientistas, a objetividade científica. O ponto de vista segundo o qual o cientista natural seria mais neutro que o cientista social é magnificamente refutado por POPPER: “É absolutamente

errôneo conjecturar que a objetividade da ciência dependa da objetividade do cientista. E é totalmente falso crer que o cientista da natureza seja mais objetivo que o cientista social. O cientista da natureza é tão partidário quanto o resto dos homens e, natureza é tão partidária quanto o resto dos homens e, em geral, se não pertence ao escasso número daqueles que produzem idéias novas, é extremamente unilateral e partidário no que diz respeito às suas próprias idéias. (...) O que pode ser qualificado de objetividade científica baseia-se única e exclusivamente na tradição crítica (...), nessa tradição que permite criticar um dogma dominante. Em outras palavras, a objetividade da ciência não é assunto individual dos diversos cientistas, mas o assunto social de sua crítica recíproca (...), de seu trabalho em equipe e também de seu trabalho por caminhos diferentes, inclusive opostos uns aos outros”.¹²

c) Um terceiro critério, relacionado aos dois anteriores, confere às ciências naturais o caráter de explicativas e descritivas, enquanto as ciências sociais seriam compreensivas. Este critério se baseia na dificuldade e, muito freqüentemente, na impossibilidade que as ciências sociais encontram para controlar seu próprio objeto e submetê-lo a testes experimentais. Ora, em primeiro lugar, a experimentação nem sempre é possível nas próprias ciências naturais, como já observamos, o que não impede que as teorias formuladas mesmo sem ela sejam não apenas científicas, como ainda possam retificar outras teorias estabelecidas experimentalmente. Em segundo lugar, o objetivo de toda ciência é fornecer algum tipo de explicação sobre seu objeto. É certo que as ciências naturais conseguem, mais que as sociais, estabelecer relações causais entre fenômenos, isto é, são mais explicativas. Mas isto não significa que as ciências sociais estejam por natureza impossibilitadas de oferecer explicações para os fenômenos que constituem seu objeto, dentro dos limites do instrumental teórico e metodológico utilizado no trabalho de pesquisa.

Os argumentos que terminamos de apresentar parecem-nos suficientes para esclarecer que, de um lado, não há distinção rígida entre as ciências naturais e as ciências sociais, visto que ambas se relacionam e se complementam; e, do outro, que a distinção entre as ciências se faz muito mais com base em suas formulações teóricas e nos problemas que elas se propõem, do que pelos métodos utilizados e, menos ainda, pelos objetos reais de que elas se ocupam.

2. Espaço, tempo e matéria sociais

2.1. O espaço-tempo na Geometria e na Física

A geometria euclidiana considera o espaço e o tempo como realidades independentes e absolutas. O espaço se caracteriza por ser contínuo, tridimensional, homogêneo e infinito. O tempo se escoa linearmente: é o mesmo em toda a extensão do espaço.¹³ Por mais de dois milênios, a geometria de EUCLIDES foi considerada como contendo verdades absolutas e auto-evidentes, constituindo o pressuposto necessário de todo conhecimento e de toda experiência. “As proposições dessa geometria atuavam com necessidade tão premente, que se tinha a sua estrutura como uma obrigatoriedade mental e como o exemplo mais perfeito de uma ciência apodítica e imutável”.¹⁴ Apesar de constituir um sistema de pensamento puramente formal (EUCLIDES vê na geometria o estudo da forma e da extensão dos corpos, abstraindo porém os corpos que as contêm), a geometria euclidiana, talvez por sua elevada coerência lógica, atravessou muitos séculos sem ser sequer posta em questão e ainda por cima constituindo a base para diversos estudos de caráter científico e filosófico. NEWTON, por exemplo, construiu sua física apoiando-se nos postulados, então considerados imutáveis, da geometria euclidiana. E foi sobre a infra-estrutura da física newtoniana, que KANT erigiu seu sistema filosófico, notadamente no que se refere às concepções de espaço e tempo.¹⁵ Para KANT, o espaço e o tempo são formas puras da sensibilidade, que não derivam da experiência, mas são seus pressupostos, constituindo formas a priori do conhecimento. E assim o idealismo kantiano, mantendo embora a concepção absoluta do espaço e do tempo, transfere-a para o interior da consciência humana, como pressuposto necessário a qualquer tipo de experiência. “(...) a ciência e a filosofia que precedem KANT tinham o espaço e o tempo por algo exterior ao homem, algo preexistente ao homem e no qual estão imersas todas as coisas. KANT inverteu o conceito: o tempo e o espaço não existem fora de nós, mas em nós, são condições *a priori* do conhecimento humano (...), **o espaço e o tempo não são conceitos, mas formas de conceituar.** São puras intuições, não correspondem a uma realidade objetiva, exterior. Não dependem de qualquer experiência sensível; pelo contrário, esta os pressupõe: não é possível experiência fora do espaço e do tempo”.¹⁶

Foi sobretudo no século passado que alguns matemáticos tomaram consciência da possibilidade de sistemas geométricos logicamente incompatíveis com o euclidiano, mas não menos coerentes, em si mesmos, que o sistema de postulados de EUCLIDES. Foi a partir da tentativa feita por SACCHIERI (1667-1733) para demonstrar o V Postulado de EUCLIDES,¹⁷ que ficou aberto o caminho para a elaboração, já no Séc. XIX das chamadas geometrias *não euclidianas*.¹⁸ Toda a geometria de EUCLIDES se baseia na presunção de um espaço plano, isto é, de curvatura igual a zero. Ora nada autoriza a crença em que um sistema geométrico só possa ser lógico e coerente se tomar por fundamento essa pressuposição. Com efeito, a

própria “ambiência física em que vivemos nos apresenta duas outras espécies de superfície que fornecem exemplificações concretas dos dois tipos de geometrias não euclidianas que brotam de cada uma das duas maneiras de negar o V Postulado”, ou seja, “mais de uma paralela pode ser traçada através de um ponto fora da reta, ou nenhuma paralela pode ser traçada através daquele ponto”.¹⁹ No primeiro caso, o espaço geométrico apresentará curvatura negativa, com forma semelhante a uma sela, e ter-se-á a geometria hiperbólica, idealizada por LOBATSCHEWSKY (1793-1856). No segundo, o espaço terá curvatura positiva, assemelhando-se a uma esfera, e teremos a geometria elítica, elaborada por RIEMANN (1826-1866). Na geometria hiperbólica, diversas paralelas podem ser traçadas de um ponto tomado fora de uma “reta”: elas são infinitas, mas não equidistantes, pois tendem a aproximar-se à medida que avançam, porém não chegam propriamente a tocar-se. Já na geometria elítica, nenhuma paralela pode ser traçada, porque, sendo finito o espaço nesta geometria, as linhas necessariamente se encontrarão, como acontece, por exemplo, quando traçamos círculos sobre a superfície de uma esfera. As geometrias não euclidianas não contestam a validade da euclidiana: apenas a limitam, restringindo sua eficácia somente às superfícies planas, e negando-lhe o valor universal que antes se lhe atribuía. “O espaço euclidiano passou a ser um caso limite, para quando certas propriedades físico-espaciais tendem a se anular, diminuindo sua curvatura (...)”.²⁰ Os fundamentos matemáticos de cada uma dessas três geometrias são tão precisos quanto os da demais, dentro das características dos diversos tipos de espaço em que foram concebidas.

As geometrias não euclidianas abriram uma importantíssima questão para a Física: Qual a forma real do espaço em que vivemos? Como se processam, no espaço físico, as trajetórias das chamadas “linhas retas”, representadas, por exemplo, pelos raios luminosos? Foi dentro deste contexto que EINSTEIN formulou suas teorias da relatividade. Ao contrário do que supõem a geometria euclidiana e a física newtoniana, o espaço, para EINSTEIN, não constitui aquela moldura estática e homogênea, preexistente e continente de toda matéria, dentro da qual ocorreriam os fenômenos. Pelo contrário: ele é essencialmente variável em função das características da matéria. Os corpos geram, ao seu redor, um campo de forças, de natureza eminentemente eletromagnética, que EINSTEIN chamou de tensor material. Nas proximidades dos corpos celestes, esse tensor encurva o espaço, e o encurva positivamente, dando-lhe características análogas às formuladas pela geometria elítica. Por outro lado, só há espaço físico onde houver matéria ou energia,²¹ o que significa, em primeiro lugar, que em toda parte o espaço está sujeito à influência de diferentes sistemas de tensões materiais, que o encurvam de modos diferentes (daí a sua natureza essencialmente variável); e, em segundo lugar, que, sendo

curvo e existindo em função da matéria ou energia, o espaço físico há de ser necessariamente finito, embora ilimitado.²² Observações astronômicas repetidamente feitas a partir da segunda década deste século têm demonstrado a curvatura do espaço,²³ não estando, todavia, determinado com precisão se ela é sempre positiva, ou se pode apresentar-se negativamente, dentro do modelo da geometria hiperbólica.²⁴ No que concerne ao tempo, a teoria da relatividade lhe nega o caráter absoluto e linear que lhe era atribuído. A natureza do tempo só pode ser compreendida dentro das particulares espécies de processos que se manifestam no Universo, ou seja, qualquer relação temporal entre acontecimentos não coincidentes deriva de alguma relação física existente entre esses acontecimentos.²⁵ O conceito de simultaneidade, por exemplo, não é absoluto como o supõe NEWTON, mas relativo aos diversos sistemas de observação, sobretudo quando estes se movem uns em relação aos outros.²⁶ **A física einsteiniana veio, portanto, desmistificar o caráter absoluto que era atribuído ao espaço e ao tempo.** “Não há espaço, nem tempo, nem movimento absolutos, como na velha física newtoniana; pelo contrário, tudo é relativo, em face da impossibilidade de padrões absolutos de referência. Nem podemos tampouco cindir o espaço-tempo, desligando-o da matéria. O espaço é um continuum quadridimensional, em que o tempo representa a quarta dimensão de MINKOWSKI; o Universo, o complexo espaço-tempo-matéria”.²⁷

2.2. O espaço-tempo social

Os comentários que acabamos de fazer, embora muito resumidos, fornecem uma idéia aproximada acerca das novas concepções do espaço-tempo nos campos da geometria e da física modernas. Pode parecer estranho que, num trabalho que pretende abordar os aspectos científicos do Direito, recorramos a tais noções. Não obstante, elas são da maior importância para a compreensão deste trabalho. Em primeiro lugar, as noções de espaço e tempo estão, implícita ou explicitamente, no fundo de toda teoria científica ou filosófica;²⁸ em segundo lugar, o espaço-tempo social apresenta características extraordinariamente análogas às do espaço-tempo físico, como logo a seguir demonstraremos; e, em terceiro lugar, **o fenômeno jurídico é necessariamente interior ao espaço social, não podendo, portanto, ser eficazmente estudado com abstração das condições espaço-temporais em que se gera e se modifica.**

O espaço social, como acima frisamos, apresenta características muito semelhantes às daquelas que a teoria da relatividade atribui ao espaço físico. Podemos ficar em dúvida quanto ao caráter não absoluto do espaço-tempo físico, pois afinal essa noção contraria profundamente as evidências do senso comum, que rege a grande maioria de nossas ações diárias. Quando se trata,

porém, do espaço social, a compreensão de seu caráter não absoluto se torna bem mais fácil. Suponhamos, por exemplo, o nosso planeta antes do surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. É claro que ali não havia qualquer tipo de sociedade, por isso que não existiam homens que se associassem. E é claro, também, que não existia o próprio espaço social, visto que não havia matéria social (relações sociais) que o constituísse e preenchesse. O espaço social, por conseguinte, só existe em função da matéria social que o gera. Ele somente surge com a matéria social. É praticamente inconcebível a existência de um espaço social vazio, mas autônomo e absoluto, que ficasse simplesmente à espera de ser preenchido por futuras relações sociais.²⁹ Cada espécie de relação social cria e desenvolve o espaço que lhe é próprio. O sistema de crédito bancário, por exemplo, com todas as relações sociais que lhe são conseqüentes, só surgiu a partir do momento em que o desenvolvimento das relações econômicas tornou possível sua existência. E só a partir daí é que se pode falar nesse tipo específico de espaço sócio-econômico, dinâmico e modificável como as próprias relações que o constituem. Antes, não havia sequer esse tipo de espaço, visto que as relações sócio-econômicas não tinham atingido suficiente grau de diversificação e complexidade para constituí-lo.

Assim, o espaço social de modo algum é absoluto, mas relativo à natureza da matéria que o gera e o transforma, bem como aos diversos estágios do tempo social, que correspondem aos vários momentos histórico-culturais de cada sociedade concreta. Por isso mesmo, tanto quanto o espaço físico, é o espaço social essencialmente variável, em virtude do caráter eminentemente dinâmico da matéria social. Isto significa que ele não é homogêneo, pois apresenta diferentes características, não só em cada uma das diversas sociedades humanas quando comparadas umas com as outras, como também dentro de uma mesma sociedade, cujos inúmeros tipos específicos de relações não se desenvolvem uniformemente. Sendo heterogêneo, ele é também descontínuo, apresentando autênticas “rachaduras” entre grupos de relações altamente complexas e diferenciadas, que conferem maior densidade ao espaço social, e outros grupos de relações mais simples e uniformes, de densidade mais baixa, que com os primeiros coexistem e muitas vezes a eles se opõem. Por outro lado, o espaço social, constituído como é por relações heterogêneas e descontínuas, é n-dimensional, no sentido de que comporta relações das mais diferentes naturezas, que constituem as dimensões sob as quais podem ser analisados os fatos sociais: dimensões de caráter econômico, jurídico, político, moral, religioso, científico, filosófico, artístico etc. Além disso, o espaço social se encontra, tanto quanto o espaço físico, em permanente expansão, visto que a dinâmica social não só diversifica continuamente as relações já existentes, como também gera a todo instante novos tipos de relações, aos quais correspondem espaços sociais específicos. Daí o seu caráter igualmente finito, embora ilimitado, e, por conseguinte, não euclidiano.

Foi considerando essas características do espaço social, sobretudo a heterogeneidade, a descontinuidade e a n-dimensionalidade, que PONTES DE MIRANDA estabeleceu a teoria dos campos de socialização, constituídos por grupos de relações sociais bastante complexas e diversificadas, com elevado grau de densidade, atribuindo-lhes a função de formarem autênticos campos de força que se traduzem na existência de um tensor social, análogo ao tensor material do mundo físico, em torno do qual se encurvaria o espaço social.³⁰ Convém usar de cautela diante de semelhante proposição, sobretudo se ela traduz a tendência da fisicalização da Sociologia, peculiar a diversas correntes empiristas, que afirmam a possibilidade de uma unificação da ciência a partir do emprego de uma metodologia comum. Outro, aliás, não parece ser o entendimento de PONTES DE MIRANDA, quando, em sua Introdução à Sociologia Geral, propõe: “As leis físicas são inteiramente aplicáveis” (às relações físico-sociais), “porque admitir o contrário seria destruir os princípios e leis universais, pois importaria aceitar a possibilidade de não serem válidos em algum domínio dos fenômenos do Universo.”³¹ Ora, não é só porque as características do espaço-tempo social correspondem, de um modo geral, às determinadas pela teoria da relatividade, que devemos simplesmente fazer uma transposição destas para aquelas, abstraindo suas especificidades. Como sustentamos no item 1 deste capítulo, não só os fenômenos sociais são qualitativamente diferentes dos naturais, como a distinção entre as ciências se faz considerando sobretudo os seus particulares enfoques teóricos e os problemas que elas se propõem. Ainda que o espaço social possua, como efetivamente possui, diversos pontos em comum com o espaço físico, há características específicas que os distinguem, a partir mesmo da própria natureza das matérias que os constituem. E, mesmo que não houvesse diferenças qualitativas entre essas matérias, os enfoques teóricos e metodológicos das ciências sociais haveriam de ser diversos dos das ciências naturais, pois diversos são os pontos de vista sob os quais cada ciência estuda a realidade, e diversos são os problemas que elas formulam e buscam resolver. Daí a autonomia de cada disciplina científica, que se traduz não numa separação absoluta entre elas, mas nas diferentes modalidades de focar teoricamente seus respectivos objetos de conhecimento.

No que concerne ao tempo social, sua existência não é absoluta, mas relativa às características da matéria e do espaço. Por outro lado, o tempo social difere qualitativamente do tempo físico, pois só existe em função dos diversos estágios histórico-culturais interiores às sociedades. O mundo contemporâneo, por exemplo, assiste, dentro de um mesmo momento cronológico, à coexistência de inúmeros tempos sociais diferentes, tal a diversidade de estágios histórico-culturais que as sociedades, ou mesmo determinados segmentos de uma única sociedade, atravessam.³² Igualmente ao que ocorre no mundo físico, o tempo social não

é, de modo algum linear, no sentido de fluir contínua e homoganeamente em toda a extensão do espaço. A simples coexistência de diversos tempos sociais dentro de um mesmo tempo físico já fornece um excelente exemplo de seu caráter descontínuo e heterogêneo. Além disso, o tempo social também não é linear no sentido de que cada uma de suas etapas constitua passagem obrigatória a todas as sociedades em seus respectivos processos de “desenvolvimento”. Com efeito, nada nos autoriza a supor, por exemplo, que uma determinada sociedade dita “primitiva” venha a percorrer, em seu processo de “desenvolvimento”, as mesmas etapas vencidas pelas sociedades industriais contemporâneas, até alcançar o estágio de “civilização” em que estas atualmente se encontram. Pelo contrário: entre esses tipos de sociedade há diferenças tão substanciais em todas as dimensões do espaço-tempo cultural, que o mais provável é que elas não sigam essas etapas de desenvolvimento, e nem sequer se proponham atingir um estágio de desenvolvimento análogo ao das sociedades industrializadas. Os diversos tipos de organização social são, portanto, apenas diferentes, com visões de mundo e juízos de valor próprios, variáveis em função das condições concretas de existência social e das características do espaço-tempo social localizado. Por isso, as distâncias temporais entre as diversas sociedades não podem ser medidas cronologicamente, do mesmo modo que as distâncias espaciais dentro, por exemplo, da pirâmide social numa sociedade de classes não podem ser mensuradas metricamente.

2.3. A matéria social: considerações epistemológicas

Após essas breves considerações sobre o espaço e o tempo sociais, abordemos agora a matéria social, isto é, as relações ou fenômenos sociais, focalizando-a apenas em seus aspectos mais significativos.

O primeiro aspecto a destacar é a existência objetiva dos fenômenos sociais. Sem dúvida, a sociedade existe objetivamente e possui realidade e características próprias, que vão muito além de um simples somatório das características dos indivíduos que a compõem. “O social transcende o individual, embora o suponha”.³³ Possuindo realidade autônoma, a sociedade não pode ser reduzida apenas a um complexo de relações psíquicas inter-individuais, como queria TARDE.³⁴ Há algo nela que a caracteriza como muito mais do que uma mera síntese dos indivíduos,³⁵ assim como a água possui propriedades que não se encontram isoladamente nem no oxigênio, nem no hidrogênio. O fato de a sociedade possuir realidade objetiva é aceito por praticamente todas as correntes de pensamento, quer empiristas, quer racionalistas, talvez com a única exceção do idealismo extremado. Por isso, a

existência objetiva da sociedade, ou, melhor dizendo, das sociedades concretas, não apresenta maiores problemas.

O problema surge - e eis o segundo aspecto da questão - no momento em que nos indagamos se é possível conhecer cientificamente as características dessas sociedades, formular leis e teorias explicativas sobre os fenômenos que ali se processam e, sobretudo, como proceder para elaborar teorias científicas sobre o social. O empirista provavelmente dará respostas simples a questões tão complexas. Ele dirá, por exemplo, que, possuindo os fatos sociais realidade própria - existindo como coisas, no dizer de DURKHEIM -, basta que o pesquisador esteja convenientemente preparado para captá-los e descrevê-los como eles efetivamente são, após o que não haverá maiores dificuldades em identificar as leis que os regem e que seriam, por assim dizer, extraídas dos próprios fenômenos. E, se lhe perguntarmos como saber se o pesquisador está convenientemente preparado para captar e descrever os fatos sociais, o empirista responderá que isto depende da adequação do método que ele utilize, ou - para traduzirmos mais fielmente a concepção empirista - dirá que isto depende da utilização do método rigorosamente científico, que é o método indutivo, comum a todas as ciências e modificável apenas em pequenos aspectos, para atender à natureza do objeto estudado e, assim, melhor poder captá-lo, fazendo inclusive aquelas “descobertas que não de surpreendê-lo e desconcertá-lo”, a que se refere DURKHEIM (V. nota 2, p. 115-6). De qualquer forma, o conhecimento fluirá do objeto, ou seja, o vetor epistemológico irá do real ao racional, bem dentro dos cânones estabelecidos pelo empirismo.

Esta aparente simplicidade se complica quando submetida à crítica dialética. Porque a elaboração científica não é um processo tão simples assim de extrair dos próprios fatos as leis que os regem.³⁶ Ela é necessariamente um trabalho de construção, como temos insistido repetidamente, e construção de todas as etapas da pesquisa: da teoria, do problema, das hipóteses, do método, das técnicas de observação e experimentação e também do próprio objeto. É com o objeto de conhecimento, teoricamente construído ou reconstruído, e não diretamente com o objeto real, que trabalham todas as ciências, naturais ou sociais. A eficácia de qualquer proposição sociológica se mede, por conseguinte, pelas contribuições teóricas que ela apresenta ao conhecimento, isto é, por sua adequação ao objeto de conhecimento, sobretudo quando ela o reconstrói, rompendo com o sistema anterior de explicações, ou limitando-o. Este é o critério por excelência da validade de uma teoria científica, muito mais do que sua adequação ao objeto real - pois este, afinal, só é acessível dentro de determinado referencial teórico - e do que qualquer rigor metodológico estabelecido *a priori* - porque o método só faz sentido em função do sistema teórico em que se insere.³⁷ Outra coisa não

fizeram as geometrias não euclidianas, cujos princípios gerais há pouco sintetizamos. Elas não contêm somente uma explicação diferente para aspectos da mesma realidade, nem tampouco são baseadas nos fatos ou em qualquer tipo de evidência. Na verdade, elas constituem sistemas de explicação teórica inteiramente novos em relação à geometria euclidiana, com a qual romperam, limitando-a. E essa autêntica ruptura na Geometria implicou em toda uma reformulação da própria disciplina, atingindo suas proposições teóricas, seus métodos e o seu objeto mesmo, porque o objeto de que se ocupam as geometrias não euclidianas nada tem em comum com o da geometria euclidiana, concebido dentro de uma estrutura espacial que lhe é própria. Trata-se de um objeto completamente novo, construído em função de todo um redimensionamento teórico da Geometria.

Todas estas considerações não significam que estejamos negando objetividade aos fenômenos sociais, e muito menos a possibilidade de eles serem passíveis de investigação científica. Pelo contrário: estamos precisamente afirmando essa objetividade e essa possibilidade, ou dizendo melhor, essa realidade científica. Mas o fazemos dentro das condições concretas em que se produzem os conhecimentos científicos como construções teóricas voltadas para a realidade, e não oriundas dela. Em outras palavras, entendemos que as ciências sociais constituem, como quaisquer outras, sistemas teóricos aproximados e retificáveis, resultantes de um processo de construção não só da teoria, mas também do método e do objeto. E essa construção se dá em condições localizadas, dentro do complexo incindível espaço-tempo-matéria, que constitui o universo social. Para reafirmarmos a posição dialética que assumimos no Capítulo 1, lembramos que o conhecimento científico social decorre da relação sujeito-objeto, em que o primeiro é que toma a iniciativa, ao invés de assumir o papel passivo de simplesmente captar e descrever fatos.

NOTAS AO CAPÍTULO III

1. Essa posição se traduz no naturalismo, que, em síntese, sustenta que os fatos sociais, embora autônomos, são também naturais e, portanto, passíveis de observação tão rigorosa e neutra como os próprios fatos da natureza. DURKHEIM, por exemplo, citando COMTE, assim se expressa: “Tinha COMTE, na verdade, proclamado que os fenômenos sociais são fatos naturais, submetidos às leis naturais”. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Trad. São Paulo, Nacional, 1963, p. 35 (Grifos nossos). Este ponto de vista reflete bem a ideologia positivista no que concerne aos mitos do cientificismo, da neutralidade

científica e do método único, comum a todas as ciências, já criticados no capítulo anterior. Só podemos aceitar a tese da naturalidade dos fenômenos sociais no sentido de que eles geralmente se processam espontaneamente, isto é, não são criados artificialmente, mas não no sentido de que entre eles e os fenômenos da natureza não existam importantes diferenças qualitativas. De qualquer forma, as ciências se distinguem muito mais por seus enfoques teóricos do que pelos objetos que elas procuram explicar.

2. “Os fatos sociais devem ser tratados como coisas - eis a proposição fundamental de nosso método e a que mais tem provocado contradições. (...) O que se reclama do sociólogo é que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico. É necessário que, ao penetrar no mundo social, tenha ele consciência de que penetra no desconhecido; é necessário que se sinta em presença de fatos cujas leis são tão desconhecidas quanto o eram as da existência antes da constituição da Biologia; é preciso que se mantenha pronto a fazer descobertas que hão de surpreendê-lo e desconcertá-lo”. Id. Ibid., p. 10, 12.

3. cf. FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro, Forense, 1970, p. 73.

4. “(...) la Lógica y la Matemática - esto es, los diversos sistemas de lógica formal y los diferentes capítulos de la matemática pura - son racionales, sistemáticos y verificables, pero no son objetivos, no nos dan informaciones acerca de la realidad: simplemente, no se ocupan de los hechos”. BUNGE, Mario. La ciencia, su método y su filosofía. Buenos Aires, Siglo XX, 1973, p. 7.

5. WEBER, Max. Ensaio sobre a teoria da ciência. Trad. Lisboa, Presença, 1969, p. 40 (Grifos do autor).

6. cf. FREUND, Julien. Op. cit., p. 36.

7. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 24.

8. cf. BLALOCK JR., H. M. Introdução à pesquisa social. Trad. de Elisa L. Caillaux. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 93 (Grifos do autor).

9. Segundo WEBER, “o que aprendemos a conhecer pela causalidade (tanto na esfera da natureza como na da cultura) não passa jamais de uma visão fragmentária e parcial da realidade sobre a base de uma estimativa de caráter probabilístico. Desde que a diversidade do real é infinita do ponto de vista extensivo e intensivo, a regressão causal é indefinida. Se quiséssemos esgotar o conhecimento causal de um fenômeno, seria preciso levar em conta a

totalidade do devir, pois todo o devir contribuiu finalmente para a produção do efeito singular que é objeto da análise”. cf. FREUND, Julien. Op. cit., p. 42.

10. Não só o grau de complexidade do mundo social é maior, como também os seres humanos, que constituem o objeto das predições das teorias sociológicas, “têm a habilidade deliberada de alterar qualquer previsão que fazemos”. GOODE, William Josiah & HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. Trad. de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo, Nacional, 1977, p. 5. Daí a observação de BOURDIEU, segundo a qual a maldição das ciências do homem talvez seja ocupar-se de um objeto que fala. BOURDIEU, Pierre et alii. Le métier de sociologue. Paris, Mouton, Bordas, 1968, p. 64.

11. MARTINS, José Maria Ramos. Ciência e crime. São Luís, Tip. São José, 1957, p. 19-20 (Tese de concurso).

12. cf. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 102-3.

13. cf. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 7, 25 (Tese de concurso).

14. UNS, Mario. Espaço-Tempo e relações sociais. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1940, p. 13 (Grifos nossos).

15. “Fora-lhe insensatez” (para KANT), “diante da obra científica monumental de NEWTON, que traduziu em fórmulas matemáticas as leis fundamentais da natureza, objetivada no fenômeno luminoso, no movimento dos corpos, na gravitação, etc., negar a possibilidade científica do conhecimento. Estava pois, diante de verdades inabaláveis, porque alicerçadas em fatos comprovados pela realidade objetiva. A ciência há de ser como a físico-matemática de NEWTON: constituída de verdades incontestáveis, necessárias, universais, válidas agora e sempre. Os juízos científicos hão de ter dos analíticos a virtude a priori de universalidade e necessidade e dos sintéticos o não estar contida no sujeito a noção expressa no predicado. A fórmula matemática da lei da gravitação universal, estabelecida por NEWTON, não é um juízo simplesmente analítico, tautológico, nem tampouco sintético a posteriori, ou seja, resultante de puros fatos experimentais contingentes. Ao contrário, é uma intuição perfeita, uma síntese mental; são, portanto, sintéticos a priori os juízos científicos. (...) E KANT concluía, impressionado pelas criações geniais de NEWTON: a ciência constituir-se-á de verdades universais e necessárias, não sujeitas às contingências do aqui e do agora, mas válidas em todo lugar e a qualquer tempo. Só a intuição a *priori* no-la poderá dar”. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 10-2 (Tese de concurso) (Grifos do autor).

16. Id. Ibid., p. 14 (Grifos do autor).

17. *Através de um ponto tomado fora de uma reta, só pode passar uma linha paralela e coplanar a essa mesma reta.*

18. “Idealizou o genovês SACCHIERI um quadrilátero tri-retângulo em que, numa demonstração por absurdo, admitia pudesse o terceiro ângulo ser reto, obtuso ou agudo (...). Baseando-se nas propriedades de duas retas coplanares, perpendiculares a uma terceira, concluiu: 1º) O ângulo é reto. Neste caso, as retas são eqüidistantes e tem-se, assim, confirmado o postulado de EUCLIDES (...). 2º) Se o ângulo for obtuso, divergirão as retas a partir da perpendicular; se agudo, serão secantes. Por força mesma do próprio V Postulado, a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a dois retos. Ora, na segunda hipótese, a soma será maior ou menor do que dois retos. Para SACCHIERI, isto era absurdo. Não fosse o seu preconceito euclidiano e teria, num rasgo de genialidade, intuído as geometrias de RIEMANN e LOBATSCHEWSKY. Mas, muito ao contrário, declarou que não poderia haver duas retas que se aproximassem indefinidamente sem se encontrarem, como no caso das assintóticas”. MARTINS, José Maria Ramos. *Da noção de espaço ao fenômeno jurídico*. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 15-6 (Tese de concurso).

19. GRÜNBAUM, Adolf. Espaço e tempo. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). *Filosofia da ciência*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 175, 174.

20. LINS, Mario. Op. cit., p. 15.

21. Tem-se, com certa freqüência, interpretado erroneamente esta proposição de EINSTEIN, atribuindo-lhe a afirmação de que qualquer tipo de espaço só pode existir se houver matéria. Na verdade, ele se refere apenas ao espaço físico, este sim, existente somente onde houver matéria ou energia, tanto quanto o espaço social, por exemplo, não pode existir independentemente da matéria social. Cada um pode, portanto, conjecturar sobre a hipótese de, para além do espaço físico, existir um tipo de espaço que, não sujeito ao tensor material, seria euclidiano, isto é, apresentaria curvatura igual a zero.

22. Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Sistema de ciência positiva do Direito*. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972, t. I, p. 47.

23. Essas observações demonstraram, por exemplo, que os raios luminosos, ao penetrarem no campo de força de um corpo celeste, descrevem uma geodésica, e não uma reta. Por outro lado, o deslocamento altera as propriedades de um corpo, inclusive sua forma, em função da velocidade.

24. Cf. GRÜNBAUM, Adolf. Op. cit., p. 178.

25. Id. Ibid., p. 181.
26. “A simultaneidade é relativa: sejam três pontos A, B e C; B é equidistante dos outros; fatos de A e C (raios luminosos) são simultâneos, se se encontram em B; mas se imaginarmos em movimento, no comboio, o observador, não o são: porque, em relação a C, recua e, em relação a A, avança; verás, portanto, primeiro a luz de A e, retardada, a de C. É a relatividade da simultaneidade: cada sistema de referência (sistema de coordenadas), diz A. EINSTEIN, tem seu tempo próprio; não tem sentido qualquer indicação de tempo, se se não indica o sistema de comparação utilizado para medir o tempo”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Op. cit., t. I, p. 52-3 (Grifos nossos).
27. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 18 (Tese de concurso).
28. “(...) de um modo geral, é a noção de espaço fundamental a todo conhecimento, do empírico, imediato, ao científico e ao filosófico”. Id. Ibid., p. 23-4.
29. “O velho sistema de cisão foi superado: não há surpreender o fenômeno social em sua dinâmica, supondo, de um lado, um espaço social continente e, de outro, relações sociais conteúdas, como queria o classicismo”. Id. Ibid., p. 27.
30. Cf. UNS, Mario. Op. cit., p. 11-2.
31. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Introdução à Sociologia Geral. Rio de Janeiro, A.B.L., 1926, p. 141.
32. “No terreno teórico de uma concepção materialista da História, ou seja, de uma ciência da História, capaz de produzir teoricamente o seu objeto de conhecimento, não encontramos um tempo homogêneo e unitário, como em HEGEL, mas uma temporalidade diferenciada, decalada, em que a síntese das diferentes escalas de tempo nada tem que ver com o corte de essência, em que um tempo único e contínuo reflete o conjunto do todo social. Nesta concepção, não se encontrará mais um corte de essência que nos dê o “presente” de uma totalidade histórica, pois o corte a um nível ou região (o econômico, por ex.) não corresponderá ao corte em outros níveis ou regiões (político, ideológico etc.), já que a cada um desses níveis caberá um tempo e ritmo próprios. (...) Daí a impossibilidade de pensar, em um mesmo tempo histórico, o processo de desenvolvimento dos diferentes níveis do todo: para cada nível, teremos um tempo e uma história própria relativamente autônomos”. BEZERRA FILHO, Cabral. Ciência da História. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 22-3 (Grifas nossos).
33. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 28 (Tese de concurso).

34. Cf. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 27 (Tese de concurso).

35. “O geral não corresponde justamente à totalidade dos dados particulares; excede-a: (...) o conjunto torna-se unidade”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Sistema de ciência positiva do Direito. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972, t. 1, p. 33-4.

36. “Seule une image mutilée de la démarche expérimentale peut faire de la “soumission aux faits” l’impératif unique”. BORDIEU, Pierre et alii. Op. cit., p. 63 (Grifo do autor).

37. Muitas pesquisas sociais desenvolvidas em nossas Universidades têm esquecido essa importante questão, deixando assim de prestar uma contribuição mais efetiva à teoria sociológica, no que tange à produção de novos conhecimentos. Essas pesquisas, que geralmente versam sobre pequenos estudos fragmentários, estreitamente definidos, costumam considerar a metodologia como a parte essencial de seus trabalhos. Daí o abuso de técnicas estatísticas que, em muitos casos, nada dizem, porque dissociadas de todo um contexto teórico, e recolhidas, freqüentemente, de outras pesquisas desenvolvidas sob enfoques diferentes e até opostos. Esta tendência cada vez mais generalizada de explicar tudo quantitativamente ignora uma das mais importantes lições de WEBER: “É erro acreditar que não haveria conhecimento científico válido que não fosse de ordem quantitativa. Com efeito, a quantificação e a medida são e não são senão processos metodológicos. Como tais, não poderiam constituir o fim da ciência, pois este consiste na verdade, para todos os que querem a verdade”. Cf. FREUND, Julien. Op. cito p. 36.

O abuso do emprego de técnicas estatísticas, entendido tal abuso como a sua utilização mais ou menos dissociada de uma concepção teórica sólida, geralmente revela a crença na eficácia do uso de questionários e entrevistas, como se estes, por si sós, pudessem garantir a adequação do material coletado aos fins da pesquisa. Ouçamos o que, a propósito, diz MIRIAM CARDOSO: “Se na análise da sociedade e dos grupos eu trabalho com questionários, faço perguntas aos indivíduos e utilizo as suas respostas como se fossem a realidade daqueles indivíduos - buscando a “objetividade” -, posso verificar que a técnica de entrevistas tem por trás a suposição de que a realidade dos indivíduos é a sua consciência, mesmo se eu estiver levando em consideração a deformação da situação pergunta-resposta. Além disso, aquela técnica me obriga a atomizar o meu objeto de estudo. Pode a teoria em que me baseio dizer que não é assim, mas o uso do questionário supõe alguma “teoria” em que a sociedade e os grupos não sejam senão a soma dos indivíduos que os compõem. Se eu seleciono os indivíduos por amostras aleatórias, estou de saída, e sem qualquer possibilidade de recuperação posterior, supondo que não há distinção essencial entre eles, ou melhor, que as distinções sociais são todas superficiais, de tal modo que posso tratar a todos igualmente, que todos entenderão igualmente

a minha pergunta igual (basta que eu tenha cuidado no momento de formulá-la) e que, assim, o significado de respostas idênticas será também idêntico. Se estratifico as minhas amostras, os critérios que presidem à estratificação deverão considerar as variáveis trabalháveis pelas técnicas de amostragem. Se as distinções sociais efetivas dos grupos em questão não tiverem estas características...” CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, PUC, 1971, p. 28-9, mimeografado (Grifos da autora).

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

CUVILLIER, Armand. Introdução à Sociologia. Trad. de Pedra Lisboa. Rio de Janeiro, Andes, 1954.

ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971.

FEYERABEND, Paul K. Contra el método. Trad. de Francisco Hernán. Barcelona, Ariel, 1974.

GALTUNG, Johan. Teoriay métodos de la investigación social. Trad. Buenos Aires, UBA, 1966.

HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social. Projeto e planejamento. São Paulo, T. A. Queiroz, 1978.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia da interdisciplinaridade nas ciências do homem. Rio de Janeiro, P.U.C, 1975, mimeografado.

KAPLAN, Abraham. Metodologia para as ciências do comportamento. Trad. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

MANN, Peter H. Métodos de investigação sociológica. Trad. de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MENEZES, Djacir. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1964.

MORGENBESSER, Sidney Corg.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix. Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social. São Paulo, Nacional, 1973.

PARSONS, Ta1cott (org.). A sociologia americana. Perspectivas, problemas, métodos, Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, 1970.

PIAGET, Jean at alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemologia de las ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972.

SCHRADER, Achim. Introdução à pesquisa social empírica. Trad. de Manfredo Berger. Porto Alegre, Globo, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. Trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

WEBER, Max. Ensayos de sociologia contemporánea. Trad. de Mirela Bofill. Barcelona, Martínez Roca, 1972.

Capítulo IV

A CIÊNCIA DO DIREITO

“O problema jurídico é o problema humano por excelência: dele dependem todos; sem ele, nenhum outro se resolve de modo duradouro e eficaz.” (PONTES DE MIRANDA. Sistema de ciência positiva do Direito, t. 1, p. XXX.)

1. Conceito: o direito como ciência social

As concepções tradicionais sobre o Direito geralmente o apresentam ou como um conjunto de princípios intangíveis e imutáveis, preexistentes ao próprio homem, aos quais este só teria acesso se eles fossem objeto de uma revelação divina ou de uma captação através da razão, ou o confundem com o sistema de normatividade jurídica emanado do poder público. No primeiro caso, afirma-se a existência de um direito supra-social que corresponderia a uma ordem divina ou natural já dada, de que a norma jurídica seria a expressão mais ou menos imperfeita. No segundo, estabelece-se a equivalência entre Direito e norma, o que implica na suposição de que ambos constituem uma só realidade e na conseqüente negação da existência, no interior do espaço-tempo social, de fenômenos que possam ser investigados sob o enfoque jurídico, gerados por diferenciação das relações sociais. Ambos esses pontos de vista nos parecem inadequados a um estudo científico do Direito, o primeiro em razão de seu caráter essencialmente idealista e metafísico, que reduz o Direito a um capítulo da Religião, da Filosofia ou da Ética, somente acessível através da razão prática, para usarmos a expressão de KANT, e o segundo porque atribui à ciência do Direito, como exclusivo, um objeto de tal modo contingente e variável, que praticamente impossibilita a elaboração de teorias jurídicas de caráter científico, restringindo-as, no mais das vezes, a proposições de cunho hermenêutico sobre institutos e regras do Direito Positivo.

No presente capítulo, tentaremos desmistificar essas duas concepções, submetendo-as a uma crítica com base nos princípios das epistemologias dialéticas, que constituem o referencial de todo este trabalho. Mencionada crítica terá como fundamento central a tese de que os aludidos pontos de partida que tradicionalmente têm comandado as tentativas de explicação do Direito são, em si mesmos, obstáculos epistemológicos a uma abordagem científica do fenômeno jurídico, por isso que o enfocam abstraindo as condições sociais, espaço-temporais localizadas, em que ele se gera e se modifica. Para procedermos a

essa análise crítica, fixemos, desde já, os princípios que constituem a base para um estudo científico do Direito, dentro da concepção dialética que abraçamos:

a) Só há direito dentro do espaço social. O Direito é um produto da convivência, surgindo em função da diferenciação das relações sociais, no interior das condições espaço-temporais localizadas. *Ubi societas, ibi jus*.

b) A ciência do Direito resulta, tanto quanto qualquer outra, de um trabalho de construção teórica. Por isso, suas proposições não podem revestir-se de caráter absoluto, mas aproximado e essencialmente retificável.

c) O fenômeno jurídico existe objetivamente, dentro da tessitura social, onde se gera e se desenvolve por diferenciação, assumindo características específicas. Dele não pode prescindir a ciência do Direito, embora não trabalhe diretamente com ele, e sim com o objeto de conhecimento, que ela própria constrói em função de seus enfoques teóricos e metodológicos, bem como da natureza dos problemas que ela se propõe.

d) O fenômeno jurídico não existe de modo algum em estado puro. Ele sofre as mais diversas influências das inúmeras dimensões do espaço-tempo social, onde surge e se modifica. Por isso, a ciência do Direito, para compreendê-lo na inteireza relacional de sua existência concreta, não pode prescindir de um enfoque eminentemente interdisciplinar.

e) Não existe *um método* perfeitamente adequado à investigação jurídica. Sendo o método uma função do enfoque teórico-problemático e da natureza do objeto de conhecimento, sua escolha é essencialmente variável, ficando a critério do investigador decidir sobre o emprego do instrumental metodológico que lhe pareça mais adequado. Os resultados obtidos é que indicarão, retrospectivamente, a validade ou não da metodologia utilizada.

f) A norma jurídica constitui apenas um dos aspectos da elaboração do Direito, nem mais nem menos importante que os demais. Ela é o momento técnico, prático, aplicado, da ciência do Direito. A elaboração normativa sofre fortes influências do sistema político e ideológico dominante em cada sociedade, às quais não está isenta, por seu turno, a própria elaboração teórico-científica, que não é absolutamente neutra. É preciso, todavia, que não sejam olvidadas, na construção das normas jurídicas, as contribuições teóricas que a ciência oferece.

g) A eficácia da norma jurídica se mede muito mais por sua adequação às proposições teóricas da ciência do Direito e por sua correspondência às realidades e aspirações do meio social, do que por critérios puramente formais, como, por exemplo, a coerência lógica interna do sistema jurídico, ou a validade formal de cada norma assegurada por outra hierarquicamente superior, embora tais critérios não sejam desprezíveis.

Os princípios que acabamos de formular sintetizam bem o posicionamento epistemológico que assumimos neste trabalho. Eles contêm, explícita ou implicitamente, os fundamentos das diversas epistemologias dialéticas de que tratamos no Capítulo I e que constituem a base para a elaboração dos Capítulos II e III, bem como do presente. Estamos convencidos de que a abordagem dialética é a que melhor possibilita, dentro do atual estágio do conhecimento humano, uma compreensão do processo de elaboração científica, no interior das condições concretas em que ele se realiza. No que tange ao Direito, se ele é, como diz PONTES DE MIRANDA, “o problema humano por excelência”,¹ mais convencido ainda ficamos de que a dialética, tanto em sua feição genética, como sobretudo em suas modalidades histórica e crítica, é a que fornece o melhor referencial teórico para o seu estudo, questionando inúmeras verdades estabelecidas e contribuindo para destruir muito do dogmatismo que secularmente tem caracterizado a formação do jurista. **A dialética estuda o Direito dentro do processo histórico em que ele surge e se transforma, e não a partir de concepções metafísicas formuladas a priori. Assim, o que lhe interessa é um direito real, concreto, histórico, visceralmente comprometido com as condições efetivas do espaço-tempo social, que constituem a medida por excelência de sua eficácia; e não um direito estático, conservador, reacionário, voltado para o passado, óbice ao invés de propulsor do desenvolvimento social, que prefira enclausurar-se em seus próprios dogmas a abrir-se a uma crítica fecunda que o renove e lhe dê vida. É com este último tipo de concepção do Direito que a dialética rompe. E o faz como sói acontecer em todas as rupturas científicas: ataca-o duramente, retifica-o, limita-o, e oferece em troca um sistema de explicações mais aberto, mais dinâmico, mais flexível, mais vivo, mais consciente de suas próprias limitações, mais engajado com a realidade social e, por isso mesmo, mais rico e mais humano. É por isso que a dialética incomoda tanto!** Ela não se satisfaz com considerar as normas jurídicas como algo dado, porque sabe que elas são construídas. E quer saber que critérios científicos e axiológicos presidiram essa construção; a que interesses estão servindo; e que tipo de compromisso efetivamente traduzem. Ela indaga, questiona, põe em xeque os princípios mesmos que regem a ordem jurídica; critica-os e, criticando, constrói, renova, retifica, humaniza.

Com estas observações preliminares, passemos ao estudo crítico dos principais sistemas teóricos de explicação que tradicionalmente têm sido propostos para a análise do fenômeno jurídico. Esses sistemas teóricos são por nós agrupados, mediante um processo de escolha daqueles que nos parecem mais relevantes aos fins deste trabalho, em duas grandes categorias de correntes de pensamento jurídico: o idealismo e o empirismo. As correntes que

porventura não puderem ser classificadas em qualquer dessas duas categorias serão estudadas à parte. Temos bastante consciência das imperfeições de qualquer sistema de classificação que se adote no campo científico. Por isso mesmo, não vai aqui qualquer proposta de classificação rígida das doutrinas jurídicas, inclusive porque, como veremos no item 1.4 adiante, elas têm pontos em comum bastante estreitos. Se agrupamos tais doutrinas em duas categorias, fazemo-lo, de um lado, considerando os aspectos que elas têm em comum, e, do outro, para facilitar nossa exposição, relacionando-a especificamente com a análise genérica do empirismo e do racionalismo, de que nos ocupamos no Capítulo I. Cumpre também salientar que o estudo crítico a seguir empreendido abordará as diversas correntes doutrinárias apenas em suas generalidades, ou seja, em seus aspectos mais característicos, visto que uma análise mais detalhada conferiria a este trabalho dimensões incompatíveis com os seus objetivos.

1.1. Correntes idealistas

Consideramos idealistas aquelas escolas de pensamento jurídico-filosófico que, de alguma maneira, estudam o Direito desvinculando-o da ambiência social em que ele efetivamente se produz. Tais escolas geralmente buscam apreender a essência do Direito dentro de um sistema de verdades reveladas, ou como a expressão de uma ordem intrínseca à natureza das coisas, ou ainda como a consagração de princípios válidos em si mesmos, em qualquer tempo e lugar, que o homem encontraria no interior de sua própria consciência. O idealismo jurídico constitui sério obstáculo epistemológico à construção científica do Direito, porque, preso a princípios apriorísticos e metafísicos, ignora o caráter histórico-social do fenômeno jurídico e conseqüentemente se aliena das condições concretas em que ele surge nas diferentes sociedades. Focalizemos as proposições de suas mais importantes correntes.

1.1.1. O jusnaturalismo

O jusnaturalismo é uma corrente de pensamento jurídico tão ampla, que podemos afirmar que, tomado em seu sentido lato, o termo engloba todo o idealismo jurídico, desde as primeiras manifestações de uma ordem normativa de origem divina, passando pelos filósofos gregos, pelos escolásticos e pelos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, até chegar às modernas concepções de Direito Natural formuladas, entre outros, por STAMMLER (1856-1938) e DEL VECCHIO (1878-1970). Limitar-nos-emos, neste item, a tratar apenas da Escola de Direito Natural, dentro das características que lhe atribuíram GROTIUS (1583-1645),

PUFENDORF (1632-1694) e, um pouco mais tarde, THOMASIIUS (1655-1728) e LEIBNIZ. Deixaremos de lado, por conseguinte as chamadas escolas teológicas do Direito, assim como as concepções jusnaturalistas da filosofia grega e dos juristas romanos. O pensamento jurídico no criticismo kantiano e no idealismo hegeliano, bem como as principais correntes e doutrinas do jusnaturalismo contemporâneo constituirão o objeto dos itens subseqüentes.

A principal contribuição de GROTIUS e PUFENDORF foi no sentido de libertar paulatinamente o Direito Natural de todo um conteúdo teológico que o dominava, sobretudo após o advento da filosofia tomista. PRADIER FODÉRE, por exemplo, sustenta que a intenção de GROTIUS foi “expressar que a noção de “Direito” subsiste sem a noção de “Teologia”, e que cientificamente, o Direito tem uma acepção completamente independente.”² Foi com GROTIUS que se iniciou verdadeiramente o processo de laicização do Direito, mediante uma gradativa emancipação em relação ao pensamento escolástico, operando-se então um autêntico corte que o desenvolvimento da ciência jurídica, nos séculos seguintes, veio consolidar. PUFENDORF insurgiu-se em parte contra a concepção de GROTIUS, segundo a qual “a *lex naturalis* (...) era a voz interior da natureza dentro do homem”,³ e a atribuiu ao instinto social, que resulta de forças exteriores que ligam os homens em sociedade. Para ele, é através da razão que se pode atingir a essência da lei natural e, por essa via, chegar ao conhecimento e à prática dos deveres.

Para LEIBNIZ, o Direito Natural é uma necessidade moral que traduz a razão eterna, inata em todo ser humano como expressão da inteligência de Deus,⁴ THOMASIIUS também põe na Moral o fundamento do Direito, quando atribui a este o caráter de prescrever normas negativas, proibitivas, ao passo que a Moral proporia normas de cunho afirmativo, ou seja, normas de ação. E a razão, para ele, é igualmente o instrumento adequado para deduzir os princípios do Direito Natural que devem reger a conduta humana.

Em todas as suas principais tendências, acima sintetizadas, o jusnaturalismo é fiel ao seu pressuposto apriorístico: a uma lei natural, eterna e imutável, que se traduz na existência de um universo já legislado; essa lei pode ser um reflexo da inteligência divina, ou resultar da ordem natural das coisas, ou da razão do homem, ou de seu instinto social. Em qualquer caso, é através da razão que podemos compreendê-la e por ela pautar nossas ações. Para tanto, a razão não chega propriamente a trabalhar sobre realidades concretas, mas volta-se para si mesma e descobre os princípios universais dessa lei, válidos agora e sempre.

O jusnaturalismo teve o inegável mérito de romper com a desenfreada aplicação dos princípios escolásticos ao terreno do Direito, ajudando-o a libertar-se da carga teológica que o alienava da realidade social, bem como a retomar seu caráter autônomo como forma

específica de conhecer. Mas, por outro lado, privilegiando excessivamente o papel da razão, elaborou um sistema de pensamento jurídico fechado em si mesmo, dentro da concepção de um direito supra-social, desligado das condições em que o homem efetivamente vive e se associa e, por isso mesmo, igualmente alienado da realidade social. Como nota RADBRUCH, “a doutrina do Direito Natural crê poder reduzir a zero a resistência da matéria em face da idéia. A matéria do Direito é para ela como se não existisse. Considera-a constituída, não por um determinado condicionalismo social histórico, mas sim pelo chamado “estado de natureza”, descrevendo-no-lo mais como uma pura justaposição anti-social dos indivíduos do que como uma realidade sociológica”.⁵ Podemos afirmar, portanto, que, rompendo com a escolástica, o jusnaturalismo trocou uma metafísica por outra...

1.1.2. – O criticismo kantiano

É em sua Crítica da Razão Prática que KANT aborda o problema do Direito. Essa obra consiste numa tentativa de aplicar, no terreno da ação, os princípios apriorísticos desenvolvidos na Crítica da Razão Pura, já sintetizados no Capítulo I. A idéia de liberdade, para KANT, constitui o fundamento essencial do Direito. KANT estabelece duas ordens normativas que regem a conduta humana: a Moral, que disciplina o *forum internum*, referindo-se à consciência e sendo dotada de sanções mais ou menos frouxas e difusas, como a arrependimento e a reprovação social; e o Direito, que disciplina o *forum externum*, dizendo respeito à vida social e fazendo uso de sanções mais efetivas, como as penas corporais e pecuniárias. Para sua distinção entre o Direito e a Moral, KANT desenvolve o pensamento de THOMASIUS, atribuindo ao Direito, como característica essencial, a idéia de coercitividade. Mas, para conciliar a liberdade individual - que, como já vimos, é fundamental em sua filosofia - com o constrangimento geral exercido pelo Estado, KANT parte do princípio de que todo homem, como ser racional e livre traz dentro de si a *idéia do dever*. MIGUEL REALE sintetiza bem o sentido da idéia do dever na filosofia de KANT: “Segundo KANT, o homem não deve agir desta ou daquela maneira, por ser livre, mas é livre porque deve fazer algo que lhe dita a consciência de modo irrefragável”.⁶ E é dessa idéia do dever que se deduzem racionalmente as normas morais e jurídicas que, espontaneamente aceitas porque universalmente válidas, são cumpridas sem que com isso se fira a liberdade de cada um. “Assim, a idéia do dever” (para KANT) “preexiste a todas as mais noções, é universal; impondo-se livremente a todos os seres racionais, é obrigatória. Portanto, universalidade e obrigatoriedade são os dois característicos da lei moral”.⁷ Dessa maneira, o mundo da Moral e

do Direito, para KANT (ele usa o termo Moral em sentido amplo e Ética em sentido estrito), se traduz num imperativo categórico, que consiste no fato de cada indivíduo descobrir em si mesmo um comando incondicional, uma ordem universalmente válida pela qual deve conduzir suas ações. **Daí a máxima do imperativo categórico kantiano: “Atua externamente de tal modo, que o livre uso do teu arbítrio possa harmonizar-se com o livre uso do arbítrio dos outros, segundo uma lei universal da liberdade”.**⁸

As concepções de KANT influenciaram poderosamente o pensamento jurídico posterior, abrindo caminho para o florescimento de diversas escolas jurídicas neokantianas, quer racionalistas (STAMMLER, DEL VECCHIO etc.), quer positivistas (KELSEN, COSSIO e outros). Sua máxima moral, segundo a qual “o homem não deve ser submetido senão às leis que a si mesmo se dá”,⁹ está impregnada de forte cunho liberalista, bastante característico da ideologia que preparou o terreno para a revolução burguesa no Séc. XVIII. Mas ela não significa que cada indivíduo elabore suas leis, mas que as torne próprias, “em razão de uma identificação absoluta entre a vontade pura e o enunciado da regra moral”.¹⁰

O pensamento de KANT não distingue a Filosofia do Direito da Ciência jurídica. Esta sequer chega a ser abordada em sua obra, pois não se pode compreender como ciência a simples aplicação de princípios racionais intrínsecos à consciência e válidos em si próprios.

1.1.3. O idealismo hegeliano

HEGEL transferiu para o domínio do Direito sua concepção idealista da razão e da natureza, segundo a qual a idéia é um princípio absoluto e universal, logicamente anterior ao mundo, à sociedade e à História. Para ele, o Direito é “uma idéia eterna que se manifesta no desenvolvimento histórico do Direito Positivo”.¹¹ O Direito Positivo, portanto, não passa de uma manifestação um tanto imperfeita da idéia absoluta, válida em qualquer tempo e lugar. Semelhantemente acontece com o Estado que, para ele, resulta da união da idéia universal com a vontade subjetiva, ou seja, com o mundo moral. HEGEL supervaloriza a importância do Estado, considerando-a a expressão real de uma idéia necessariamente verdadeira e moral, indispensável ao sentido da existência humana. São suas palavras: “Só no Estado tem o homem existência racional... O homem deve o que é ao Estado. Só neste tem a sua essência. Todo valor que o homem tem, toda a sua realidade espiritual, ele a possui mediante o Estado”.¹² Daí toda a sua concepção idealista da História, que nada mais seria do que a expressão do progresso da idéia absoluta através da sociedade. E esse progresso seria comandado pelo Estado, que constituiria um fim em si mesmo, e não um meio no processo de

organização social. Por isso, dentro da dialética idealista hegeliana, o estágio superior da sociedade, em que ela se racionaliza e adquire plena consciência de seus fins, implica numa autêntica síntese entre o indivíduo e o Estado, de tal modo que aquele se dissolva neste.

O pensamento político e jurídico de HEGEL é manifestamente metafísico, porque traduz sua concepção de que “o que é real é racional e o que é racional é real”, fundindo, numa só realidade, o sujeito e o objeto. Considerando as realidades jurídicas e políticas como algo supra-histórico - pois, afinal, elas não passam de uma expressão do espírito absoluto -, HEGEL as desloca da ambiência concreta do meio social onde efetivamente se produzem e conseqüentemente as coloca, de princípio, como não passíveis de qualquer indagação de natureza científica. Por outro lado, se o Estado é um fim em si mesmo, se é a expressão política concreta da idéia absoluta, claro está que, no pensamento hegeliano, o Direito produzido pelo Estado há de ser essencialmente válido, ficando aberto o caminho para o radicalismo positivista kelseniano que mais adiante comentaremos (item 1.2.4). O idealismo hegeliano, por outro lado, pode prestar-se à fundamentação de regimes políticos totalitários, porque, afinal, o desenvolvimento, por exemplo, tão procurado por diversos Estados modernos, nem sempre escrupulosos nos meios que usam para atingi-lo, pode ser encarado, na filosofia de HEGEL, como o devir da idéia absoluta e, nessa qualidade, ser possuidor de validade intrínseca inquestionável. Não foi sem propósito que HEGEL viu no Estado autoritário prussiano o modelo ideal de organização política, como se ele constituísse o ponto terminal de toda evolução das formas políticas.¹³ Não foi sem propósito, também, que ele foi, na Alemanha de seu tempo, semi-industrializada e ainda com muitos ranços de feudalismo, um dos mais vigorosos defensores da codificação, isto é, do sistema normativo formalmente produzido pelo Estado, chegando mesmo a afirmar que a hostilidade à codificação é “uma das maiores afrontas que pode fazer-se a uma nação e a toda uma classe (a dos juristas)”.¹⁴ Não foi sem propósito, finalmente, que ele pôs na base de seu pensamento jurídico as desigualdades sociais como naturais e até necessárias à ordem da sociedade: “As leis - diz HEGEL - fora do círculo estreito da personalidade pressupõem condições desiguais e determinam a desigualdade das posições e dos deveres que delas decorrem”.¹⁵

1.1.4. O idealismo jurídico contemporâneo

Sob esta designação genérica, procuraremos enfocar sucintamente algumas das mais importantes correntes do pensamento jurídico contemporâneo que, de alguma forma, retomam os princípios jusnaturalistas. Nem todas essas correntes são propriamente idealistas

no sentido específico em que o termo é tomado neste trabalho. Algumas contêm um racionalismo mais ou menos moderno; outras podem ser classificadas como verdadeiramente idealistas. Mas todas têm em comum a proposição, de determinados princípios jurídicos mais ou menos desvinculados das condições espaço-temporais em que se desenvolve o Direito. Dentre as várias correntes neojusnaturalistas, escolhemos para comentar neste item aquelas que têm obtido maior divulgação no pensamento jurídico contemporâneo, quais sejam, o neokantismo de STAMMLER, o relativismo de RADBRUCH, o raciovitalismo de RECASÉNS SICHES e o jusnaturalismo formal de DEL VECCHIO.

a) RUDOLF STAMMLER, partindo dos pressupostos kantianos de matéria e forma, vê no conhecimento, de um lado, a concreção de idéias particulares, e, do outro, os princípios absolutamente válidos que condicionam o ato de conhecer. Das primeiras se ocupa a ciência, e dos segundos, a Filosofia. Assim, “a filosofia de uma ciência investiga as formas determinantes da ciência em questão, e esta, os conteúdos particulares determinados por aquela”.¹⁶

STAMMLER aborda o Direito dentro de uma perspectiva eminentemente teleológica. As ciências da natureza se destinam a explicar o *porquê* das coisas, donde seu caráter causal, ao passo que as ciências humanas visam à explicação do *para quê*, sendo pois essencialmente finalísticas. O Direito, para ele, é um modo do querer, mas do querer exterior, social, que se processa na convivência, enquanto que o querer da Moral diz respeito ao nosso mundo interior, no plano da consciência. Mas, como no mundo social há outras formas de conduta que revelam um querer não especificamente jurídico, STAMMLER atribui ao Direito um caráter heterônomo e coercitivo, essencial a qualquer direito, inclusive o consuetudinário. Assim, a heteronomia e a coercitividade constituem os caracteres por excelência do Direito, muito mais do que o fato de este emanar do Estado, inclusive porque nem sempre isto acontece. Outro aspecto importante da doutrina de STAMMLER é a sua teoria do direito natural de conteúdo variável, que é ligada ao conceito de justiça. Para ele, o Direito Natural não se baseia na natureza humana - pois não há como conhecer a essência dessa natureza -, nem no sentimento jurídico - que é bastante difuso e contingente. O verdadeiro fundamento do Direito Natural está na idéia de retitude, que é essencial ao conceito de justiça, definida esta como “a idéia da retitude aplicada ao querer entrelaçante”.¹⁷ A idéia de justiça garante, a um só tempo, a convivência dos indivíduos e a liberdade de cada um, no que STAMMLER retoma em parte a concepção kantiana de liberdade a que já aludimos. “O ideal jurídico” (para STAMMLER) “é viver em uma sociedade de indivíduos “livres-volentes”, ou seja, em uma sociedade na qual, subordinando-se cada qual ao querer superior da lei, no fundo não esteja

subordinado senão ao seu próprio querer, ao seu querer mais autêntico e profundo”.¹⁸ A idéia de justiça, para ele, é uma forma pura, que ordena o querer social em cada momento histórico. As diversas modalidades históricas desse querer é que vão preencher essa forma, constituindo o seu conteúdo. Segundo PONTES DE MIRANDA, “é a concepção do direito natural com conteúdo variável (...), que sintetiza o pensamento de STAMMLER: a forma, permanente; o conteúdo, produzido pelas contingências empíricas e históricas”.¹⁹ Daí a existência de ideais jurídicos variados, representando cada um o direito justo dentro das condições sociais em que foi elaborado. Para STAMMLER, portanto, o Direito Natural, que traduz a idéia de justiça (justo absoluto), é um só; mas seu conteúdo, consubstanciado nos diversos direitos justos (justo objetivo), é variável em função das condições histórico-sociais concretas em que se produz.

O grande mérito do pensamento de STAMMLER consiste na revalorização da Filosofia do Direito, ligando-a ao ideal de justiça e libertando-a do exagerado cientificismo positivista. Segundo MACHADO NETO, foi a partir de STAMMLER que “o filósofo do Direito voltou a, livremente, falar de Justiça (com J maiúsculo), sem pudor de ser filósofo (...).²⁰ Sua teoria do direito natural de conteúdo variável representa também importante contribuição para uma filosofia jurídica não alienada das proposições da ciência do Direito. Mas, por outro lado, ao considerar cada sistema jurídico como um corpo de direito justo, expressão localizada de um ideal de justiça imutável, assume posição nitidamente idealista e, por isso mesmo, pouco acrescenta a uma elaboração científica do Direito. Mesmo no plano da Filosofia, ele não chegou a definir com precisão a idéia fundamental de justiça que os vários sistemas jurídicos concretizariam.²¹ Por isso, como afirma RADBRUCH, “de STAMMLER pode dizer-se que ele se empenhou mais em pôr os problemas da filosofia jurídica do que em resolvê-los, construindo “uma espécie de plano para um edifício, mas não propriamente ainda o edifício”.²²

b) GUSTAV RADBRUCH construiu um sistema de pensamento jurídico que tem muitos pontos em comum com o de STAMMLER. Também ele é um neokantiano e igualmente liga o Direito à idéia de justiça. Para RADBRUCH, o que interessa é o direito que deve ser, ou seja, o direito justo, e não propriamente o direito que é nas condições concretas da vida social, o qual é tomado como mero ponto de referência na comparação com o que deve ser. O Direito assume, para RADBRUCH, a dimensão de um valor cultural. E, na consideração desse valor, devem estar presentes indagações sobre o sentido e o fim do Direito, como expressão do ideal de justiça. O fim do Direito é a justiça. Mas o que é justo em cada caso não pode ser compreendido a partir de um conceito puramente formal de justiça

como queria STAMMLER, nem de uma análise do conteúdo social variável que preencheria essa forma. Para resolver esse problema, RADBRUCH formula os princípios de seu relativismo jurídico.²³ Inicialmente, ele estabelece uma separação absoluta entre realidade e valor, isto é, entre ser e dever-ser, e atribui prioridade ao valor da justiça sobre os valores formais de segurança e certeza do Direito e do Estado. A partir daí, observa que as diversas sociedades, em sua organização, podem dar ênfase maior ao indivíduo, ao Estado ou à cultura. No primeiro caso, tem-se o individualismo, cuja expressão é a ideologia liberal; no segundo, o autoritarismo estatal, consubstanciado nas ideologias totalitárias; e, para o terceiro, RADBRUCH não encontra paralelo em nenhum partido político, e aponta como seus padrões as Universidades e as ordens religiosas.²⁴ Dada a impossibilidade de resolver qual dessas concepções é verdadeira, RADBRUCH atribui ao relativismo o estudo das relações lógicas de cada uma delas, consideradas em seu substrato ideológico e em sua prática política efetiva. Ora, se não é possível fixar, em termos absolutos, o conceito de justiça, faz-se necessário, pelo menos, determinar o de Direito, porque, embora o fim último deste seja a justiça, não há negar-lhe o cumprimento de um fim mais imediato, que é a segurança social. Para RADBRUCH, portanto, os sistemas jurídicos não devem realizar a segurança com prejuízo da justiça, sobretudo no que concerne aos direitos fundamentais da pessoa humana, aos quais ele atribui valor sagrado e absoluto. Mas, por outro lado, respeitados esses princípios, pode-se perfeitamente tolerar uma certa redução da justiça em seu sentido estrito (o direito justo de STAMMLER), nos casos em que tal redução seja essencial para assegurar às relações sociais a certeza e a segurança que lhes são indispensáveis, porque, “se a justiça e a segurança não são, de si próprias, incompatíveis, não se poderá jamais realizar aquela sem primeiro ter garantido esta”.²⁵ Para RADBRUCH, a idéia de Direito “é constituída por três elementos distintos e heterogêneos: a idéia de justiça, a do fim último para que ele é meio, e a de segurança ou paz social de que ele é instrumento”.²⁶

O relativismo de RADBRUCH, limitando o Direito ao terreno do dever-ser, assume nítidos contornos idealistas, no sentido menos radical do termo. E, como todo idealismo jurídico, parte do princípio de que o Direito não constitui objeto adequado a uma abordagem científica. O próprio RADBRUCH retira expressamente do terreno jurídico a possibilidade de estudos de ordem científica: “Este relativismo (...) afeta só o âmbito dos problemas da “razão teórica” e não o dos problemas da “razão prática”. Significa uma renúncia à fundamentação científica das últimas atitudes e posições do espírito; não uma renúncia a estas atitudes e posições em si mesmas”.²⁷ Por outro lado, RADBRUCH não aprofunda suficientemente o conceito de segurança, em cujo nome admite que o direito justo

possa fazer concessões, ignorando assim que, numa sociedade de classes, a segurança geralmente se traduz na manutenção do poder da classe dominante, que esconde a relação de dominação através do manto ideológico da ordem, do bem comum, do desenvolvimento e de outras abstrações.

c) Luís RECASÉNS SICHES erigiu seu pensamento jurídico sobre a base de duas indagações fundamentais: a essência e a validade do Direito. Da primeira se ocupa a teoria do Direito e da segunda, a axiologia jurídica. Para RECASÉNS SICHES, o Direito não se confunde com a justiça, nem com os demais valores que ele se propõe realizar. Sua essência reside no fato de ele constituir uma obra humana de interpretação e realização desses valores, dentro das circunstâncias históricas concretas. No dizer de RECASÉNS SICHES, “o Direito é sempre um ensaio de ser direito justo”,²⁸ o que significa que, conquanto imbuído necessariamente de um conteúdo axiológico, ele é obra social e, por isso mesmo, variável no tempo e no espaço. É no interior da cultura que o Direito encontra sua região ontológica própria. E ali existe como expressão da vida humana objetivada, isto é, da vida de relação, constituindo a forma mais intensa e plena da vida coletiva. É este o fundamento do raciovitalismo jurídico de RECASÉNS SICHES. Os sujeitos de direito não podem ser compreendidos em sua individualidade real, mas em função dos diversos papéis que desempenham na vida de relação. O Direito, portanto, sempre se refere ao eu socializado, ficando o eu individual como sujeito do mundo moral. Neste ponto, RECASÉNS SICHES retoma a distinção entre Direito e Moral estabelecida por KANT, inclusive no que se refere à coercitividade do Direito, que ele denomina imposição inexorável, ou seja, a possibilidade, que somente o Direito possui, de impor suas regras, ainda que de maneira forçada. No que tange aos aspectos propriamente axiológicos do Direito, RECASÉNS SICHES considera a justiça como o fim último a atingir, mas, para tanto, é necessário realizar primeiro os valores de certeza e segurança, que são requisitos indispensáveis à efetivação da justiça, no que assume posição idêntica à de RADBRUCH.

d) GIORGIO DEL VECCHIO procurou conciliar os pressupostos do Direito Natural clássico com os do neokantismo contemporâneo. Para tanto, estabeleceu uma divisão tripartida da Filosofia do Direito, a qual tem como problemas fundamentais o conhecer, o agir e o ser. O primeiro se refere às estruturas lógicas que permitem ao jurista realizar sua tarefa científica; o segundo engloba toda uma valoração das ações humanas e dos fins que elas se propõem alcançar, constituindo o objeto da deontologia jurídica; e o terceiro diz respeito ao Direito como fato, como experiência social e histórica, cujo estudo, para DEL VECCHIO, compete à fenomenologia jurídica. DEL VECCHIO parte do pressuposto de que é impossível

formular um conceito universal de Direito tomando como base somente os fatos jurídicos, tal a diversidade e mesmo a contradição que eles apresentam. O conceito de Direito só pode ser elaborado como forma pura, sem qualquer conteúdo que o ligue às circunstâncias espaço-temporais em que a realidade jurídica se diversifica. É assim que ele define seu posicionamento filosófico em face do Direito: “Resta-nos agora o recurso de atendermos à natureza humana - isto é, procurarmos na própria consciência do homem o fundamento último do Direito. Adotando este procedimento, inserimo-nos na tradição clássica da nossa disciplina, embora tentemos revalorizá-la com várias distinções críticas e com diversos esclarecimentos metódicos”.²⁹ Esse posicionamento leva DEL VECCHIO a considerar o Direito como *condicionante*, e não *condicionado*: “Uma proposição jurídica não é tal senão enquanto participa da forma lógica universal do Direito; fora dessa forma, que é indiferente ao variar dos conteúdos, nenhuma experiência poderia ser qualificada como *jurídica*”.³⁰ Essa forma lógica, para DEL VECCHIO, é estabelecida *a priori*, como condição-limite da experiência jurídica em geral, e é através dela que se pode ordenar logicamente qualquer experiência jurídica. Neste ponto, o pensamento de DEL VECCHIO se aproxima do de STAMMLER. Para este, o Direito Natural, como já vimos, é uma forma pura que se traduz na idéia de justiça, e o conteúdo dessa forma é variável em função das experiências jurídicas concretas. O Direito Natural, para DEL VECCHIO, é igualmente uma forma pura, condicionando mas não sendo condicionado por qualquer conteúdo, visto que pode ser reconhecido independentemente de qualquer forma particular que a realidade jurídica empírica apresente. Na distinção entre o Direito e a Moral, DEL VECCHIO mantém-se fiel ao princípio kantiano segundo o qual o primeiro diz respeito ao *forum externum* e, por isso, é heterônomo e bilateral, no sentido de enlaçar direitos a deveres (o querer entrelaçante de STAMMLER); e a segunda concerne ao *forum internum*, sendo pois autônoma e unilateral, porque só impõe deveres. O conceito de bilateralidade é, para DEL VECCHIO, a base de todo o edifício jurídico, assim como o de intersubjetividade, isto é, a consciência objetiva de constituir com os outros um sistema de relações que a todos abrange,³¹ é a base da idéia de justiça, que, aliás, representa, na concepção de DEL VECCHIO, a forma do Direito Natural, com o qual, por conseguinte, se confunde: “O Direito Natural é, pois, o critério que permite valorar o Direito Positivo e medir a sua intrínseca justiça. Se o Direito Positivo contrasta com o Natural, este mantém todavia a sua peculiar maneira de ser, e, portanto, a sua específica validade de critério ideal ou deontológico”.³²

O jusnaturalismo formal de DEL VECCHIO representa importante contribuição à Filosofia do Direito contemporâneo. Renovando certas concepções tradicionais do Direito

Natural acerca da liberdade, o jurista italiano transige, bem menos que RADBRUCH, com as limitações feitas à idéia de justiça em nome da segurança, “admitindo, contra as leis injustas e a arbitrariedade dos governantes, o direito de resistência ou de revolução”.³³ Mas, por outro lado, o pensamento de DEL VECCHIO, eivado de idealismo, também implica na suposição de um direito supra-social, absoluto, imutável e eterno e, por isso mesmo, alheio de princípio à indagação científica. Cumpre ainda observar que, apesar de suas inegáveis contribuições ao conceito de liberdade, esse conceito, para ele, é essencialmente formal, tomado em sentido abstrato, e conseqüentemente alheio às condições materiais efetivas em que o exercício da liberdade se processa.

1.2. Correntes empiristas

Consideramos empiristas aquelas correntes de pensamento que tomam como ponto de partida a suposição de que o conhecimento jurídico resulta de uma captação do objeto pelo sujeito, ou, em outras palavras, de que o conhecimento emana do objeto, seja este tomado como sendo a norma jurídica, seja considerado como o fenômeno jurídico produzido dentro do espaço-tempo social. O empirismo jurídico também constitui obstáculo epistemológico à elaboração científica do Direito, porque privilegia excessivamente um dos termos da relação cognitiva (no caso, o objeto), esquecendo a lição dialética de que é no processo relacional entre sujeito e objeto que o conhecimento se constrói. Assim, tanto quanto o idealismo, o empirismo jurídico se caracteriza por adotar uma atitude metafísica diante do processo cognitivo. Estudaremos a seguir, dentro de uma perspectiva crítica, algumas das diversas escolas que aderem aos princípios do positivismo jurídico, por nós selecionadas tendo em vista a relevância de suas proposições na história do pensamento jurídico. Convém esclarecer, desde já, que o termo positivismo jurídico nem sempre é empregado na acepção que lhe atribui o positivismo filosófico de COMTE, ou o neopositivismo do Círculo de Viena. Ele pode indicar, por exemplo, uma ênfase conferida ao Direito Positivo, ou seja, ao conjunto normativo vigente, em oposição aos princípios ideais do Direito Natural. Neste caso, ele engloba todas aquelas correntes que vêem na norma jurídica o fundamento principal, senão exclusivo, do Direito. Por outro lado, ele pode designar aquelas correntes de pensamento que enxergam no Direito antes de tudo um fato que se gera e se transforma dentro do espaço social e - o que é mais importante - que pode ser captado em sua realidade objetiva, ou seja, tal qual ele efetivamente é. Neste caso, a expressão positivismo jurídico traduz os princípios do positivismo filosófico. No presente capítulo, utilizamos tal expressão em ambos os

sentidos, porquanto nos ocupamos tanto das correntes que privilegiam a norma como realidade jurídica, quanto daquelas que atribuem esse caráter ao fato. Abordemos, então, sinteticamente, os princípios mais gerais dessas correntes, aqui reunidas sob a designação genérica de empirismo jurídico.

1.2.1. A Escola da Exegese

A Escola da Exegese atingiu seu apogeu nas décadas iniciais do século passado, após o advento das primeiras codificações, exercendo poderosa influência sobre o pensamento jurídico não só na França, como também na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e em todo o mundo ocidental. Ainda hoje sua influência se faz sentir na mentalidade de muitos juristas de formação tradicional.

O princípio básico da Escola da Exegese consiste na afirmação de que o fundamento por excelência do Direito está nas leis, ou seja, nas normas jurídicas escritas emanadas do Estado, “sendo o Direito um sistema de conceitos bem articulados e coerentes, não apresentando senão lacunas aparentes”.³⁴ Todas as explicações jurídicas devem ser procuradas dentro e não fora dos textos legais. A ciência jurídica se reduz, assim, a uma mera análise metódica dos textos em seus aspectos gramatical, lógico e sistemático, sem maiores questionamentos sobre a validade mesma desses textos, ou sua adequação às condições sociais. Dentro dos princípios da Escola da Exegese, toda a construção teórica do Direito repousa na interpretação dos textos legais dentro de sua ordenação lógica, a partir do que se inferem os institutos jurídicos, que consistem na cristalização do que há de mais geral em grandes conjuntos de regras que se agrupam em torno de diferentes centros de interesse e de uma *ratio juris* específica. Toda a atenção da Escola da Exegese se volta, portanto, para a lei e sobretudo para a sua interpretação, que deve atingir-lhe o espírito, mas sem qualquer acréscimo e, muito menos, crítica ao nela já declarado, recorrendo-se, em caso de lacuna, à intenção do legislador.

BUGNET, que foi, na França, um dos principais vultos da escola, ao lado de AUBRY ET RAU, DEMOLOMBE, MARCADÉ e outros, sintetizou os princípios desta corrente em sua célebre afirmação: “Não conheço o Direito Civil, mas sim o Código Napoleão”.³⁵ Mesmo na Inglaterra, de Direito tradicionalmente costumeiro e jurisprudencial, houve influência da Escola da Exegese, através das idéias de JOHN AUSTIN, segundo as quais o Direito deveria ser compreendido dentro de esquemas lógico-formais, consoante a concepção de que o costume não possui qualidade jurídica e a jurisprudência só a possui

enquanto emanção da soberania do Estado.³⁶ Os pandectistas germânicos, por sua vez, seguiram em parte a orientação da escola, considerando o Direito como um corpo de normas, cujo modelo era o Direito Romano adaptado às condições locais. Foi justamente essa necessária adaptação ao meio social (o Código Civil alemão só entrou em vigor em 1900), que os levou a combinar, com os da Escola da Exegese, alguns princípios da Escola Histórica.

O acentuado formalismo dogmático da Escola da Exegese torna seus princípios - insípidos e presos a uma hermenêutica bitolada - extremamente inadequados a uma abordagem tanto científica quanto filosófica do Direito, porque elaborados dentro da ingênua concepção empirista que considera a norma jurídica como algo dado, ignorando o fato de que ela é construída para atender a condições sociais específicas, intrinsecamente dinâmicas, que não podem ser imobilizadas por qualquer legislação que seja. “A Escola da Exegese encontrava em si mesma o princípio de sua negação, revelando-se a “unilateralidade” de suas concepções, que puderam prevalecer até e enquanto o mundo das normas constituiu a expressão técnica de uma realidade histórico-social, não dizemos subjacente, mas sim implícita em seu conteúdo”.³⁷ O positivismo da Escola da Exegese constituiu a expressão jurídica da burguesia ascendente, recém-instalada no poder, que precisava, para manter-se, estabelecer a crença na validade formal da lei, assim como precisou, para tomar o poder, da crença em valores ideais absolutos.

1.2.2. A Escola Histórica

A Escola Histórica opôs-se frontalmente ao normativismo da Escola da Exegese. Através de seus principais representantes, que foram GUSTAVO HUGO (1764-1840), PUCHTA (1798-1846) e sobretudo SAVIGNY (1779-1861), procurou estabelecer uma visão mais concreta e social da Direito, encarando-o como expressão do espírito do povo. No dizer de CRETELLA JÚNIOR, “segundo a Escola- Histórica, cada povo tem um espírito ou alma, que se manifesta numa série de produtos do espírito popular (...), tais como a Moral, o Direito, a arte, a linguagem. Sob tal aspecto, é importante o confronto entre linguagem e Direito, porque, se aquela é organismo vivo que nasce e se desenvolve sem a intervenção dos gramáticos, assim também o Direito nasce espontaneamente, sem intervenção do legislador. Gramática é a sistematização dos fatos da linguagem, Direito é fato natural entre os homens, mais tarde trabalhado pelos jurisconsultos, que o sistematizam”.³⁸ SAVIGNY foi um dos principais opositores da idéia de elaborar-se um Código Civil na Alemanha, no início do Séc. XIX, travando, nesse particular, uma polêmica intensa com THIBAUT, que se tornou famosa.

SAVIGNY só admitia a codificação em nações que apresentassem elevado grau de estratificação social, ou seja, em que os costumes já estivessem devidamente consolidados e pudessem garantir eficácia à legislação, que os consagraria. Só as leis que traduzem as autênticas aspirações do povo podem ser consideradas verdadeiramente eficazes. Mas essas autênticas aspirações do povo eram encaradas numa perspectiva um tanto romântica e conservadora,³⁹ dada a inexistência de critérios objetivos que pudessem apreendê-las. Daí o apego de SAVIGNY ao Direito Romano na forma em que vigia na Alemanha de seu tempo, cuja conservação era proposta sob o argumento de que consagrava os costumes, e que, segundo MIGUEL REALE, levou aos poucos a Escola Histórica a absorver, através de seus continuadores, certos princípios da Escola da Exegese, formalizando seu historicismo e passando a dedicar-se mais à história dos textos legais, dentro de uma perspectiva mais lógico-dogmática do que propriamente sócio-histórica.⁴⁰

Contra esta tendência insurgiu-se RUDOLF VON JHERING (1818-1892), atribuindo ao Direito, como elementos essenciais, a norma e a coação, intimamente ligadas à vontade humana, consciente de seus fins. Para JHERING, o fim é o criador de todo direito, considerado o termo não em seu sentido ideal ou abstrato, mas expressando os fins que, de fato, os homens se propõem e pelos quais lutam. As idéias de fim e de luta estão presentes em todo o pensamento de JHERING, consubstanciado em suas obras capitais: O fim no Direito e A luta pelo Direito. Aliando a idéia de fim (que se traduz na luta para assegurar determinados interesses) às realidades sociais e aspirações coletivas, JHERING realizou e ultrapassou, como acentua RADBRUCH, o programa da Escola Histórica. Realizou-o demonstrando a íntima ligação entre Direito e consciência coletiva. Ultrapassou-o quando viu na consciência coletiva, mais do que aquelas forças instintivas e obscuras de que fala SAVIGNY, a idéia de fim como algo conscientemente perseguido pela vontade humana.⁴¹

Apesar de suas várias imprecisões - compreensíveis numa escola que é a precursora da fundamentação sociológica do Direito -, a Escola Histórica teve o inegável mérito de abrir caminho para o estudo do fenômeno jurídico no interior do espaço-tempo social que constitui, por assim dizer, sua ambiência. O posicionamento da Escola Histórica - que, voltando-se para a realidade social do Direito, assume uma atitude empirista; mas, atribuindo a essa realidade a forma abstrata de um espírito coletivo, identifica-se em parte com o idealismo - foi, posteriormente, levado até às últimas conseqüências pela Escola Sociológica, que a seguir estudaremos.

1.2.3. A Escola Sociológica

A expressão Escola Sociológica, segundo MIGUEL REALE, designa “as teorias que consideram o Direito sob o prisma predominante, quando não exclusivo, do fato social, apresentando-o como simples componente dos fenômenos sociais e suscetível de ser estudado segundo nexos de causalidade não diversos dos que ordenam os fatos do mundo físico”.⁴² A expressão revela a concepção de que os aspectos fáticos do Direito são da competência, senão exclusiva pelo menos prioritária, da Sociologia Jurídica, e não da ciência do Direito. Mas, de qualquer forma, é preferível a positivismo jurídico, porque, como já salientamos, esta expressão designa também a orientação normativista nos estudos jurídicos. Talvez fosse preferível o termo cientificismo jurídico, que diz bem da orientação que esta corrente recebe da doutrina positivista, quer em sua forma comteana original, quer no posicionamento assumido pelo positivismo lógico. Em todo caso, utilizaremos a expressão Escola Sociológica, para indicar aquelas correntes que sustentam que é a partir da observação dos fatos sociais que se deve formular o corpo teórico-científico do Direito, o qual constitui a base da ulterior elaboração normativa.

O precursor da Escola Sociológica foi LÉON DUGUIT (1859-1928), que investiu contra o formalismo abstrato da Escola da Exegese e contra a concepção, não menos abstrata, da consciência coletiva na Escola Histórica. DUGUIT adota o princípio durkheimiano que manda considerar os fatos sociais como coisas, mas recusa, como metafísica, a existência da consciência coletiva, a que DURKHEIM confere um caráter supra-individual. Para DUGUIT, só os indivíduos possuem realidade concreta e é em função deles que a sociedade se organiza. Nesse processo de organização, o aspecto mais relevante é aquele que DUGUIT denomina solidariedade, através do qual podem ser explicados todos os fenômenos sociais. Essa solidariedade pode ser mecânica, quando se estabelece entre pessoas que praticam atos idênticos visando ao mesmo fim; ou orgânica, quando os atos praticados são distintos e complementares, tendo porém os mesmos objetivos. Com base nesta última forma de solidariedade, DUGUIT retoma e aprimora a tese da divisão do trabalho social, estabelecida por DURKHEIM. Como os seres humanos não se bastam a si mesmos, é preciso que cada um assuma determinadas tarefas necessárias à subsistência social de tal forma que as diversas atividades particulares dos diferentes indivíduos se harmonizem com as dos demais, representando, pois, a divisão do trabalho o fato fundamental da organização da sociedade. Quanto mais complexa e diferenciada a divisão do trabalho, mais elevado o índice de progresso e civilização da sociedade, dentro do princípio da solidariedade orgânica.

Vale ressaltar que a solidariedade social, que, para DUGUIT, é o fundamento de toda a estrutura do mundo humano, não é algo que se ponha a priori, em termos idealistas. Em

sua concepção, ela surge como um produto da divisão do trabalho e, portanto, se funda exclusivamente no plano dos fatos. E daí retira DUGUIT a conclusão de que o Direito é também um produto da solidariedade social,⁴³ pertencendo ao mundo dos fatos e, por conseguinte, passível de investigação científica rigorosa, mediante o emprego do método indutivo-experimental,⁴⁴ comum a todas as ciências, dentro dos cânones positivistas, embora, para ele, haja uma diferença qualitativa entre as leis naturais, que visam à causalidade, e as leis sociais, que estabelecem relações de finalidade, sendo pois teleológicas. Neste particular, a posição de DUGUIT se assemelha à de JHERING.

Os princípios da Escola Sociológica, como de resto a doutrina positivista de um modo geral, tiveram ampla repercussão no Brasil, através de pensadores do porte de TOBIAS BARRETO, SÍLVIO ROMERO, PEDRO LESSA e, sobretudo, PONTES DE MIRANDA (1892-1979), que, em sua obra jurídica fundamental, o Sistema de ciência positiva do Direito, leva às últimas consequências, de forma admirável, as teses centrais dessa corrente de pensamento.

O pensamento jurídico de PONTES DE MIRANDA encontra-se esparso por toda a sua vasta obra, mas é sobretudo no Sistema de ciência positiva do Direito que ele define sua concepção do fenômeno jurídico e os pressupostos epistemológicos e metodológicos da ciência do Direito. PONTES DE MIRANDA filia-se doutrinariamente ao neopositivismo,⁴⁵ mantendo-se fiel aos mitos do cientificismo, da neutralidade e do método científico, característicos daquela corrente em particular e de todas as formas de positivismo filosófico em geral. No entanto, dotado de mentalidade extraordinariamente eclética e lúcida, construiu uma epistemologia jurídica lógica e coerente, contribuindo de modo efetivo para uma abordagem científica do Direito.

Na epistemologia de PONTES DE MIRANDA, há duas constantes que lhe acompanham todos os pensamentos: a unidade da ciência e a naturalidade do fenômeno jurídico.⁴⁶ Esses dois aspectos se relacionam intimamente, porque é em virtude de sua naturalidade que o fenômeno jurídico comporta análise científica, tanto quanto os fenômenos físicos, químicos, biológicos e sociais, entre os quais, segundo os preceitos positivistas, não há maiores diferenças qualitativas. PONTES DE MIRANDA, neste particular, não vê diferença substancial entre as ciências naturais e as ciências sociais, porque todos os fenômenos sociais são também naturais, permitindo, por conseguinte, uma abordagem científica a partir de princípios comuns. São suas palavras: “(...) a posição que mais se aproxima da fenomenalidade universal é a unificação do físico e do psíquico em teorias que aproveitem e cristalizem os resultados dos dois grupos de ciências”,⁴⁷ Neste ponto, ele rompe

com DUGUIT, que via causalidade nas ciências da natureza e finalidade nas ciências do homem. Observe-se que, para PONTES DE MIRANDA, é o objeto que distingue as diversas ciências. Estas partem dos mesmos princípios, utilizam metodologias comuns, mas se diferenciam em função dos fenômenos que pretendem estudar, porque, se todos os fenômenos são genericamente qualificados de naturais, não deixam de assumir, em sua realidade objetiva, características específicas que os identificam como físicos, biológicos, sociais, jurídicos, econômicos etc. A cada uma dessas dimensões reais dos fenômenos pode corresponder uma ciência específica, que com as demais possui princípios e métodos comuns, mas objetos diferenciados.

As duas teses centrais da epistemologia de PONTES DE MIRANDA, que acabamos de sintetizar, são reafirmadas em todo o desenvolvimento de sua obra jurídica fundamental. Recolhamos alguns exemplos de trechos dessa obra: “O Direito é ciência natural como qualquer outra. E somente como ciência natural é que ele é digno das cogitações, do tempo, do zelo e da dedicação de espíritos contemporâneos” (t. 3, p. 143). Vemos neste trecho a idéia de naturalidade do fenômeno jurídico aliada à de que todos os fenômenos passíveis de investigação científica são naturais e que, por isso mesmo, não há maiores diferenças entre as diversas ciências, senão no que tange aos seus respectivos objetos. Por outro lado, a proposição acima deixa transparecer claramente o mito do cientificismo como forma privilegiada de conhecer. Se não fosse ciência, e, ainda por cima, ciência natural, o Direito não seria digno das atenções dos espíritos contemporâneos... Os mitos da neutralidade e do método científico transparecem no trecho seguinte: “Não é com o sentimento, nem com o raciocínio puro, que deve trabalhar o legislador, ou o cientista do Direito: o que se lhe exige é raciocinar objetivamente, e induzir, segundo o método científico” (t. 1, p. XXXII). Mais adiante, esse método científico, indutivo, é considerado como necessariamente quantitativo: “A todos os fatos podemos convencionar que corresponde número ou expressão” (t. I, p. 7). “A ciência procura algo de constante, que há de ser postulado por ela, - e a qualitatividade seria enorme embaraço (...). Assim, o que a ciência afirma e o que é fecundo para ela é a concepção de que, no mundo, tudo é teoricamente mensurável (...). A qualidade complica a visão das coisas; a quantidade simplifica” (t. 1, p. 9-10).

E o caminho metodológico para atingir os fenômenos seria a captação empirista, segundo a qual é dos próprios fatos que se extraem as explicações teóricas, operando-se então a síntese entre os aspectos quantitativos (usados no percurso indutivo) e qualitativos (as teorias ou leis que regem os fatos): “(...) guiam-se os fatos com os próprios princípios que os regem e insere-se nas leis, nas relações jurídicas, o que se extrai das próprias leis e relações”

(t. 1, p. 19). Assim se dá a “identificação da ciência com o seu objeto” (t. 1, p. 21), no sentido de que as teorias científicas constituem um reflexo dos fatos. A elaboração normativa não pode deixar de pressupor a indicatividade conceitual da ciência. Mas os conceitos, que nada mais fazem que refletir os fatos, não constituem a essência do conhecimento científico, pois esta, em última instância, repousa na realidade dos fenômenos: “Aliás, não é em conceitos que consiste a ciência jurídica, como querem outros: o que ela tem por fito é a norma, mas o seu método deve ser o das outras ciências, os seus processos, os mesmos; estuda relações, e induz. O conceito surge na expressão. É neste sentido que se pode dizer que a ciência é sistema de conceitos e a atividade científica o esforço para os formar e coordenar. (...) O conceito jurídico é estéril como qualquer outro conceito, e perigoso, porque pode levar ao mal como ao bem. Com ele consegue-se a solução acertada, mas pode chegar-se apenas a enganos; não é conteúdo, é meio; é o fim que lhe dá a fecundidade, e para acertar depende de ser conferido com o real” (t. 2, p. 93-5). Assim, o conceito surge no contato com os fatos: não direciona propriamente a atividade científica, que se valida pelo simples rigor metodológico e pelo confronto com o real.

Os trechos acima citados nos parecem sintetizar bem o naturalismo jurídico de PONTES DE MIRANDA. Poderíamos mencionar inúmeros outros, abundantes em sua obra, que traduzem sua filiação aos princípios mais fundamentais do positivismo, tais como os mitos do cientificismo, da neutralidade científica e da validade de um método único para todas as ciências, bem como o estabelecimento da distinção entre as várias ciências a partir do objeto e a atribuição de naturalidade a qualquer objeto de ciência.

Apesar de sua feição marcadamente positivista, não há negar à Escola Sociológica tanto na sua forma original estabelecida por DUGUIT, como sobretudo nas características que lhe atribui PONTES DE MIRANDA, o considerável avanço que essa doutrina representa na definição de critérios para um estudo científico do Direito. Por paradoxal que possa parecer tal afirmação, ela é extremamente verdadeira no terreno do Direito. Foi o positivismo jurídico (no sentido fático e não normativo do termo) que vibrou o golpe mais contundente nos critérios apriorísticos que identificavam o Direito com princípios ideais absolutos, ou o confundiam com a norma jurídica. Pode-se objetar que, em assim procedendo, a Escola Sociológica trocou uma metafísica por outra, o que de fato aconteceu. Mas, no âmbito do Direito, fazia-se necessário esse corte, inclusive como preparação para uma abordagem de nossa disciplina sob o enfoque dialético que, embora de recente aplicação no campo jurídico, tem apresentado resultados fecundos, superando com vantagens as limitações do idealismo e do empirismo. Aliás, tivesse PONTES DE MIRANDA abraçado uma orientação dialética,

tivesse ele deixado de considerar o fenômeno jurídico como um dado a ser captado diretamente da realidade, faria mais jus ainda às palavras com que o brindou CLÓVIS BEVILÁQUA (1859-1944): “(...) criastes a ciência, que outros apenas entreviram”.⁴⁸

1.2.4. O dogmatismo normativista de KELSEN

HANS KELSEN (1881-1973) é o maior vulto do normativismo dogmático contemporâneo. A influência de seu pensamento se faz sentir em todo o mundo ocidental, onde, de um modo geral, predomina em relação a outras correntes de explicação jurídica. A síntese das idéias de KELSEN reside na identificação absoluta que ele estabelece entre o Direito e a lei. Podemos afirmar que, assim como DUGUIT e especialmente PONTES DE MIRANDA elevaram ao máximo as proposições da Escola Histórica, rompendo com o substrato idealista que nela ainda persistia na figura da consciência coletiva formulada por SAVIGNY, KELSEN levou às últimas conseqüências o normativismo da Escola da Exegese, renovando os procedimentos hermenêuticos por ela estabelecidos e conferindo à norma o papel de ser a realidade jurídica por excelência.

A grande preocupação de KELSEN é construir uma ciência do Direito que tenha um objeto puro, livre de qualquer contaminação ideológica, política, econômica etc., essencialmente jurídico e, como tal, passível de ser identificado sem maiores dificuldades. É esse objetivo que KELSEN se propõe já no prefácio de sua obra fundamental, a Teoria pura do Direito: “Há mais de duas décadas que empreendi desenvolver uma teoria jurídica pura, isto é, purificada de toda ideologia política e de todos os elementos de ciência natural, uma teoria jurídica consciente da sua especificidade porque consciente da legalidade específica do seu objeto. Logo desde o começo foi meu intento elevar a Jurisprudência, que - aberta ou veladamente - se esgotava quase por completo em raciocínios de política jurídica, à altura de uma genuína ciência, de uma ciência do espírito. Importava explicar, não as suas tendências endereçadas à formação do Direito, mas as suas tendências exclusivamente dirigi das ao conhecimento do Direito, e aproximar tanto quanto possível os seus resultados do ideal de toda ciência: objetividade e exatidão”.⁴⁹

Para alcançar tão grandioso escopo, para constituir uma ciência tão cristalinamente limpa de qualquer impureza, KELSEN define seu princípio fundamental: o Direito se resume exclusivamente à norma; o chamado conteúdo social da regra jurídica, que revela a n-dimensionalidade do Direito, é alheio a esta disciplina, constituindo o objeto de outras ciências sociais; não há colocar qualquer fundamento ideológico ou axiológico na

ciência do Direito, fora da qual se situa, do mesmo modo, o problema da justiça,⁵⁰ porque, no fim de contas, o forte conteúdo valorativo em que esse problema implica constitui outras tantas impurezas que ameaçam macular a limpidez da norma. KELSEN apresenta, pois, sua doutrina como libertadora da ciência jurídica “de todos os elementos que lhe são estranhos”,⁵¹ entendidos como tais os fenômenos psíquicos, sociais, éticos, políticos etc. Ele não ignora a influência que tais fatores exercem sobre a elaboração jurídica, mas os afasta, “porque intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza do seu objeto”.⁵² Mais uma vez, deparamos com o mito positivista de que é a natureza do objeto que define os campos das ciências. Só que, aqui, o objeto é a norma, e não o fato... KELSEN formula uma proposição acerca da significação jurídica da conduta humana, que sintetiza bem o formalismo mediante o qual ele aborda a elaboração do Direito: “Numa sala encontram-se reunidos vários indivíduos, fazem-se discursos, uns levantam as mãos e outros não - eis o evento exterior. Significado: foi votada uma lei, criou-se o Direito”.⁵³

Se perguntarmos a um jurista de formação kelseniana em que repousa a validade de uma norma jurídica, ele imediatamente responderá que é na sua vigência: a norma é válida enquanto está em vigor. Se quisermos aprofundar mais a questão, penetrando no terreno da eficácia, e lhe indagarmos - pois, afinal, temos esse direito, mesmo dentro de um ponto de vista kelseniano, já que as normas vigentes no-lo asseguram - quais são os critérios fáticos ou axiológicos com os quais a norma jurídica deve ser confrontada para poder-se determinar se ela condiz ou não com o conteúdo que pretende disciplinar, ele simplesmente nos dirá que não existem tais critérios, ou, se existirem, não cabe à ciência jurídica ocupar-se deles, pois constituem objeto de outros ramos do conhecimento - afinal, o jurista tem algo mais importante com que se preocupar: a própria norma, considerada sobretudo no que concerne à sua forma lógica. E, para dar maior força às suas ponderações, poderá invocar a seguinte lição do mestre: “Os juízos jurídicos, que traduzem a idéia de que nos devemos conduzir de certa maneira, não podem ser reduzidos a afirmações sobre fatos presentes ou futuros da ordem do ser, pois não se referem de forma alguma a tais fatos (...)”.⁵⁴ Qualquer indagação que vise a esclarecer o porquê de devermos nos conduzir de determinada maneira, e não de outra, terá como resposta um simplista porque-a-lei-assim-o-ordena. Aliás, o próprio KELSEN deixa bem claro este ponto: “Como ordem coativa, o Direito distingue-se de outras ordens sociais. O momento da coação, isto é, a circunstância de que o ato estatuído pela ordem como consequência de uma situação de fato considerada socialmente prejudicial deve ser executado mesmo contra a vontade da pessoa atingida e - em caso de resistência - mediante o emprego

da força física, é o critério decisivo”.⁵⁵ A autêntica obsessão de Kelsen pela norma e o seu conseqüente desprezo pelos fatores sociais que constituem o conteúdo do Direito levaram PASUKANIS a proferir estas cáusticas palavras: “Esta “teoria” no intenta en absoluto examinar el Derecho, la forma jurídica como forma histórica, pues no trata de estudiar la realidad en forma alguna. Por esto, para emplear una expresión vulgar, no hay gran cosa que se pueda sacar de ahí”.⁵⁶

O problema da validade e da eficácia do Direito, em que Kelsen vê estreita conexão, é resolvido em sua doutrina segundo critérios essencialmente formalísticos:

“Assim como a norma de dever-ser, como sentido do ato-de-ser que a põe, se não identifica com este ato, assim a validade de dever-ser de uma norma jurídica se não identifica com a sua eficácia da ordem do ser; a eficácia da ordem jurídica como um todo e a eficácia de uma norma jurídica singular são - tal como o ato que estabelece a norma - condição de validade. Tal eficácia é condição no sentido de que uma ordem jurídica como um todo e uma norma jurídica singular já não são consideradas como válidas quando cessam de ser eficazes. Mas também a eficácia de uma ordem jurídica não é, tampouco como o fato que a estabelece, fundamento da validade. Fundamento da validade, isto é, a resposta à questão de saber por que devem as normas desta ordem jurídica ser observadas e aplicadas, é a norma fundamental pressuposta, segundo a qual devemos agir de harmonia com uma Constituição efetivamente posta, globalmente eficaz, e, portanto, de harmonia com as normas efetivamente postas de conformidade com esta Constituição e globalmente eficazes”.⁵⁷ É portanto a norma fundamental, que se realiza através da Constituição, que dá validade à ordem jurídica e às normas particulares. Para Kelsen, portanto, a questão de saber se determinada norma é ou não válida se resolve dentro de critérios formais: ela será válida se estiver de acordo com a norma fundamental. Por conseguinte, dentro da hierarquia das leis, a validade de cada uma é assegurada pela imediatamente superior, e a validade de todas, pela norma fundamental, que, assim como num passe de mágica, se valida por si mesma, ou, para usarmos a expressão de Kelsen, é globalmente eficaz.⁵⁸ Qualquer questionamento sobre os critérios e as condições históricas que presidiram a elaboração dessa Constituição efetivamente posta é repellido como estranho à ciência do Direito: “A nenhuma ordem jurídica positiva pode recusar-se validade por causa do conteúdo das suas normas”.⁵⁹

A doutrina kelseniana tem, para o paladar dialético, um gosto ainda mais insípido do que o da Escola da Exegese. Apesar de sua imensa repercussão em todo o mundo e de sua inegável lógica intrínseca, ela se caracteriza, como todo dogmatismo, por uma atitude acrítica diante do objeto em que deposita crença, no caso, a regra jurídica, que é passivamente aceita

como um produto do Estado, dentro da concepção kelseniana de que todo direito emana do poder estatal. Apesar de se auto definir como antiideológica, propondo-se apenas descrever o Direito Positivo mantendo-o “isento de qualquer confusão com um direito ideal ou justo,”⁶⁰ a doutrina kelseniana se presta admiravelmente bem a qualquer tipo de autoritarismo político, pois exerce precisamente a função ideológica de ocultar as contradições intrínsecas a uma sociedade de classes na estrutura capitalista e legitimar as normas promanadas do Estado socialista, embora combata este último. Referindo-se ao papel ideológico desempenhado pelo dogmatismo normativista kelseniano, assim se manifesta LYRA FILHO com a sua costumeira veemência: “Aliás, Kelsen não é sequer coerente, pois, embora negando limites à formalização normativa (para ele o Direito é; acabou-se; ganhando eficácia) tornou-se jurídico), e, contudo, a ideologia que ele pretendia tão laboriosamente expulsar, vem a emergir quando afeta o liberal burguês que é o próprio HANS Kelsen. Ele dirá, portanto, como quem enuncia um princípio indubitável que “o Direito emprega a força enquanto monopólio da comunidade. E, precisamente ao agir assim, pacifica esta”. (...) Por outras palavras, Kelsen introduz aqui o postulado liberal e burguês, de ordem política, falando em paz, embora relativa, para dissimular a luta de classes e o sentido classista do Estado. A pseudoneutralidade da ciência quer esconder o gato, mas ele põe logo o rabo de fora. E de forma bastante confusa, pois, segundo Kelsen, até o direito nazista é um direito possível (...). E que paz é esta?”.⁶¹ Talvez a ideologia implícita no kelsenianismo seja uma das principais razões de seu sucesso. Afinal, qual o Estado autoritário que não acolheria de bom grado uma doutrina que desvincula da ciência do Direito qualquer indagação acerca da validade social da norma jurídica, e que reduz, desse modo, o papel do jurista quando muito ao de um mero intérprete da legislação vigente, simplesmente aceita como um dogma e jamais questionada?

1.2.5. O egologismo existencial de COSSIO

A teoria egológica de CARLOS COSSIO, de ampla repercussão sobretudo na América Latina, tem como fontes principais o método fenomenológico como processo de identificação do ser do Direito; o normativismo kelseniano, ligeiramente ampliado e modificado; a doutrina de DEL VECCHIO como distinção entre Direito e Moral; e o raciovitalismo de RECASÉNS SICHES, assimilado e em parte superado como critério de localização ântica do objeto da ciência do Direito.

Para o egologismo, o fundamento do Direito não está na norma, nem no valor, nem tampouco no fato, mas sim na conduta humana, considerada em sua intersubjetividade.⁶²

A conduta, que, para o egologismo, constitui o objeto real do Direito, relaciona-se com um valor bilateral e é conceitualmente interpretada em uma norma. COSSIO pretende superar tanto o imperativismo voluntarista tradicional como o normativismo abstrato; “(...) assim, se, para o imperativismo, a Jurisprudência é normativa porque prescreve normas e para a teoria pura, de KELSEN, é normativa porque estuda normas, para a concepção egológica o Direito é uma ciência normativa porque conhece mediante normas”.⁶³

Para COSSIO, o Direito é, antes de tudo, conduta normatizada, uma conduta do eu social (donde o nome da doutrina), cujo sentido só pode ser conhecido através das normas que a disciplinam. É através dessas normas que as diferentes condutas humanas podem ser localizadas dentro de um contínuo de licitudes ou de um descontínuo de ilicitudes, no que COSSIO retoma em parte o critério de distinção entre o lícito e o ilícito estabelecido por LEVI.

Para estabelecer sua doutrina, COSSIO partiu da classificação fenomenológica dos objetos em quatro categorias: naturais, ideais, culturais e metafísicos. O Direito é um objeto cultural e, nessa condição, comporta sempre um valor (ordem, segurança, justiça, paz etc.), cujas relações com a conduta concreta são estabelecidas através da norma. E é assim que ele se distingue de outros objetos culturais que, comportando igualmente uma conduta e um valor, não têm contudo na norma a indispensável ligação entre esses dois elementos.

A norma, para o egologismo, é antes condição que essência do Direito. Ela deve ser estudada tanto em sua estrutura formal, através da lógica jurídica, que visa à concordância do pensamento jurídico consigo mesmo - e neste ponto COSSIO acata as linhas gerais da doutrina kelseniana -, quanto em relação com o seu objeto, ou seja, como um conceito referido à conduta para poder compreender essa conduta. É este último aspecto que fornece o conteúdo ao qual a estrutura formal da norma se refere. Para COSSIO, portanto, a conduta só possui sentido jurídico quando referida à norma que a rege, e esta, por sua vez, não pode dispensar a conduta, que constitui sua realidade ôntica, dentro da concepção de que o Direito é conduta normatizada. Por isso, ele entende que a *interpretação jurídica* deve considerar simultaneamente a conduta e a norma, e não qualquer delas tomada isoladamente.

O egologismo existencial de COSSIO representa importante contribuição ao pensamento jurídico contemporâneo. Dotado de poderosa lógica interna, supera, com vantagens, o exagerado formalismo kelseniano, ao encarar a validade da norma não em si mesma ou somente dentro do sistema jurídico formal, mas em função da conduta humana, que constitui seu elemento fático e axiológico. Mas, por outro lado, COSSIO utiliza o critério empirista de classificar as ciências pelos seus objetos (a conduta normatizada, no caso do

Direito) e restringe o conhecimento jurídico à compreensão dessa conduta. Além disso, vê no Direito uma ciência normativa, admitindo, por conseguinte, a existência de tal tipo de conhecimento científico, que criticaremos no item 1.4 deste capítulo. Outro posicionamento empirista de COSSIO consiste na idéia de que os fatos podem ser diretamente captados, isto é, na desvalorização do objeto de conhecimento como objeto científico, e na conseqüente suposição de que, embora eles necessariamente contenham uma referência aos valores, o trabalho de elaboração científica - contanto que se atenda às premissas egológicas - pode realizar-se de uma forma neutra, isenta de qualquer ideologia. O trecho seguinte, recolhido de sua obra, dá bem a idéia desse posicionamento: “Yo creo que el pensamiento normativo del jurista no tiene otra garantía para liberarse del pecado ideológico, que una investigación ontológica sobre el Derecho como punto de partida. Esto significa recurrir a la intuición con método fenomenológico y asentarse sobre los hechos mismos, sin trascenderlos. Faltando esta base ontológica, la ciencia del jurista desemboca irremediabilmente en ideologías. Y debo agregar, con toda lealtad, que hasta ahora sólo la investigación egológica ofrece una base de esta especie al pensamiento normático del jurista”.⁶⁴

1.3. Outras correntes

Abordemos agora duas correntes de pensamento que não podem ser propriamente classificadas quer como idealistas, quer como empiristas, pois não assumem de modo significativo os princípios desses dois grandes sistemas epistemológicos. Essas correntes, que são o materialismo histórico e o tridimensionalismo jurídico, sobretudo a primeira, estudam o Direito dentro de um enfoque dialético, embora não exatamente no sentido em que a dialética é utilizada como norteadora do presente trabalho. Por isso, ocupamo-nos delas logo aqui, deixando a análise especificamente dialética da ciência jurídica para o item 1.4.

1.3.1. O materialismo histórico

Consideraremos o materialismo histórico apenas em seu conteúdo jurídico, visto que já sintetizamos seus aspectos filosóficos e gnoseológicos, bem como o fato de ter aberto espaço para as epistemologias dialéticas contemporâneas, no item 3.1 do Capítulo I.

MARX postula que é sobre a base da infra-estrutura da produção material que se eleva toda a superestrutura social: política, jurídica, ideológica, moral, artística etc. Mas é bom frisar que, em sua concepção, a infra e a superestrutura da sociedade se condicionam

reciprocamente, num autêntico processo dialético, em que nenhuma das duas se reduz a mero reflexo passivo da outra. E isto porque o termo infra-estrutura é tomado em seu sentido próprio, significando base, e não apenas causa.

O Direito se encontra, portanto, visceralmente ligado à estrutura de produção, que o condiciona, sobretudo numa sociedade de classes, em que ele, como produto do Estado, consagra os interesses da classe dominante, da qual o Estado, por sua vez, é antigo aliado. Daí a conhecida predição do marxismo, segundo a qual, numa sociedade sem classes, tanto o Direito quanto o Estado desapareceriam.⁶⁵

A contribuição de MARX para o Direito não é tão grande quanto a que ele inegavelmente prestou a outras ciências sociais e à teoria do conhecimento. Como observa MIAILLE, “(...) MARX não produziu em lado nenhum uma teoria do Direito, explícita e completa. No entanto, ocupou-se várias vezes de problemas jurídicos, mas nunca deu as chaves de uma explicação teórica do conjunto”.⁶⁶ Como a sua concepção jurídica se situava mais no terreno do Direito Positivo, ele apenas entreviu o direito-fenômeno, interior ao espaço social, que a ciência faz seu, através de um processo de construção teórica e da colocação de problemas específicos. Daí a apressada preconização do desaparecimento do Direito, quando este, necessariamente intrínseco à convivência humana, subsistirá enquanto houver sociedade.⁶⁷ Na aplicação prática dos princípios marxistas, embora inequivocamente deformados e dogmatizados no Estado autoritário soviético, o que se tem constatado é uma tendência para a hipertrofia do Estado e uma validação formal e imposta, quase dentro do figurino kelseniano, das normas jurídicas dele emanadas, com o que se desvirtua, pela força da ditadura, o princípio mesmo do pensamento marxista que, sendo dialético, não pode deixar de ser aberto à crítica.

Mas certos papéis efetivos, desempenhados pelo Direito Positivo, MARX viu muito bem, sobretudo a função que aquele tem exercido claramente ao longo da História, de manter e agravar a estrutura de dominação de uma classe sobre outra, ocultando, sob o manto ideológico da legalidade e de uma, não raro pretensa, legitimidade, as contradições sociais, e contribuindo, dessa forma, para assegurar os privilégios que a si mesmas se conferem as classes dominantes. Além disso, formulou o princípio dialético para o estudo científico do Direito, rompendo com todo tipo de empirismo e idealismo: “Nos meus estudos cheguei à conclusão de que as relações jurídicas - assim como as formas do Estado - não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência, de que HEGEL, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de

“sociedade civil” (...).⁶⁸ Esta proposição é muito mais do que uma simples constatação de que o Direito só existe no interior da sociedade. Ela é a chave para procurarmos a explicação não só dos fenômenos produzidos, como da própria lógica que rege essa produção, tornando-a inteligível. “Não basta contentarmo-nos com a habilidade de que o Direito está sempre ligado à existência da sociedade: uma reflexão científica tem de ir mais longe e dizer-nos que tipo de direito produz tal tipo de sociedade e por que é que esse direito corresponde a essa sociedade”.⁶⁹

1.3.2. O tridimensionalismo jurídico de REALE

MIGUEL REALE consegue superar diversas limitações empiristas e idealistas na abordagem tanto filosófica quanto científica do Direito. Para ele, o Direito deve ser estudado em seu tríplice aspecto: histórico-social, axiológico e normativo, pois realiza historicamente um valor através de uma norma de conduta. “Assim, não há que separar o fato da conduta, nem o valor ou finalidade a que a conduta está relacionada, nem a norma que incide sobre ela, pois o Direito é fato, valor e norma”.⁷⁰ O Direito, portanto, possui sempre uma tridimensionalidade ôntica que o situa no mundo da cultura.

Para REALE, as normas jurídicas constituem o objeto específico da ciência do Direito, mas não as normas consideradas em si mesmas. Qualquer análise jurídica deve considerar necessariamente o “complexo das normas em função das situações normadas”,⁷¹ isto é, deve apreender o objeto do Direito em sua estrutura tridimensional, porquanto é só através de suas relações com o fato a que se refere e com os valores que consagra, que a norma jurídica pode fazer sentido. Mas, apesar disso, é ela, em última instância, a preocupação maior do jurista. Daí atribuir REALE ao Direito o caráter de ciência social compreensivo-normativa, que estuda o seu objeto numa perspectiva que vai muito além do formalismo kelseniano e da tendência idealista que vê no Direito sobretudo um complexo de juízos lógicos. A norma exerce, no tridimensionalismo jurídico, o papel dinâmico de integrar o elemento fático ao elemento axiológico,⁷² sendo, por conseguinte, parte essencial da realidade jurídica. Por isso, ela é variável em função dos outros elementos da relação tridimensional: o fato e o valor.

A teoria tridimensional do Direito, em razão da interação essencialmente dinâmica dos três elementos que a constituem, implica numa forma especial de dialética na abordagem do fenômeno jurídico, a que MIGUEL REALE denomina dialética de implicação-polaridade,⁷³ distinguindo-a na hegeliana e da marxista. A dialética de implicação-polaridade

pode ser sintetizada da seguinte maneira: nas relações entre fato e valor, esses elementos são irreduzíveis um ao outro, ou seja, constituem realidades autônomas, distintas, de modo que do ser não se pode passar diretamente para o dever-ser, embora a recíproca não seja verdadeira - e aí está o fator polaridade -; mas se exigem mutuamente, de tal modo que não podem ser considerados em separado, nem desvinculados da norma, que, em os ligando, realiza o Direito, e que, por seu turno, não pode ser compreendida senão em função desses dois elementos, que constituem, respectivamente, seu conteúdo e seu fim⁷⁴ - eis o fator implicação. Para REALE, a essência do Direito reside, portanto, na integração normativa de fatos e valores.

A contribuição de MIGUEL REALE é importante tanto para a epistemologia quanto para a filosofia jurídica. Partindo de um realismo crítico (que ele denomina ontognoseologia), de fundo kantiano⁷⁵ mas depurado do idealismo que caracteriza a obra do filósofo de Königsberg, REALE supera, em grande parte, as concepções metafísicas de cunho empirista e idealista que tradicionalmente comandaram os estudos do Direito, considerando-o ou só como valor (idealismo), ou só com norma (formalismo), ou só como fato (sociologismo), e propõe que a análise do problema jurídico seja feita a partir da experiência, mas através de processos que assegurem a contribuição sintética do espírito.

Uma orientação tridimensional no estudo do Direito aparece em várias das doutrinas de que já nos ocupamos, tanto em STAMMLER, RADBRUCH, RECASÉNS SICHES e DEL VECCHIO, como em COSSIO e, ainda que de forma latente, no próprio KELSEN. Nenhum deles, porém, viu a tridimensionalidade tão claramente e sobre ela construiu uma epistemologia jurídica tão coerente como MIGUEL REALE o fez. REALE viu bem os três aspectos da realidade jurídica, que são o fato, o valor e a norma. E não deixou de reconhecer que cada uma dessas três grandes dimensões do Direito é, por sua vez, n-dimensional, porque essencialmente variável em função das condições do espaço-tempo social.

No entanto, definindo reiteradamente na sua obra a ciência do Direito como normativa,⁷⁶ REALE adere ao grupo daqueles que aceitam a possibilidade de tal classificação do conhecimento científico e, por consequência, reduz a ciência jurídica ao estudo da norma reservando o estudo dos valores à deontologia jurídica, no plano filosófico, e à política jurídica, no plano empírico, e restringindo o estudo do fato à sociologia jurídica.⁷⁷ Em outras palavras, embora admitindo a estrutura tridimensional do Direito, REALE só reconhece como objeto da ciência jurídica a norma, isto é, retira com uma mão o que concede com a outra. Isto implica em praticamente negar autonomia à ciência do Direito, porque, se esta é normativa,

ou seja, se tem na norma não só seu objeto como também sua preocupação teórica e metodológica essencial, ficando as demais dimensões do Direito a cargo de outras disciplinas, então não se trata propriamente de uma ciência, pelo menos no sentido em que o termo é empregado neste trabalho. Veremos, no próximo item, que a norma é muito mais a aplicação técnica da ciência do Direito, do que o objeto dessa ciência. As considerações apresentadas neste parágrafo nos autorizam a afirmar que, apesar de sua inegável contribuição aos estudos jurídicos de natureza filosófica e epistemológica, a dialética de implicação-polaridade não constitui o melhor instrumento para uma elaboração científica do Direito, sobretudo se acolhermos a divisão que faz REALE entre as várias dimensões do fenômeno jurídico, atribuindo o estudo de cada uma a determinadas disciplinas específicas. Esta afirmação ganha ainda maior consistência se atentarmos para o fato de que REALE não explicita o modo como cada uma dessas disciplinas constrói seu objeto. Se assim procedesse, veria que não é em função do objeto que se distinguem as disciplinas científicas, mas em razão dos problemas que elas se propõem, e compreenderia que fato, valor e norma podem constituir indiferentemente o objeto de qualquer dessas disciplinas ou de outras, na medida em que são analisados dentro dos específicos enfoques teóricos que as caracterizam e, estes sim, as distinguem.

1.4. Crítica ao dogmatismo empirista e idealista: a dialética jurídica

As diversas correntes empiristas e idealistas, que acabamos de criticar em seus pontos essenciais, assumem uma postura acentuadamente metafísica no trato do problema jurídico, ora encarando-o como a expressão de princípios ideais absolutos, existentes não se sabe bem onde; ora reduzindo-a a um normativismo estéril e alienado; ora considerando-o um mero reflexo dos fatos sociais que seriam captados tais quais são na realidade. A metafísica de todos esses posicionamentos consiste precisamente no fato de eles isolarem os termos da relação cognitiva, dando prioridade seja ao sujeito, seja ao objeto, e conseqüentemente desvirtuando a compreensão do processo de elaboração do conhecimento, a qual só pode ser eficaz se localizada dentro da relação que se opera entre esses termos.

Separando os termos da relação cognitiva e privilegiando um em relação ao outro, as diferentes epistemologias idealistas e empiristas assumem uma postura eminentemente acrítica, como que fetichizada, perante seus próprios princípios e asserções, deixando de submetê-los a um questionamento permanente e limitando-se a afirmá-los como se eles constituíssem autênticos dogmas de fé. Temos então correntes que cultuam o dogma do valor,

encarando-o numa perspectiva transcendental, como se ele fosse uma realidade supra-histórica; o dogma da norma, como se ela se autovalidasse e contivesse em si própria todo o Direito; e o dogma do fato, como se ele se revelasse exatamente como é e pudesse simplesmente ser captado mediante o emprego rigoroso do método científico. Essas três atitudes dogmáticas têm constituído o maior obstáculo epistemológico que o Direito tem encontrado ao longo de sua história para ganhar estatuto de ciência autônoma. É sobretudo em razão delas que o Direito a mais antiga das disciplinas sociais - se encontra paradoxalmente em atraso com relação às demais ciências. É a visão dogmática das doutrinas idealistas e empiristas que, no terreno do Direito, assume seu grau mais elevado de radicalização - que nos leva, em alguns momentos deste trabalho, a considerá-las como sistemas fechados de pensamento, enclausuradas em suas próprias verdades, ao contrário da dialética, que é essencialmente aberta à crítica e à auto crítica, jamais afirmando como definitiva qualquer proposição. É por sua característica intrinsecamente crítica e, portanto, dinâmica e permanentemente renovável, que consideramos os princípios dialéticos como os mais eficazes para um estudo científico do Direito, como, de resto, dos demais ramos do conhecimento. Rompendo com o forte conteúdo ideológico, quer do empirismo, quer do idealismo, a dialética abre caminho para uma elaboração científica, não propriamente “purificada de toda ideologia”, como triunfalmente proclama KELSEN (V. p. 163-4), mas com um substrato ideológico que, por ser também constantemente submetido a crítica, não se faz incompatível com a natureza das explicações científicas.

Façamos agora um ligeiro parêntese para esclarecer que empregamos o termo dogma fora do sentido técnico que, de um modo geral, os juristas lhe têm atribuído. Dentro desse sentido técnico, o termo pode indicar tanto a elaboração normativa, como sobretudo a construção teórica que se faz sobre a norma jurídica.⁷⁸ Daí o fato de muitos juristas utilizarem a expressão dogmática jurídica para indicar o objeto da ciência do Direito, chegando mesmo ao absurdo de defini-la como uma ciência dogmática, sem atentar para a profunda contradição em que tal expressão implica ao reunir dois termos irreduzivelmente antagônicos. Para apresentarmos apenas dois exemplos de tal absurdo, recorramos a dois autores de posicionamentos epistemológicos diferentes: “A ciência do Direito em sentido estrito” (é) “a ciência dogmática e sistemática do Direito (Jurisprudência)”.⁷⁹ “A dogmática jurídica (...) é a ciência do Direito enquanto elabora (...) regras postas, das quais não é possível fazer abstração”.⁸⁰ Usamos o termo dogma em um sentido mais amplo, que engloba tanto o dogmatismo normativista em sua acepção técnica, como os dogmas do valor e do fato a que acima nos reportamos. No sentido em que o utilizamos, o termo contém aquela “tendência a

enuclear-se em torno das idéias de teoria assente ou práxis obrigatória, amparadas no argumento de autoridade ou na determinação do poder, sem qualquer apoio em experimento ou demonstração”.⁸¹ Dogma é assim, em sentido lato, aquela adesão acrítica a um sistema de verdades estabelecidas, cuja validade não se questiona, e de cujo conteúdo ideológico, que oculta a realidade, geralmente sequer se suspeita. Ou, no incisivo dizer de LYRA FILHO: “O dogma, afinal, atravessa a história das idéias como urna verdade absoluta, que se pretende erguer acima de qualquer debate; e, assim, captar a adesão, a pretexto de que não cabe contestá-la ou a ela propor qualquer alternativa. Neste viés, terá, sempre, urna tendência a cristalizar as ideologias, mascarando interesses e conveniências dos grupos que se instalam nos aparelhos de controle social, para ditarem as normas em seu próprio benefício. Como toda ideologia, aliás, não é questão de má-fé, uma vez que produz a cegueira mental e tem como resultado um delírio declamatório. (...) Não admira, portanto, que, num dicionário marxista, o dogmatismo seja definido nestas frases cortantes: “um dogmatismo é uma tese aceita às cegas, por simples crença, sem crítica, sem levar em conta as condições de sua aplicação. O dogmatismo é característico de todos os sistemas que defendem o caduco, o velho, o reacionário e combatem o novo, o progressista”.⁸² É dentro deste conceito de dogma que englobamos as diversas abordagens empiristas e idealistas que têm sido propostas no estudo do Direito. Para umas, o dogma é a crença em valores transcendentais, estabelecidos a priori; para outras, a crença nos fatos, onde estariam todas as verdades; para umas terceiras, a crença na norma, isto é, nos “padrões impostos pelas classes sociais que tomem as decisões cogentes”;⁸³ para todas, a absorção acrítica de verdades inquestionáveis. Todas essas correntes têm no dogmatismo a fonte comum; se os diversos sistemas partem de princípios diferentes, encontram-se, ao fim de contas, na mesma confluência dogmática. Para darmos um exemplo só, tomemos um trecho do idealista RADBRUCH que o positivista Kelsen assinaria com convicção: “Preceitos normativos (...) só podem fundamentar-se e demonstrar-se por meio de outros preceitos normativos. Mas justamente por isso é que os preceitos normativos últimos, aqueles de que todos os outros dependem, são indemonstráveis, axiomáticos, não suscetíveis de serem objeto de conhecimento teórico, mas apenas de adesão espontânea”.⁸⁴ Só que, ao contrário do que supõe RADBRUCH, essa adesão nem sempre é tão espontânea assim... Pode causar espécie que tais palavras tenham saído da pena de RADBRUCH, um jurisfilósofo idealista, e pode-se julgar que estamos usando do artifício de citar pequenos trechos da obra de um autor, os quais, isolados do conjunto, assumem sentido diverso daquele que efetivamente têm no contexto da obra. Tal não é o fato, todavia. Há pouco afirmamos que os dogmatismos jurídicos partem de princípios diferentes, e até aparentemente opostos, mas têm

a mesma confluência dogmática. Pois bem: em última instância, essa confluência se traduz na norma. O normativista a considera, desde já, como o ponto de partida e de chegada. O idealista, que vê no Direito a cristalização de valores absolutos, acaba desembocando na norma, pois, afinal, esta consagra tais valores intocáveis. O positivista, que só vê realidade jurídica nos fatos, supõe que estes possam ser descritos tais como são pela ciência, e, como o Direito se aplica normativamente, a norma deve refletir as proposições científicas, que são necessariamente válidas, e, por via de consequência, passa também a ser afirmada dogmaticamente. Portanto, a contradição do texto de RADBRUCH é só aparente. Dentro de seu sistema de pensamento, o texto é dotado de perfeita coerência.

Após esta breve digressão - necessária porque a crítica ao empirismo e ao idealismo jurídicos não pode deixar de atacar o dogmatismo que lhes é comum -, consideremos a tão apregoada classificação do Direito como ciência normativa.⁸⁵ Tal classificação encontra acolhida em praticamente todas as correntes de pensamento jurídico, à exceção das correntes sociológicas e algumas jusnaturalistas. Encontramo-la em KANT, HEGEL, STAMMLER, RADBRUCH, RECASÉNS SICHES, DEL VECCHIO, na Escola da Exegese, na Escola Histórica, em KELSEN, em COSSIO, em REALE e em tantos outros. Mas será que a ciência jurídica é efetivamente normativa? Será mesmo possível a existência de tal tipo de ciência? À luz de uma epistemologia dialética, podemos responder, com segurança, que não.

Desde o início deste trabalho, temos assumido a posição dialética segundo a qual todo o trabalho científico é um processo de construção: da teoria, do problema, do método, do objeto, da técnica etc. Para admitirmos o Direito como ciência normativa, teríamos de supor não só que o seu objeto é a norma, como sobretudo que todo o trabalho teórico de elaboração jurídica a ela se dirige, ou seja, teríamos que assumir o normativismo dogmático que acabamos de criticar. Mas há uma consideração ainda mais importante: como temos insistido reiteradamente, o objeto, só por si, não nos oferece critério seguro para uma classificação das ciências; estas se classificam consoante seus enfoques teóricos e problemas específicos. Suponhamos, só para argumentar, que o objeto único, exclusivo, da ciência do Direito seja a regra jurídica. Ora, ainda que assim fosse, nada nos autorizaria a definir a ciência jurídica como normativa, pois estaríamos considerando apenas o seu objeto, e empregando, portanto, um critério extremamente inadequado para estabelecer qualquer classificação científica. Só poderíamos validamente atribuir caráter normativo à ciência do Direito, se seu enfoque teórico, seus problemas, seus métodos etc. fossem *também normativos*, ou seja, se já contivessem, implícita ou explicitamente, alguma norma. E seria o cúmulo do absurdo supor

uma teoria científica que, ao invés de explicar seu objeto, lhe ditasse normas... Referindo-se à impossibilidade epistemológica da existência de ciências normativas, assim se manifesta MARTINS: “Fora de qualquer dúvida, tem sido a preocupação normativa da maioria dos juristas, que teimam e reteimam na possibilidade de ciências que ditem normas, o maior escolho ao estudo positivo do Direito”.⁸⁶

Ciência é discurso, teoria, que se constrói em função de um objeto de conhecimento e de um método, por sua vez também construídos. E a função precípua de toda teoria científica é a de explicar, e não ditar normas e, muito menos, dogmatizar. Mas essa teoria visa a uma aplicação. E a forma específica de aplicar as teorias da ciência do Direito é precisamente a norma, que constitui a parte técnica, prática, aplicada da ciência do Direito, e não o seu conteúdo, pois o conteúdo de toda ciência é a teoria. O Direito é, portanto, uma ciência social como qualquer outra, com a singularidade de aplicar-se normativamente, mas não de já conter normas em suas formulações teóricas.

A dialética vê na ciência do Direito, não uma simples cópia de qualquer realidade, mas um sistema construído de proposições teóricas, que, voltado para o real, o faz seu, assimilando-o e transformando-o, e, por isso mesmo, construindo-o e retificando-o. Esse sistema teórico se caracteriza como jurídico, não em decorrência do objeto tomado isoladamente, mas dos problemas específicos que a ciência do Direito se propõe, com vista a uma subsequente aplicação normativa. É só em função da teoria, que comanda todo o processo de elaboração científica, que o objeto de conhecimento da ciência jurídica, assim como as normas que constituem sua parte técnica, podem fazer algum sentido. E as teorias da ciência do Direito, como quaisquer teorias científicas, são essencialmente refutáveis e, por isso, carecem, não de ser afirmadas dogmaticamente, como o faz a maioria dos juristas, mas de ser questionadas, postas em xeque, como recomenda BACHELARD. É nesse sentido que o pensamento crítico se torna “a lógica de uma teoria científica”.⁸⁷ A aplicação dos princípios dialéticos aos diversos estágios de elaboração do conhecimento jurídico será abordada nos itens seguintes.

2. Objeto

O objeto principal da ciência do Direito, isto é, o objeto real para cujo estudo ela se volta prioritariamente, é o fenômeno jurídico, que se gera e se transforma no interior do espaço-tempo social por diferenciação das relações humanas, tal qual acontece com os demais fenômenos sociais específicos: políticos, econômicos, morais, artísticos, religiosos etc. O fenômeno jurídico, embora específico, jamais se encontra em estado puro na sociedade, visto

que existe mesclado com fenômenos de outras naturezas, sendo conseqüentemente n-dimensional. Isso, aliás, não ocorre só com o fenômeno jurídico, mas com os fenômenos de um modo geral, seja do mundo social, seja do mundo natural. Certos fenômenos vitais, como o funcionamento do coração, por exemplo, podem constituir objeto de diversas disciplinas, quais a Biologia, a Anatomia, a Fisiologia etc., consoante sejam abordados dentro dos enfoques conceptuais e problemáticos particulares a cada uma dessas formas de conhecer. O mesmo ocorre com os fatos sociais. O fenômeno político, por exemplo, pode apresentar dimensões jurídicas, éticas, econômicas, religiosas etc. Por isso, podemos reafirmar a posição, tantas vezes sustentada neste trabalho, de que a distinção entre as diversas disciplinas científicas não pode ser feita com segurança, se nos basearmos apenas no objeto, ficando claro que um dos grandes obstáculos epistemológicos ao estudo científico do Direito é precisamente a preocupação, quer de empiristas quer de idealistas, com a determinação do estatuto da ciência do Direito a partir do objeto: para os primeiros, as normas ou os fatos; e, para os últimos, os valores ideais.

O fenômeno jurídico é a matéria-prima com que trabalha o cientista do Direito. Mas o objeto de estudo deste, como o de qualquer outro cientista, nunca é o fato bruto, a ser simplesmente apreendido, e sim o objeto de conhecimento, construído em função do sistema teórico da ciência do Direito. Em face disso, podemos afirmar que qualquer fenômeno social é, em princípio, passível de constituir objeto de estudo da ciência do Direito: para tanto, basta que ela o torne seu, isto é, que o aborde dentro dos enfoques teóricos, problemáticos e metodológicos que lhe são próprios. Tais enfoques, como já acentuamos, de modo algum são normativos, mas destinam-se a uma posterior normatização, porque é pelo estabelecimento de regras que o Direito se aplica.⁸⁸

Há pouco, falamos do caráter n-dimensional do fenômeno jurídico. Pois bem: as teorias científicas visam a uma explicação ou compreensão dos fenômenos que elas constroem, ou seja, de seu objeto de conhecimento. Ora, sendo essencialmente n-dimensional o objeto da ciência do Direito, é claro que ela não pode explicá-lo ou compreendê-lo devidamente em todas as suas dimensões, porque os enfoques teóricos dessa disciplina constituem um limite à abrangência do seu raio de ação. Em outras palavras, a ciência jurídica não pode formular explicações que extrapolem o âmbito de seus enfoques específicos, que a caracterizam como disciplina científica. Mas, por outro lado, as teorias científicas tendem a ser abrangentes e globais.⁸⁹ Essa aparente contradição é superada, com inúmeras vantagens, mediante a atribuição à ciência do Direito de um caráter essencialmente interdisciplinar.⁹⁰ Assim, as investigações científicas no domínio jurídico hão de fazer-se em harmonia com as

proposições teóricas de disciplinas afins. Note-se que não estamos propondo uma mera troca de informações, ou a consulta mais ou menos assistemática a manuais ou especialistas de outras áreas. Isto resultaria numa simples multidisciplinaridade, numa autêntica “colcha de retalhos” de proposições de ciências diferentes, sem um referencial teórico mais amplo dentro do qual elas se integrassem e pudessem fazer sentido. Como observa JAPIASSU, “(...) convém que se distinga um enfoque meramente “multidisciplinar”, de que dependem as aproximações concretas, das pesquisas propriamente “interdisciplinares”. Estas, segundo PIAGET, exigem um nível de abstração muito mais elevado, pois trata-se de extrair das ciências humanas, por exemplo, os seus mecanismos comuns, e não somente algumas colaborações episódicas e sem integração metodológica”.⁹¹

A verdadeira interdisciplinaridade exige um engajamento e uma co-participação em um grau maior de profundidade. Ela se situa naquelas regiões do conhecimento científico que são comuns a duas ou mais disciplinas diferentes, variando apenas os enfoques teóricos específicos, e muitas vezes de uma forma extremamente sutil. A abordagem interdisciplinar do Direito, para ser eficaz, pressupõe um trabalho necessariamente harmonioso dos vários enfoques teóricos peculiares a cada disciplina, desde a identificação dos pontos comuns existentes no conhecimento acumulado, passando pela formulação de teorias, problemas, hipóteses, métodos e técnicas de observação e prova das hipóteses, até a elaboração da nova teoria, na forma do esquema que expusemos nas p. 69 e seguintes. A interdisciplinaridade exige, portanto, bem mais que uma simples contribuição ocasional de especialistas de outras áreas, o engajamento total destes, em torno de pontos comuns, durante todas as fases de desenvolvimento da pesquisa, desde a preocupação inicial até a redação do relatório final. Só assim a ciência do Direito pode pretender explicar e compreender, integralmente, o objeto de conhecimento que toma como seu, visto que o principal objetivo da interdisciplinaridade “é o de reconstituir a unidade do objeto que a fragmentação dos métodos esfacela inevitavelmente”.⁹²

Com tais ponderações, não estamos, em hipótese alguma, negando autonomia à ciência jurídica, mas apenas situando-a dentro do complexo de ciências sociais ao qual ela pertence e do qual, por isso mesmo, não pode ser considerada como algo estanque ou apartado, pois autonomia não é sinônimo de isolamento.⁹³ Se a interdisciplinaridade implicasse na negação de autonomia à ciência do Direito, então nenhuma ciência poderia ser considerada autônoma, pois todos não só comportam como sobretudo exigem uma abordagem interdisciplinar. Do mesmo modo, em hipótese alguma estamos retomando a classificação das diversas disciplinas jurídicas feita, entre outros, por MIGUEL REALE, e já criticada nas p. 175-6. Com efeito, a tese que aqui propomos não atribui à ciência do Direito apenas o estudo

da norma, deixando a cargo de outras disciplinas (deontologia e sociologia jurídicas) o estudo do valor e do fato. Não vemos, de resto, a necessidade de tal distinção, feita por juristas que não vêem na ciência do Direito senão o estudo da norma; mas, não podendo ignorar as profundas influências que a realidade social exerce sobre a elaboração normativa, acabam por atribuir à sociologia jurídica o estudo de tais influências, na tentativa de manter, desse modo, a Jurisprudência num suposto estado de pureza. A esse respeito, LYRA FILHO, citando SZABO, pondera, com justeza, que “num reto posicionamento é praticamente irrelevante se este ramo da ciência (uma disciplina buscando a substância do Direito em sua determinação social) é chamado sociologia jurídica ou teoria do Direito. Como já foi indicado, a esse propósito pensamos em, e falamos da, teoria do Direito como teoria social do Direito”.⁹⁴ Se retomássemos a distinção acima aludida, assumiríamos o posicionamento empirista - de que também faz uso o idealismo jurídico - de classificar as ciências pelo objeto. Pelo contrário: afirmamos que à ciência do Direito compete o estudo de todos esses fatores (fato) valor e norma), considerados em sua n-dimensionalidade. Mas, como ela está sujeita aos limites impostos por seus próprios enfoques teóricos, harmoniza-se com outras disciplinas para, em conjunto, buscar um conhecimento verdadeiramente integrado e, conseqüentemente, mais rico e mais profundo, sobre o seu objeto.

Os *valores* e as *normas* fazem parte da realidade social condicionando-a e sendo por ela condicionados. Por isso, constituem objetos da ciência do Direito, tanto quanto os fatos. O papel por eles desempenhado na elaboração científica do Direito será melhor apreciado no item 3. Por ora, basta-nos fixar a posição de que os valores são produtos históricos, surgindo em função de condições sociais concretas do espaço-tempo localizado, e não princípios absolutos e imutáveis, válidos em qualquer tempo e lugar, como supõem as doutrinas idealistas. A esse respeito, uma das mais importantes e fecundas contribuições de MARX ao estudo das ciências sociais é a lição segundo a qual “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; inversamente, é o seu ser social que determina a sua consciência”.⁹⁵ Tal afirmação não significa, em absoluto, que a consciência humana seja um simples reflexo passivo das condições materiais de existência. O próprio MARX reconheceu, amiúde, que as diversas formas de consciência, uma vez estabelecidas, reagem sobre o meio social e o transformam. Tanto que, para ele, o homem é sujeito da História. Mas um homem real concreto, que forma sua consciência em função da ambiência social em que efetivamente vive, não se limitando a captar princípios eternos supostamente existentes no interior dele mesmo, ou revelados por alguma divindade, ou ainda intrínsecos à chamada ordem natural.

As *normas*, por seu turno, de um lado só existem em razão de situações e realidades sociais que as tornam possíveis, e do outro podem ser consideradas tanto a parte técnica do Direito - que, conforme já vimos, se aplica normativamente -, como também parte do objeto de estudo da ciência jurídica, visto que as normas vigentes ao início de uma investigação jurídico-científica integram a realidade social e, por isso mesmo, não podem ser ignoradas no processo de pesquisa.

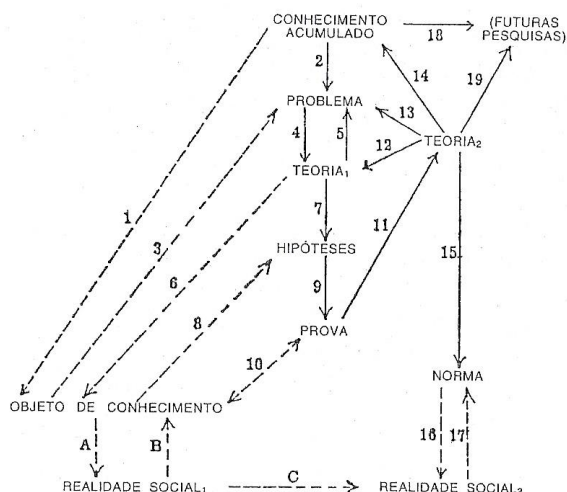
3. Método

O método na ciência do Direito se reveste das características gerais da elaboração metodológica que já expusemos no item 2.3 do Capítulo II. A ciência jurídica, tanto quanto qualquer outra, resulta de um trabalho de construção comandado, em todas as suas fases, pela teoria. A validade do método em hipótese alguma pode ser estabelecida *a priori*, mas somente em função dos enfoques teóricos, dos problemas formulados e da natureza do objeto de conhecimento. Por isso, na elaboração das proposições da ciência do Direito, não há falar no método, mas sim numa pluralidade metodológica, em que os diversos métodos se combinam e se complementam. É o cientista do Direito quem pode determinar, em função da teoria e do objeto de conhecimento, qual o procedimento metodológico mais adequado para aquela pesquisa concreta que ele se propõe empreender. Os resultados obtidos é que determinarão retrospectivamente a validade ou não do procedimento metodológico adotado. Aliás, não só no método, mas no conhecimento de um modo geral, é dentro de uma visão retrospectiva que se pode encontrar a melhor compreensão de qualquer explicação teórica. A física newtoniana, por exemplo, é compreendida de um modo muito mais eficaz se considerada à luz dos postulados da teoria da relatividade, pois só assim podemos perceber claramente não só as importantes contribuições teóricas que ela contém, como também as suas limitações, o que não ocorreria se a tomássemos em si mesma. O mesmo acontece no terreno de qualquer ciência. As explicações teóricas clássicas acerca do direito puderam ser analisadas criticamente neste trabalho, porque as enfocamos não em si mesmas, mas a partir dos princípios dialéticos que caracterizam a moderna teoria do conhecimento, dentro dos quais as mencionadas explicações puderam ser abordadas em seus pontos positivos e negativos de uma maneira muito mais efetiva do que ocorreria se as tomássemos isoladamente, ou à luz de uma perspectiva teórica já superada. É por isso que BACHELARD recomenda que a história de qualquer ciência deve ser feita regressivamente, pois só podemos compreender uma ciência do passado, em sua real inteligibilidade, se nos situarmos nos pontos de vista ulteriores.⁹⁶

Compreender uma ciência em seu estágio atual é também refletir sobre os seus erros no passado. Daí o fato de que a história das ciências jamais pode ser entendida como uma simples crônica que apenas descreva os progressos científicos. Ela só faz sentido, como de resto qualquer abordagem histórica, se desenvolvida dentro de um enfoque crítico, a partir das últimas verdades científicas, pois só assim se pode compreender o difícil caminho de retificação dos conceitos. Portanto, o ensino das ciências, da Filosofia ou de qualquer outra disciplina só pode ser verdadeiramente eficaz se tomar como ponto de partida os seus resultados últimos, atuais, voltando-se criticamente para o passado, porque “é somente depois da ciência que se pode voltar antes da ciência (...); é no ponto mais avançado de uma ciência que se pode colocar o problema de suas raízes”.⁹⁷

O método *faz parte* do trabalho de elaboração teórica, e só pode ser bem compreendido, ou postular qualquer validade, *dentro* do todo teórico que ele integra, e jamais fora dele, visto que não há considerar o método em si mesmo, como se ele constituísse uma realidade independente do corpo teórico que o produz e o contém. E, por isso mesmo, o método é tão *retificável* quanto a própria teoria, já que também ele é *construído*, e não algo *dado* para ser simplesmente cumprido.

Apesar de a validade do método só poder ser considerada a partir do processo científico de que ele é parte, há, sem dúvida, certos pontos comuns na elaboração metodológica de qualquer ciência, aos quais poderemos chegar por abstração. Esses pontos comuns, já discutidos nas p. 69-75, de modo nenhum são rígidos, pois não se trata de etapas a serem necessariamente seguidas em todas as pesquisas, mas apenas de uma orientação geral, construída com base nos procedimentos mais usuais - embora não obrigatórios - na elaboração científica. No caso específico da ciência do Direito, esses procedimentos mais usuais podem ser visualizados no gráfico abaixo, que constitui uma simplificação do que apresentamos na p. 69, com as necessárias adaptações às peculiaridades da ciência jurídica, inclusive no que tange às suas aplicações técnicas. Também aqui, o gráfico tem mais o valor de uma tentativa, pois de maneira nenhuma deve ser encarado como um conjunto de regras cuja observância possa garantir, por si mesma, a cientificidade de qualquer proposição teórica que venha a ser formulada. Isto posto, apresentemo-lo e comentemo-lo em suas linhas essenciais:



O gráfico ilustra, de modo aproximado, as linhas gerais do percurso metodológico, tanto da elaboração teórica como da aplicação prática da ciência do Direito. Semelhantemente ao que fizemos no gráfico da p. 69, utilizamos no presente linhas pontilhadas para indicar os relacionamentos entre os momentos teóricos e a realidade social que constitui o objeto de estudo da ciência jurídica; as relações dos momentos teóricos entre si são representadas por linhas cheias. A realidade social, sobre a qual recai a pesquisa jurídica, é conhecida indiretamente, isto é, através do objeto de conhecimento, construído pela teoria que comanda todo o processo de investigação científica. Essa realidade social existe objetivamente em sua n-dimensionalidade espaço-temporal e, como já assinalamos, é constituída por fenômenos das mais diversas naturezas: jurídicos, econômicos, morais, políticos etc., bem como pelas normas jurídicas vigentes ao início da pesquisa e por toda uma gama de valores os quais impregnam todas as dimensões do espaço social. Esses fenômenos, normas e valores existentes na sociedade, com os quais o cientista do Direito vai lidar no seu trabalho de elaboração teórica, jamais se encontram em estado puro no interior da sociedade, visto que se interpenetram e se condicionam mutuamente, num autêntico jogo dialético. Em si mesma, portanto, essa realidade pode constituir objeto de estudo de qualquer ciência social. O cientista do Direito, quer trabalhe isoladamente, quer se articule com especialistas de outras áreas, numa equipe interdisciplinar - que, como já acentuamos, oferece inúmeras vantagens para o conhecimento integral dos fenômenos -, irá selecionar, dentro da imensa complexidade do objeto real, aqueles aspectos que lhe pareçam mais relevantes aos fins da pesquisa, passíveis de ser abordados através dos enfoques teóricos da ciência jurídica, combinados ou não com os de outras disciplinas sociais. Em outras palavras, irá construir seu objeto (o objeto de conhecimento), sobre o qual recairá todo o desenvolvimento da investigação. Por isso mesmo, os dados com os quais ele vai trabalhar não resultam de uma simples captação, mas

são construídos em função do referencial teórico direcionador da pesquisa. Com estas breves considerações acerca da construção do objeto da ciência do Direito em função da teoria, procedamos a uma sucinta análise dos diversos momentos metodológicos representados no gráfico acima.

O cientista do Direito, como qualquer outro, não inicia de um ponto zero seu trabalho de elaboração teórica. Ele parte do *conhecimento acumulado*, ou seja, das explicações já existentes acerca do seu objeto de estudo, tanto no que concerne aos fatos como no que pertine às normas e aos valores. Do confronto entre o conhecimento acumulado e o objeto, o pesquisador definirá seu problema, ao mesmo tempo em que fará a eleição do referencial teórico que comandará todo o processo de pesquisa, isto é, explicitará a teoria 1, em função da qual serão construídas todas as etapas da investigação, inclusive o objeto de conhecimento, as hipóteses (se as houver) e todo o instrumental necessário à prova dessas hipóteses (setas 1 a 10). Comprovadas as hipóteses, será elaborada uma nova teoria (teoria 2), que de algum modo retifica ou acrescenta algo à teoria inicial (teoria 1), à formulação problemática e ao conhecimento acumulado, ao qual se incorpora para constituir o ponto de partida de futuras investigações (setas 11 a 14, 18 e 19).

Até aqui, fizemos uma síntese dos momentos propriamente científicos do Direito (no sentido estrito do termo), retomando as explicações já formuladas com maiores detalhes nas p. 69-75. Consideramos que tais momentos são científicos *stricto sensu* pois se destinam a atingir o objetivo fundamental de toda ciência, que é a elaboração de teorias que acrescentem algo novo ao sistema de explicações anteriormente dado, retificando-o de alguma maneira. Mas é claro que a nova teoria (no caso, a teoria 2), que estabelece, por assim dizer, uma *nova verdade* no sistema de explicações até então existente sobre determinada parcela da realidade, não existe meramente para ser contemplada ou conhecida. Ela precisa ser *aplicada*, posta em prática, e aí temos o momento propriamente *técnico* da ciência do Direito.

Já frisamos, em diversas ocasiões, que a ciência do Direito apresenta a singularidade de aplicar-se normativamente. Ora, na elaboração normativa há uma série de interesses sobretudo de ordem política, que exercem fortíssima influência sobre aqueles que, na estrutura social, têm a função de legislar. A elaboração normativa possui, pois, acentuado conteúdo ideológico, em que os valores dominantes assumem papel de destaque, o que, de resto, ocorre também, embora em menor escala, na construção teórica, tanto da ciência do Direito como de qualquer outra, já que não há atividade científica absolutamente neutra. O que se exige do legislador não é, portanto, que se neutralize completamente, mas que procure, à vista dos resultados da ciência do Direito, assumir um compromisso efetivo com as reais

aspirações das bases sociais. Como ensina LYRA FILHO, “o novo Direito exige que se observe a realidade jurídica, enquanto emanada de uma práxis e a pluralidade dos ordenamentos, em perspectiva libertadora, engajada e com sentido político bem definido (...). Não me refiro, é claro, a sectarismo político, mas ao engajamento na direção da História”.⁹⁸ O legislador não deve estar alheio às proposições da ciência jurídica e das outras ciências sociais, sob pena de produzir um sistema normativo desvinculado da realidade social e, por isso mesmo, ineficaz. Uma legislação elaborada em dissonância com as proposições da ciência do Direito importa, em termos práticos, na própria negação desta, por inócua.⁹⁹ Isto não quer dizer que o legislador deva sujeitar-se, de forma rígida, a seguir cegamente os enunciados da ciência jurídica, até porque estes não são, em si mesmos, normativos, mas explicativos. “A ciência diz como se passam as coisas, não como se devem passar”.¹⁰⁰ Todavia não deve simplesmente ignorá-los, porque o dever-ser da norma só pode ser convenientemente estabelecido sobre a base do ser a que se referem as teorias científicas.¹⁰¹ Como observa MARTINS, “o imperativo das leis há de pressupor sempre o indicativo da ciência”.¹⁰² As proposições teóricas da ciência do Direito, explicando a realidade de uma maneira mais ou menos aproximada, abrem como que um leque de opções ao legislador, que, dentre as alternativas possíveis, relativamente adequadas à realidade social, tomará a decisão política de escolher a que lhe pareça mais apropriada. É, por conseguinte, em função dos resultados da ciência do Direito que podem ser elaboradas normas jurídicas condizentes com a realidade a ser por elas disciplinada (seta 15).

As normas jurídicas assim construídas, uma vez em vigor, são aplicadas à realidade social, modificando-a e sendo também por ela modificadas, sobretudo em sua interpretação, que deve acompanhar a dinâmica social (setas 16 e 17). A propósito, convém observar que o dinamismo das sociedades modernas é tal, que uma lei, ao início de sua vigência, já não é aplicada a uma realidade idêntica àquela que serviu de base ao desenvolvimento da pesquisa esquematizada no gráfico. Por menores que sejam as diferenças, a realidade sobre a qual a norma se aplicará (*realidade social 2*) já não será a mesma do início da investigação científica (*realidade social 1*), como indica a seta C. Daí a importância da *interpretação evolutiva*, que atualiza a lei, permitindo-lhe acompanhar, por certo tempo, as transformações sociais. Mas o dinamismo das sociedades é tamanho, que, mais cedo ou mais tarde, haverá tal divórcio entre a forma legal e o seu conteúdo social, que se tornará necessária uma nova legislação. Note-se que a norma jurídica é geral em relação à realidade por ela disciplinada, mas é particular em relação à teoria, da qual constitui apenas uma entre várias opções possíveis. Por isso mesmo, as normas - que estão relativamente mais próximas dos

fatos - geralmente se tornam defasadas da realidade antes da teoria. Isso significa que as modificações na legislação nem sempre pressupõem modificações no referencial teórico, o qual, por seu caráter mais geral e por sua maior distância relativamente aos fatos, tem uma duração mais prolongada no tempo. Mas a realidade social pode modificar-se tanto, que, em dado momento, não só as normas como também a própria teoria já não conseguem dar conta dela. Então, todo o processo começa de novo, verificando-se um corte entre dois momentos teóricos e práticos da ciência do Direito, numa incessante atividade de aproximação do real e retificação de conceitos.

A ciência do Direito, tanto em seus momentos teóricos como práticos, deve, por conseguinte, acompanhar a dinâmica social, condicionando-a e sendo por ela condicionada, num verdadeiro relacionamento dialético. Aliás, não podemos considerar como válido nenhum critério de eficácia das leis, senão o seu confronto com as proposições da ciência do Direito e principalmente a sua adequação às reais necessidades e aspirações das bases sociais. Qualquer critério puramente formal, como, por exemplo, o proposto por Kelsen, parece-nos trazer de princípio o vício de ignorar o conteúdo das leis e, conseqüentemente, prestar-se a todo tipo de autoritarismo. Não é sem razão que RADBRUCH observa que “o jurista que fundasse a validade de uma norma tão-somente em critérios técnico-formais nunca poderia negar com bom fundamento a validade dos imperativos dum paranóico, que acaso viesse a ser rei”.¹⁰³ Uma lei será tanto mais eficaz quanto maior for a sua aceitação por parte do meio social a que se dirige. Aliás, ela já deve ser elaborada com esse objetivo, pois tanto a construção teórica da ciência do Direito como a sua aplicação normativa não podem ser alheias aos *valores* dominantes no espaço social, sobretudo aqueles que traduzem as aspirações das classes oprimidas, que constituem o grande contingente da população. A dialética, aplicada ao Direito, tem como um de seus pontos principais o estabelecimento de um permanente confronto entre a norma vigente e o seu conteúdo social, conhecido através das proposições teóricas da ciência jurídica. A norma é submetida, portanto, a um contínuo questionamento, em que a realidade social é que pode dar a última palavra sobre se a legislação vigente é ou não eficaz. Como diz MIAILLE, “(...) em definitivo, trata-se de saber por que é que dada regra jurídica, e não dada outra, rege dada sociedade, em dado momento. Se a ciência jurídica apenas nos pode dizer como essa regra funciona, ela encontra-se reduzida a uma tecnologia jurídica perfeitamente insatisfatória. Temos direito de exigir mais dessa ciência, ou melhor, de exigir coisa diversa de uma simples descrição de mecanismos”.¹⁰⁴ Tal posicionamento, por ser essencialmente crítico, é que caracteriza o verdadeiro cientista do Direito, distinguindo-o do mero conhecedor e aplicador de leis, incapaz de questioná-las por

ver nelas autênticos dogmas de fé a serem simplesmente seguidos. É preciso lembrar, com MIRIAM CARDOSO, que “uma doutrina da ciência é (...) essencialmente uma doutrina da cultura e do trabalho, uma doutrina de transformação correlativa do homem e das coisas (...). E isso depende de elementos muito mais complexos do que um mero conjunto de normas. Depende de sólida formação teórica, de abertura metodológica, de rigor e de vontade, quase que num sentido de necessidade imperiosa de conseguir a explicação mais refinada, mais adequada, levando até os limites a capacidade teórica, da totalidade com que se opera. Mesmo que seja para se negar completamente. O saber fazer não pode vir a substituir em nós o gosto pela verdade”.¹⁰⁵ Daí a importância capital da aplicação dos princípios dialéticos à ciência do Direito, possibilitando-lhe refletir, ao mesmo tempo, sobre as condições de sua existência, sobre a sua situação no meio social e sobre a adequação de sua parte técnica às reais características da sociedade.

4. O papel da filosofia do direito

O Direito é uma das ciências sociais mais propícias a uma abordagem de natureza filosófica. Lidando permanentemente com os valores da sociedade, possuindo como uma de suas principais funções precisamente consagrar ou promover determinados valores, a ciência jurídica não pode prescindir de enfoques filosóficos que a enriqueçam e dinamizem.

A Filosofia do Direito é uma parte da Filosofia especificamente voltada para a problemática jurídica. Tal como se dá no relacionamento entre a Filosofia e as ciências em geral, a Filosofia do Direito possui um caráter sintético, preocupada que é com os aspectos integrais da realidade, ao passo que a ciência jurídica se volta principalmente para as características diferenciais dos fenômenos, dentro de uma visão mais analítica. Por isso, a Filosofia do Direito se assenta sobre a base das proposições jurídico-científicas e de suas aplicações práticas. Entre a ciência e a Filosofia do Direito opera-se um relacionamento dialético em que a segunda toma como ponto de partida para suas indagações justamente as últimas novidades estabelecidas pela primeira, questionando-as e criticando-as e, desse modo, contribuindo para dar-lhes vida, sentido e dinamismo. Assim, a Filosofia do Direito caminha em sintonia com a ciência jurídica, mantendo sua autonomia e respeitando a desta, num processo relacional que a ambas enriquece.

O problema dos valores é essencial à Filosofia do Direito, que tem como uma de suas principais funções indagar-se sobre o sentido e os fins do Direito, os quais são necessariamente impregnados de todo um conteúdo axiológico. A ciência jurídica também

lida diretamente com valores, pois estes estão presentes em todas as dimensões do espaço social, onde se geram e se modificam em função das condições concretas da existência de cada sociedade. Por conseguinte, os valores fazem parte do mundo social e, por isso, não podem ser ignorados nem pela ciência - tanto em sua elaboração teórica quanto em suas aplicações práticas -, nem pela Filosofia do Direito, que os abordam dentro dos enfoques e preocupações peculiares a cada uma dessas disciplinas. A ciência jurídica toma os valores numa perspectiva mais analítica, voltando-se sobretudo para o conteúdo axiológico daquele tipo de conhecimento que está sendo produzido, ou daquela legislação que está sendo aplicada. Já a Filosofia do Direito trata dos valores sob um ângulo mais global, preocupada que é com o problema do sentido e dos fundamentos do universo jurídico. Assim, é sobre a base das verdades aceitas e postuladas pela ciência, que a Filosofia do Direito se constitui, questionando os princípios mesmos da ciência jurídica e contribuindo de modo assaz efetivo para que esta se renove, escapando, através de uma crítica permanente, de estagnar-se num dogmatismo estéril e alienado.

A mais importante idéia de valor com que lidam tanto a ciência quanto sobretudo a Filosofia do Direito é a idéia de justiça. Sem dúvida, a justiça é a finalidade fundamental do Direito. Mas os jusfilósofos têm tradicionalmente assumido, perante o problema da justiça, uma atitude marcadamente idealista, como se tal problema pudesse ser equacionado a partir de princípios ideais estabelecidos a priori e supostamente válidos agora e sempre. Ora, o ideal de justiça não é absoluto e imutável, preexistente ao próprio homem, mas algo que se foi consolidando no decorrer da História, mediante o acúmulo de experiências vividas pelos seres humanos dentro das condições concretas de sua existência social. É necessário compreender que “o sujeito que pensa aprende a pensar dentro da sociedade em que se encontra, antes mesmo de se descobrir como ser pensante. Aprende a pensar se comunicando com os que o cercam, e com a linguagem incorpora a forma de pensar que ela contém como própria. Ainda quando se considera apenas essa comunicação nos seus aspectos mais simples e imediatos, já se pode verificar que nela se acham com destaque as explicações que a sociedade em questão dá de si mesma e do seu mundo”.¹⁰⁶ É por isso que a idéia de justiça só pode ser bem compreendida dentro da n-dimensionalidade espaço-temporal, e não como algo absolutamente válido em si mesmo, em qualquer tempo e lugar. A História comprova bem essa verdade, indicando-nos diferenças substanciais entre os ideais de justiça dominantes, por exemplo, nas sociedades modernas e os vigorantes entre os povos pré-históricos, ou na sociedade romana, ou no mundo feudal. Mesmo entre as sociedades atuais, verificaremos muitas disparidades no conceito de justiça, se tomarmos, por exemplo, certos valores dominantes numa estrutura

capitalista e os confrontarmos com as características que eles assumem numa estrutura socialista. Isto não quer dizer que não haja inúmeras constantes no conceito de justiça, qualquer que seja o sistema social considerado. Mas o que afirmamos é que tais constantes não devem ser entendidas como algo dado, ou seja, como um sistema de verdades estabelecidas independentemente de toda experiência social, que o homem simplesmente captaria através de sua razão. As nossas mais caras concepções de justiça, os princípios a que hoje atribuímos validade universal e que consagramos como direitos fundamentais da pessoa humana não resultam de uma pura captação passiva de verdades transcendentais. Pelo contrário: eles foram laboriosamente conquistados, às custas de duros sacrifícios, no decorrer da história da humanidade. E o mundo moderno evidencia o quanto ainda estão longe de ser plenamente consolidados e postos em prática.

Para efetivar-se realmente, a justiça precisa ser conquistada passo a passo, mediante todo um processo de luta e reivindicação, que assegure a manutenção de valores já adquiridos e esteja sempre aberto à aquisição de valores novos, que possibilitem ao homem atingir a plenitude de suas potencialidades. Mas, para isso, é imprescindível que a organização da vida material da sociedade se faça de modo a reduzir ao mínimo as desigualdades, que não são nem naturais nem necessárias e, na prática, relegam o ideal de justiça ao plano da utopia. Pouco adianta, por exemplo, que a Constituição assegure a todos o direito ao trabalho com salários compatíveis com as necessidades básicas das pessoas, se as condições concretas da vida social contêm toda uma gama de relações de dominação que impedem o exercício efetivo desse direito. A velha fórmula segundo a qual fazer justiça é dar a cada um o que é seu resulta praticamente inócua, visto que, numa sociedade de classes, esse seu, para a maioria da população, se reduz a nada, ou quase nada.¹⁰⁷

A concretização da justiça só é possível dentro de uma estrutura social que garanta a todos os indivíduos condições para uma existência digna e livre, em que a igualdade de oportunidades não constitua mera ficção legal, mas uma realidade efetiva. E é somente dentro de um sistema democrático, não ao feitiço da democracia liberal burguesa, mas de uma democracia em que as liberdades individuais possam ser efetivamente exercidas por todos os cidadãos a partir do estabelecimento de uma estrutura sócio-econômica igualitária, que a justiça pode concretizar-se sobre a base dos seus dois requisitos essenciais: a liberdade e a igualdade,¹⁰⁸ entendidos estes termos em seu sentido real, concreto, histórico, e não como meras abstrações legais ou ideais. A liberdade e a igualdade, longe de constituírem conceitos antagônicos, são realidades que se exigem e se complementam, “porque uma liberdade sem igualdade traz em si o incitamento, o impulso e a tensão, e, portanto, a luta e a esperança de

igualdade. É uma democracia incompleta, mutilada. Enquanto que a igualdade sem liberdade, o puro nivelamento, anula cada potencial de tensão. É uma democracia hibernada, isto é, propriamente uma morte da democracia”.¹⁰⁹ Uma organização democrática como a aqui proposta implica na superação de todo o sistema de dominação existente numa sociedade de classes, ao mesmo tempo em que retira o exercício da liberdade do terreno da utopia para transformá-lo em algo real e efetivo. Implica também em assegurar à sociedade o direito à autogestão, que lhe é inerente, mediante a tomada de decisões consoante a vontade da maioria da população, respeitado sempre o direito de manifestação e expressão das minorias sociais, inclusive a possibilidade de elas se tornarem maioria. Só assim o poder logra concentrar-se em sua única fonte legítima: a própria sociedade. Soberana é a sociedade, e não o Estado, porquanto este, num sistema verdadeiramente democrático, é muito mais mandatário que mandante, isto é, limita-se a oferecer as condições necessárias ao exercício da liberdade e da igualdade, consoante as aspirações da população, à qual deve ser sempre garantido o direito de insurgir-se contra eventuais arbitrariedades daqueles que exerçam o poder em dissonância com as atribuições que lhes foram delegadas pelo corpo social. E esse direito da sociedade, de delegar parte do exercício do poder - contanto que tal exercício não extrapole os limites da delegação -, é inalienável, no sentido de constituir condição indispensável à existência livre e autônoma do corpo social. Abrir mão dele significa negar a autonomia mesma da sociedade, como acontece, por exemplo, sempre que esta permite, num sistema de classes, que o Estado apresente, sob a máscara ideológica de uma vontade geral não manifesta, supostos princípios universais, que beneficiem tão-somente os segmentos que, na estrutura social, exercem as relações de dominação. A esse respeito, convém ouvirmos a lição de MARILENA CHAUÍ: “O discurso ideológico realiza a lógica do poder com um procedimento peculiar graças ao qual todas as divisões, todas as diferenças, todos os conflitos, a multiplicidade das instituições que constituem o social devem aparecer como idênticas umas às outras, ou, então, como harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portanto, dotado da aura de universalidade que ele não teria se tivesse que admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes. Se admitisse tal divisão, neste caso, teria de assumir-se a si mesmo como representante de uma das classes da sociedade. Para ser posto como o representante do social no seu todo, o discurso do poder precisa ser um discurso ideológico, na medida em que o discurso ideológico se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. Portanto, através da ideologia é montado todo um imaginário e toda uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, escamotear a dominação, escamotear a presença do

ponto de vista particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de ser o ponto de vista do universal”.¹¹⁰

É por tudo isso que a efetivação do conceito de justiça é o fim último a que tendem tanto a ciência como a Filosofia do Direito. E só dentro das condições sociais concretas de um socialismo democrático, em que a liberdade e igualdade sejam muito mais da que vãs palavras para encobrir a dominação exercida pelos detentores do poder econômico, social e político, é que se pode verdadeiramente falar de justiça social. Só quando a sociedade conquista suficiente autonomia para se auto dirigir, é que o Direito produzido pelo Estado pode consagrar os valores dominantes na sociedade, e não em determinadas elites de privilegiados. Enfim, é só em tais condições que se pode colocar eficazmente o conceito de Estado de Direito, que vai muito além de uma ambígua e ilusória autolimitação do Estado pelo Direito, porque traduz um reconhecimento dos direitos consagrados pelo povo, conhecidos através da construção teórica da ciência jurídica e submetidos ao crivo da Filosofia do Direito. É assim que o Direito pode escapar do peso de um dogmatismo milenar e comprometer-se, juntamente com as outras ciências sociais, com a marcha da História, para a construção de um mundo mais livre, mais justo, mais humano e, por isso mesmo, mais feliz.

5. Uma última palavra: sobre o ensino do direito

O ensino do Direito tem tradicionalmente refletido e conservado o dogmatismo ainda dominante no pensamento jurídico. A concepção que ainda persiste em larga escala é a de que o ensino é um simples processo de transmissão de conhecimentos, em que ao professor cabe apenas ensinar e ao aluno, apenas aprender. Com isso, reduz-se o papel do aluno ao de um mero espectador passivo, e conseqüentemente desinteressado, dos ensinamentos que lhe vão sendo gradativamente ministrados. Tal entendimento acerca da atividade de ensino, infelizmente ainda muito generalizado, traduz claramente toda uma concepção autoritária do processo educacional, cuja prática tem consistido sobretudo na imposição ao aluno de determinados conhecimentos que ele deve docilmente aceitar e assimilar, sem maiores participações no processo mesmo de elaboração desses conhecimentos e principalmente sem um questionamento mais profundo que ponha em xeque a validade dos ensinamentos que lhe são ministrados, o fundo ideológico subjacente a esses ensinamentos e o porquê de serem esses e não outros os conhecimentos transmitidos.¹¹¹ Ora, tal atitude perante o processo de ensino faz com que este falhe redondamente diante de sua meta primordial, que é o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, que só pode consolidar-se através da

livre tomada de consciência dos problemas do homem e do mundo, e do engajamento profundo na tarefa de resolver esses problemas.

O ensino jurídico não só reproduz essas deficiências generalizadas no processo educacional, como ainda as agrava, visto que não só a metodologia didática usualmente empregada como também o conteúdo mesmo do conhecimento são apresentados dentro de uma perspectiva essencialmente dogmática, como se constituíssem autênticas verdades reveladas, diante das quais ao aluno não restaria outra opção senão a de aceitá-las do modo mais acrítico possível. Dessa maneira, o aluno encontra imensas dificuldades para uma participação ativa no seu próprio processo de formação, conformando-se, o mais das vezes, com assimilar conhecimentos freqüentemente divorciados da realidade social, sem sobre eles formular quaisquer indagações críticas, o que o leva, na vida profissional, a assumir uma postura dogmática, ajudando, consciente ou inconscientemente, a manter o *status quo* implantado pelas classes socialmente dominantes. Os aspectos propriamente científicos e filosóficos do Direito, quando não são simplesmente negligenciados, são apresentados ao aluno, via de regra, dentro de um dogmatismo normativista que o induz à crença de que o Direito se reduz às leis e que estas devem ser consideradas como algo dado, a ser simplesmente interpretado e aplicado. Ignora-se, dessa maneira, o mais importante: que a elaboração teórica do Direito, como de qualquer outra ciência, resulta de um processo de construção e retificação de conceitos; que as normas jurídicas, também construídas, decorrem da opção por uma entre várias alternativas permitidas pela formulação teórica; que, tanto na elaboração das teorias como na construção das normas e na aplicação destas à realidade social, há todo um direcionamento ideológico que deve ser permanentemente submetido a crítica; que as leis foram feitas para a sociedade, e não a sociedade para as leis, de modo que a eficácia destas só pode ser medida, em última instância, por sua adequação à realidade social; que, por isso mesmo, as leis, embora devam ser cumpridas durante sua vigência, não podem prescindir de ser submetidas constantemente a questionamentos críticos que as renovem e lhes dêem vida.¹¹²

O preconceito tanto positivista quanto idealista segundo o qual a atividade científica nada mais é que uma apreensão de determinadas verdades, já existentes nos fatos, ou na natureza das coisas, ou no interior da consciência, é o principal responsável pelos três tipos básicos de dogmatismo jurídico já criticados nas p. 179-83: o da norma, o do fato e o dos princípios ideais. Qualquer desses posicionamentos epistemológicos aplicado ao ensino jurídico resulta numa visão estrábica do Direito, pois nenhum deles enfoca o problema jurídico dentro da estrutura relacional concreta em que ele se gera e se desenvolve no espaço-

tempo social. O dogma da norma, que é dominante, apresenta a legislação como objeto único do Direito; o do fato supõe que a construção científica nada mais é do que uma captação passiva das realidades; e o dos princípios ideais desvincula o Direito da ambiência social concreta em que ele se produz, para determiná-lo a partir de valores intangíveis. Todos eles servem esplendidamente para consagrar a ideologia imposta à sociedade pelas classes dominantes, pois consideram o objeto do conhecimento jurídico, seja ele a norma, o fato ou o valor, como algo dado e, por isso mesmo, não passível de ser questionado. Todas as concepções epistemológicas que ignoram o processo essencialmente construtivo das ciências e de suas aplicações práticas, vendo no objeto de conhecimento um simples dado, transferem tal concepção para o ensino, o qual passa também a ser dado, imposto a uma pura aceitação, como se os seus pressupostos e o conteúdo transmitido através dele constituíssem verdades intocáveis e absolutas, acima de qualquer crítica. É assim que o dogmatismo dominante na ciência e na Filosofia do Direito vai servir de base ao dogmatismo do ensino jurídico, o qual, por seu turno, retroalimenta e conserva o primeiro, num autêntico círculo vicioso, dentro de um sistema de pensamento extraordinariamente fechado. A maioria dos manuais de Introdução à ciência do Direito, por exemplo, ou simplesmente ignora qualquer abordagem científica sobre o fenômeno jurídico - alguns ignoram a própria existência de tal fenômeno -, consistindo em verdadeiras teorias gerais do Direito Positivo; ou formula nos primeiros capítulos uma teoria geral da ciência, de índole positivista ou idealista, mas raramente dialética, e apresenta depois uma ciência do Direito que pouco ou nada tem a ver com os princípios daquela teoria geral da ciência, a partir da própria definição da ciência jurídica como uma pretensa ciência normativa dogmática, como se fosse possível tal modalidade absurda de conhecimento científico. Depois, mesmo os que reconhecem a existência de outras realidades jurídicas que não apenas a lei, transferem o estudo de tais realidades para disciplinas como a sociologia e a deontologia jurídicas, e atribuem à ciência do Direito, *stricto sensu*, apenas o estudo da norma, aceita acriticamente como um dado oriundo do poder estatal e, nessa condição, passível de interpretação e aplicação, mas não de crítica. Dentro dessa visão estreita, que ainda domina o ensino jurídico no Brasil e no mundo, o Direito constituiria uma ciência singularíssima, cuja elaboração teórica se faria com base na parte técnica, isto é, na norma, ao invés de, como ocorre nas demais ciências, a técnica se fazer a partir da teoria, como aplicação desta.

Dentro desse quadro geral do ensino jurídico, que felizmente vem sendo questionado há certo tempo por pensadores de uma linha mais crítica, a formação predominante do bacharel em Direito tem sido tradicionalmente marcada, de um lado, por

uma improfícua erudição livresca - que ultimamente tem declinado bastante em virtude de modificações no sistema educacional - e, do outro, por um conservadorismo que faz do jurista um indivíduo muito mais preocupado com a exegese de textos legais, cujos fundamentos geralmente nem sequer indaga, do que com a possibilidade de transformar o Direito num propulsor de um desenvolvimento social integral, mediante o engajamento efetivo na superação de muitos angustiantes problemas que a vida social apresenta. Assim, “dentro desta lógica, baseada num pressuposto arbitrário de que o Direito é só isto, não espanta ver que um jurista, dilacerado entre a formação positivista e o engajamento político, enxergue na formação jurídica um obstáculo ao progresso, e com ela se desencante”.¹¹³ O sociólogo, o economista, o antropólogo, o psicólogo e outros cientistas sociais geralmente falam dos resultados de suas respectivas ciências, tanto em termos de elaboração teórica quanto de aplicações práticas. O jurista, ao contrário, sob o peso de uma formação dogmática que não o deixa sequer vislumbrar ciência alguma que constitua o referencial teórico de seu universo específico, limita-se a falar da lei, a procurar interpretá-la, mas raramente a critica em seus próprios pressupostos, pois sua formação mesma o induz a considerar a norma como algo perfeito e acabado, formalmente válido em si mesmo como produto do sistema de poder constituído. Daí o fato de o jurista estar a perder cada vez mais terreno na elaboração de conhecimentos teóricos sobre o social e, enquanto jurista, no processo de tomada de decisões. Afinal, ele próprio se atribui principalmente o conhecimento da forma das leis, e abre praticamente todo o espaço relativo ao conteúdo para outros cientistas sociais, pois, no fim de contas, crê que a análise e a crítica do conteúdo extrapolam os limites da ciência do Direito. É por isso que raramente um jurista é convidado a compor uma equipe interdisciplinar que se proponha elaborar conhecimentos novos sobre a realidade social e, quando tal acontece, sua participação consiste, no mais das vezes, em opinar sobre se tal ou qual procedimento contraria ou não a legislação vigente.¹¹⁴

Todo esse estado de coisas, aqui apresentado de uma maneira mais ou menos caricatural, é infelizmente real no universo concreto das atividades do jurista. E de modo algum acontece por acaso. Ao contrário: é extremamente coerente com a ideologia imposta à sociedade pelas classes dominantes. Com efeito, estas procuram efetivar, sob a máscara de uma pretensa universalidade, a consagração legal dos seus próprios interesses. Nada lhes é mais conveniente do que manter o jurista amarrado a uma formação dogmática que o transforme num dócil intérprete das leis - de preferência sob a ótica do sistema dominante -, e o impeça de formular juízos críticos que ponham em xeque a estrutura, os fundamentos e o funcionamento do sistema de poder estabelecido. Assim, muito freqüentemente, o jurista, que

lida diretamente com os mais fundamentais direitos humanos, paradoxalmente se aliena da essência social desses direitos, para ater-se ao formalismo de uma legislação que não raro os espezinha, em nome de uma suposta segurança que é muito mais das elites detentoras do poder, do que da sociedade como um todo, inclusive porque muitas vezes estabelecida contra as aspirações e os legítimos anseios de liberdade e igualdade dos segmentos oprimidos na estrutura social.

As ponderações que acabamos de apresentar deixam clara a imperiosa necessidade de operar-se uma autêntica ruptura em todo o sistema de ensino do Direito, paralelamente a uma idêntica ruptura em relação às concepções que têm norteado toda a prática teórica da ciência jurídica. É preciso, como recomenda LYRA FILHO, “transformar o dogma em problema”, com vista a uma “compreensão crítica e totalizadora do Direito”.¹¹⁵ Em outras palavras, urge libertar o Direito de todo dogmatismo, integrando-o dialeticamente ao contexto social de que ele é parte, como disciplina científica que constrói criticamente o seu próprio objeto e assim se constrói a si mesma dentro de condições históricas concretas. É preciso uma profunda tomada de consciência, por parte dos juristas, de que as normas podem ser realmente eficazes quando confrontadas, num incessante processo dialético, com os conteúdos que elas pretendem disciplinar. É preciso, enfim, que a ciência do Direito assuma uma postura ao mesmo tempo analítica e crítica, comprometendo-se com as realidades e aspirações da sociedade, sob o impulso de uma práxis libertadora.¹¹⁶ Só assim, o ensino do Direito pode ser concomitantemente libertado do dogmatismo que o oprime. Não será com simples reformas curriculares, mas com a definição de um novo tipo de ensino em consonância com um novo tipo de ciência jurídica dialeticamente integrada à realidade social, que se poderão propor novos objetivos para um ensino do Direito engajado na construção de uma sociedade melhor e mais justa.¹¹⁷ Só então o ensino jurídico deixará de constituir uma simples e alienada transmissão de conhecimentos, para assumir o caráter de atividade visceralmente ligada à pesquisa e à extensão, enriquecendo-as e enriquecendo-se com elas, dentro de um sistema universitário aberto à investigação e à crítica, em que os conhecimentos sejam produzidos em comum pelos professores com a participação ativa dos alunos, e em que as atividades interdisciplinares sejam muito mais do que uma mera justaposição de conhecimentos de áreas diferentes. Lutar para que, mesmo a prazo médio ou longo, o ensino jurídico se renove, rompendo com o seu atual conteúdo dogmático, é uma tarefa que, desde já, se impõe a todos quantos vêem no Direito um instrumento de libertação e de justiça social.

NOTAS AO CAPÍTULO IV

1. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cava1canti. *Sistema de ciência positiva do Direito*. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972, t. I, p. XXX.
2. Cf. MENEZES, Djacir. *Introdução à ciência do Direito*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1964, p. 192 (Grifos do autor).
3. Id. Ibid., p. 194-5.
4. Id. Ibid., p. 196.
5. RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Trad. de L. Cabral de Moncada. Coimbra, Arménio Amado, 1974, p. 186-7 (Grifos do autor)
6. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo, Saraiva, 1975, v. 2, p. 578.
7. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 202 (Grifos do autor).
8. cf. DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. Trad. de Antônio José Brandão. Coimbra, Arménio Amado, 1972, p. 49.
9. cf. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 203.
10. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 578.
11. cf. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 206.
12. Id. Ibid., p. 207.
13. cf. CRETELLA JÚNIOR, José. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro, Forense, 1977, p. 171.
14. Cf. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 68.
15. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 310.
16. Cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. *Teoria da ciência jurídica*. São Paulo, Saraiva, 1975, p. 17.
17. Id. Ibid., p. 19.
18. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 300 (Grifo do autor).
19. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cava1canti. Op. cit., t. 2, p. 67.
20. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 16.
21. Daí a afirmação de PASUKANIS: “En nuestros días el profeta del “derecho natural” renaciente, RUDOLF STAMMLER, sostiene que el “derecho justo” exige ante todo la sumisión al derecho positivo establecido aún si este último es “injusto”. PASUKANIS, Eugeny B. *Teoría general del Derecho y el marxismo*. Trad. de Fabián Hoyos. Medellín, La Pulga, 1976, p. 88 (Grifos do autor).
22. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 76-7.

23. “Este método, que expomos aqui, tem o nome de relativismo. E chama-se relativismo porque se propõe precisamente estabelecer a legitimidade de todos os “juízos de valor” apenas com relação a outros juízos superiores da mesma natureza, dentro do quadro duma certa concepção dos valores e do mundo, e não a legitimidade absoluta de quaisquer valores ou de quaisquer concepções do mundo em si mesmos (...). O relativismo vê apenas em cada uma das diferentes posições filosófico-jurídicas uma tentativa de aclaração; vê nelas outras tantas diferentes concretizações, repletas de personalidade, das diversas possibilidades admitidas no seu sistema de todos os sistemas, sem as quais uma filosofia relativista do Direito não passaria dum mundo de sombras sem forma e sem cor. Mas do que ele não pode prescindir é do direito de rejeitar as excessivas pretensões a uma universal validade por parte das diferentes tentativas, nem de tentar mostrar o nexo que as prende a determinados pressupostos filosóficos inerentes a uma certa concepção do mundo e da vida”. Id. Ibid., p. 55-6, 78 (Grifos do autor).

24. Cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 22.

25. Id. Ibid., p. 23.

26. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 29 (Grifos do autor)

27. Id. Ibid., p. 57 (Grifos do autor).

28. Cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 82.

29. DEL VECCHIO, Giorgio. Op. cit., p. 351-2 (Grifos nossos) .

30. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 303 (Grifo do autor).

31. Id. Ibid., v. 2, p. 307.

32. DEL VECCHIO, Giorgio. Op. cit., p. 384.

33. Cf. LITRENTO, Oliveiros Lessa. Curso de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1980, p. 191 (Grifos do autor).

34. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 367 (Grifos do autor).

35. Cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 88.

36. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 369.

37. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 368-9 (Grifos do autor).

38. CRETILLA JÚNIOR, José. Op. cit., p. 171.

39. “No plano do pensamento jurídico, esse irracionalismo historicista conclui em valorização do costume, manifestação espontânea (irracional) do espírito nacional (nacionalismo), e do caráter medievalizante e feudal (conservadorismo, reacionarismo). Tal foi, em última instância, o papel da Escola Histórica do Direito”. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 99.

40. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, n. 375-6.
41. Cf. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 74.
42. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 383 (Grifos do autor).
43. Vale a pena lembrar a gênese que DUGUIT confere à norma jurídica a partir de regras morais e econômicas inerentes à solidariedade, ligando, tanto quanto JHERING, a idéia de Direito à de coação, embora, para ele, seja sempre o Direito que legitima a coação, e aceitando implicitamente a teoria do mínimo ético de JELLINECK como critério de distinção entre o Direito e a Moral. A esse respeito, assim se manifesta DUGUIT em seu Tratado de Direito Constitucional: “Uma regra econômica ou moral torna-se norma jurídica quando na consciência da massa dos indivíduos, que compõem um grupo social dado, penetra a idéia de que o grupo ou os detentores da maior força podem intervir para reprimir as violações dessa regra”. Cf. REALE, Miguel. Op. cit., v. 2, p. 393 (Grifos do autor).
44. “A ciência do Direito” (para DUGUIT) “é ciência social, uma vez que é a ciência dos fatos sociais, nascidos das relações das vontades individuais conscientes; é uma ciência histórica e de observação”. MIAILLE, Michel. Uma introdução crítica ao Direito. Trad. de Ana Prata. Lisboa, Moraes, 1979, p.274.
45. O próprio PONTES DE MIRANDA assim define seu posicionamento epistemológico: “Não escondemos, não diminuimos a nossa admiração pela obra de AUGUSTE COMTE. Conhecemo-la, e não há menosprezá-la quando se conhece tão sensata, tão sólida e tão fecunda construção sistemática. Sobretudo a parte metodológica. Se quiséssemos classificar a própria filosofia que há nesta obra, não seria possível deixar de reputá-la positivista, porém neopositivista: apenas incorporamos o Direito ao conjunto das ciências, o que, na época que escreveu, não podia fazê-lo o filósofo francês”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Op. cit., t. 2, p. 7.
46. Cf. MARTINS, José Maria Ramos. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955, p. 35 (Tese de concurso).
47. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Op. cit., t. 1, p. 12.
48. BEVILÁQUA, Clóvis & NETO, Soriano. Dois discursos sobre um jurista. Rio de Janeiro, Borsoi, 1956, p. 10.
49. KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Trad. de João Baptista Machado. Coimbra, Arménio Amado, 1974, p. 7.
50. “O problema da justiça, enquanto problema valorativo, situa-se fora de uma teoria do Direito que se limita à análise do Direito Positivo como sendo a realidade jurídica”. Id. Ibid., p. 14.

51. Id. Ibid., p. 17.
52. Id. Ibid., p. 18.
53. Id. Ibid., p. 18.
54. Id. Ibid., p. 159.
55. Id. Ibid., p. 61-2.
56. PASUKANIS, Eugeny B. Op. cit., p. 60 (Grifo do autor) .
57. KELSEN, Hans. Op. cit., p. 297 (Grifos nossos).
58. “No topo da pirâmide kelseniana, vê-se claramente o artifício positivista. O Direito, segundo ele, é dever-ser, e se opõe ao fato; mas o que produz a norma fundamental é um fato, nessa perspectiva não jurídico, e praticamente reduzido à força bruta”. LYRA FILHO, Roberto. Para um Direito sem dogmas. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1980, p. 32.
59. KELSEN, Hans. Op. cit., p. 304.
60. Id, Ibid., p. 161 (Grifos do autor).
61. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 32 (Grifo do autor) .
62. cf. COSSIO, Carlos. La “causa” y la comprensión en el Derecho. Buenos Aires, Juarez, 1969, p. 57. Mais adiante, o autor observa que “la aparición óntica de los actos de conducta en interferencia intersubjetiva (...) ocurre (...) con independencia de lo que haga o piense el legislador, porque tales fenómenos, como actos, son actos de los sujetos del Derecho y no actos del legislador”. Id. Ibid., p. 90.
63. cf. COELHO, Luiz Fernando. Teoria da ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1974, p. 63 (Grifos do autor). O próprio COSSIO, criticando o normativismo kelseniano, esclarece sua posição a esse respeito: “La idea de que la norma jurídica es un juicio categórico, implícita en la concepción tradicional, no da margen para ligar, con enlace lógico, unas a continuación de las otras, las normas de un mismo plano normativo, porque el juicio categórico carece de estructura relacionante fuera de su intencionalidad. En consecuencia, esta concepción no suministra la estructura del enlace de una norma con otra en relación de coordinación, ni se hace cargo del correspondiente fenómeno incontrovertible de tránsito dinámico que nos lleva consecutivamente de una situación jurídica a otra como religación, en la experiencia. El juicio categórico, en tanto que estructura cerrada y encerrada en sí misma, coloca aisladas entre sí las múltiples normas, unas al lado de las otras, sin puentes de tránsito; de manera que la actualización sucesiva de “La voluntad del Derecho” concordaría con las normas con las que debe concordar, no porque siga un camino lógico trazado de antemano que la lleve a ello, sino por algo así como una misteriosa armonía pre-establecida entre norma y realidad”. COSSIO,

Carlos. Op. cit., p. 20 (Grifos do autor). Mais adiante, ele sustenta que “(...) unicamente en forma normativa se puede mentar la conducta en su viviente libertad”. Id. Ibid., p. 122.

64. cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. Op. cit., p. 167 (Grifos nossos).

65. RAPPOPORT, radicalizando a predição de ENGELS sobre o desaparecimento do Direito numa sociedade sem classes assim se pronuncia: “Com a socialização dos meios de produção desaparece a forma jurídica; numa economia organizada racionalmente, o Direito, que é irracional por natureza, nada tem a fazer”. Cf. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 259.

66. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 62.

67. “Nunca existiu, nem poderá existir, fase da vida humana com base exclusivamente econômica, a que não corresponda uma base jurídica”. DEL VECCHIO, Giorgio. Op. cit., p. 318. No entanto, a predição de que o Direito desaparecerá numa sociedade sem classes é reafirmada por muitos pensadores marxistas, inclusive por alguns dissidentes, como PASUKANIS, que, criticando a preocupação de certos juristas soviéticos em elaborar um direito próprio do proletariado em oposição ao direito burguês, assim se manifesta: “Esta tendencia, al exigir para el derecho proletario nuevos conceptos generales que le sean propios, parece ser revolucionaria por excelencia. Pero en realidad dicha tendencia proclama la inmortalidad de la forma jurídica, puesto que se esfuerza por sacar esta forma de las condiciones históricas determinadas que le han permitido desarrollarse completamente, y presentarlos como capaz de renovar-se permanentemente (...) La transición al comunismo evolucionado no se presenta como un paso a nuevas formas jurídicas, sino como una desaparición de la forma jurídica en cuanto tal, como una liberación frente a esta herencia de la época burguesa destinada a sobrevivir a la misma burguesia”. PASUKANIS, Eugeny B. Op. cit., p. 73, 77 (Grifos nossos).

68. cf. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 64 (Grifos do autor).

69. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 63.

70. COELHO, Luiz Fernando. Op. cit., p. 61 (Grifos do autor).

71. REALE, Miguel. O Direito como experiência. São Paulo, Saraiva, 1968, p. 121.

72. cf. REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo, Bushatsky, 1974, p. 76.

73. Id. Ibid., p. 76.

74. “Um fim não é outra coisa senão um valor reconhecido como motivo de conduta”. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Saraiva, 1975, v. 2, p. 477.

75. “(...) é no âmbito e em razão do “crítico ontogenológico” que se desenvolve a nossa “teoria tridimensional do Direito”. Id. Ibid., v. 1, p. 103 (Grifos do autor).

76. Observe-se, por exemplo, este trecho: “Enquanto que as ciências especulativas (explicativas ou puramente compreensivas) se limitam a enunciar leis que indicam conexões causais ou conexões de sentido, as ciências normativas vão além: prescrevem o caminho que deve ser seguido, tendo em vista a realização ou a preservação de algo reputado valioso”. Id. Ibid., v. 1, p. 240 (Grifos do autor). A nós parece que a possibilidade de uma ciência prescrever caminhos a serem seguidos representa verdadeira subversão do conceito de ciência, a não ser que tal prescrição se refira aos procedimentos técnicos necessários à aplicação da ciência, e não que esta, como supõe MIGUEL REALE, contenha em si mesma prescrições sobre como devem ou não comportar-se os indivíduos. É a norma, e não a ciência, que contém tais prescrições.

77. Id. Ibid., v. 2, p. 539.

78. “Para o jurista conservador, as normas do Direito Positivo - em última análise, subordinado ao poder estatal, mesmo quando admite outras fontes, secundárias - têm o alcance de dogmas indiscutíveis aos quais não se pode fugir (...) Assim é criada a grande ficção, que o jurista deseja transformar em realidade, com auxílio da lógica formal e do raciocínio dedutivo”. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 11 (Grifo do autor).

79. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 395 (Grifos nossos).

80. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Saraiva, 1975, v. I, p. 145 (Grifos nossos).

81. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 12.

82. Id. Ibid., p. 12-3 (Grifos do autor).

83. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. A ciência do Direito. São Paulo, Atlas, 1977, p. 41.

84. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 52 (Grifo do autor).

85. “Aliás, a separação das ciências é um expediente que visa a ocultar a redução arbitrária do Direito mesmo, porque este, na pauta positivista, pretende, em seguida, reger a própria elaboração correlata, ditando o objeto formal da sociologia jurídica, a partir da sua concepção normativa”. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 35 (Grifos do autor).

86. MARTINS, José Maria Ramos. Op. cit., p. 38.

87. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 18.

88. “Desta forma, o Direito é resultado de um processo criativo contínuo, no qual se destacam momentos de cristalização formal atualizada e concretizada através da interpretação e análise dos conteúdos nela implícitos, de acordo com os parâmetros do desenvolvimento e da dinâmica sócio-cultural”. BUGALLO ALVAREZ, Alejandro. Pressupostos epistemológicos para o estudo científico do Direito. São Paulo, Resenha Universitária, 1976, p. 13.

89. “E preciso convir que a real complexidade da vida social não pode resultar numa explicação simplista: esta tem de traduzir a complexidade”. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 60.

90. “(...) a consciência científica atual, descobrindo a necessidade da interdisciplinaridade, tanto na problematização dos objetos e conteúdos científicos, como na análise dos mesmos, contribuiu para realizar a excelência do estudo científico do Direito, que, por sua própria natureza, é um campo de investigação interdisciplinar, porquanto nele incidem elementos sociológico-político-econômicos, históricos, filosóficos e psicológicos”. BUGALLO ALVAREZ, Alejandro. Op. cit., p. 8. Sendo o Direito uma ciência social, o jurista deve não só procurar a melhor integração possível com cientistas de outras áreas, como também conhecer, ele mesmo, os princípios fundamentais das outras ciências sociais, sobretudo da Sociologia, que é, por assim dizer, a ciência dos aspectos mais gerais da sociedade. É nesse sentido que PONTES DE MIRANDA observa, com razão, que “(...) o Direito pressupõe no jurista o sociólogo que fundamentalmente deve ser”. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Op. cit., t. I, p. 283.

91. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 52 (Grifos do autor).

92. Id. Ibid., p. 175 (Grifos do autor).

93. “(...) uma ciência não existe em si e por si mesma, mas dentro de uma comunidade de saber da qual depende”. JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia da interdisciplinaridade nas ciências do homem. Rio de Janeiro, P.U.C, 1975, p. 7, mimeografado. A propósito, MIAILLE observa que a tendência de muitos juristas no sentido de tratar a ciência do Direito como algo apartado da realidade social é um dos principais obstáculos epistemológicos à sua própria autonomia científica: “Para desenvolver um estudo científico do Direito, temos de forçar três obstáculos epistemológicos tanto mais sólidos quanto mais “naturais” parecem: a aparente transparência do objeto de estudo, o idealismo tradicional da análise jurídica, a convicção, finalmente, de que uma ciência não adquire o seu estatuto senão isolando-se de todos os outros estudos”. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 57 (Grifo do autor).

94. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 35.

95. Cf. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 64.

96. Cf. BACHELARD, Gaston. A atualidade da história das ciências. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 22, jan./mar. 1972.

97. JAPIASSU, Hilton Ferreira. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 168 (Grifos do autor).

98. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 19.

99. “O que a realidade uniu, no processo histórico, não pode a metodologia separar, tomando o Direito fora do útero social e transformando-o num fantasma lógico-abstrato, para exercícios estruturalistas e qualificações deontológicas. Isto acaba transformando a ciência do Direito num rendilhado que oculta o direito integral, a pretexto de analisá-lo; e confina o Direito ao que, com tal nome, entendeu proclamar a classe dominante. Assim, é evidente, o Direito é escárnio de dominação contra os direitos populares”. Id. Ibid., p. 31 (Grifos do autor).

100. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 58.

101. Para uma epistemologia idealista, há um abismo intransponível entre o ser e o dever-ser, de modo que o segundo não pode, em caso algum, ser inferido do primeiro. RADBRUCH, por exemplo, sustenta que “preceitos normativos do dever-ser só de outros preceitos de idêntica natureza poderão dedutivamente extrair-se, sem que jamais possam fundar-se por indução sobre quaisquer “seres” ou juízos de existência”. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 50 (Grifos do autor). Estranha concepção da razão trabalhando sobre si mesma! Em termos práticos, a afirmação de que “preceitos normativos só de outros preceitos de idêntica natureza poderão extrair-se” implica numa retomada do positivismo normativista de Kelsen, para quem as normas jurídicas se validam em função das hierarquicamente superiores, ou seja, em última instância o sistema jurídico se valida por si mesmo. A nós parece muito claro que o conhecimento do que é constitui o necessário ponto de partida para o estabelecimento do que deve ser. A esse respeito, observa MIAILLE que, se “o imperativo não pode ser deduzido do indicativo - ou se ser e dever-ser são duas noções absolutamente irreduzíveis uma à outra -, é bem necessário que este imperativo, este dever-ser, seja formulado noutro lado, ou por “alguém” que não o homem”. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 239 (Grifo do autor). E LYRA FILHO, com a veemência que lhe é peculiar, indaga: “Aliás, quem demonstrou que o dever-ser não é um ser, uma realidade concreta? O sistema jurídico não é nunca abstração acadêmica; é criação viva, brotando do solo social e sob o impacto do subsolo em que repousa toda a estrutura. Donde sai o ordenamento? Da cabeça de Júpiter, como Minerva armada? Os dogmáticos demitem-se, afirmando que o assunto não lhes concerne e apontando para os compartimentos, que consideram estanques, dos sociólogos e politicólogos. É o corte epistemológico, num artifício teórico e numa saída prática, bastante indecorosa”. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 35.

102. MARTINS, José Maria Ramos. Ciência e crime. São Luís, Tip. São José, 1957, p. 14 (Tese de concurso) (Grifos do autor).

103. Cf. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 31.

104. MIAILLE, Michel. Op. cit., p. 19.

105. CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, PUC, 1971, p. 31, mimeografado.

106. Id. Ibid., p. 3 (Grifos nossos).

107. Observe-se como se posiciona acerca de uma pretensa igualdade em uma sociedade de classes um pensador idealista: “É sabido que a aspiração pela liberdade civil e a sua realização nos códigos brotam dos interesses e da força sempre crescente da burguesia. Mas essa liberdade era uma liberdade não só para ela como para todos, visto ser exigida em nome dum direito”. RADBRUCH, Gustav. Op. cit., p. 70 (Grifo do autor). Ora, pouco adianta que os códigos consagrem, de modo abstrato, liberdades iguais para todos, se na existência concreta das sociedades as maiores parcelas da população carecem das condições materiais mínimas para realizar essas liberdades, sendo, pelo contrário, compelidas, para sobreviver, a vender sua força de trabalho, geralmente a preço vil, já que o contingente de mão-de-obra barata é imenso, como resultado da desigualdade das relações econômicas, mantida pela burguesia em proveito próprio.

108. “As democracias liberais já sentem a clivagem do seu próprio sistema, de tal sorte que o Direito, ante as duas faces de Janus, a que alude DUVERGER, no exame das modernas tecnodemocracias (...), começou a preocupar-se com a síntese, num modelo preservando as liberdades políticas e eliminando as desigualdades sociais. Esse ponto de convergência, aliás, emerge insistentemente, nos juristas de mais funda preocupação social e até de propensão ou tendência ao socialismo (...). O debate entremostra, da mesma forma, a ligação incontornável do jurídico e do político”. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 41. MARX e ENGELS, aliás, perceberam perfeitamente a possibilidade da coexistência entre a liberdade e a igualdade, que infelizmente não tem sido posta em prática nas ditaduras comunistas: “Nós não somos comunistas que querem abolir a liberdade pessoal e transformar o mundo numa caserna ou numa grande oficina. Existem comunistas que querem suprimir a liberdade pessoal que, segundo eles, impede o caminho da harmonia. Mas nós não temos a menor vontade de comprar a igualdade ao preço da liberdade. Seria portanto sensato que nos uníssemos para alcançar o que pede KARL HEINZEN: uma vez atingido este objetivo, e se o povo estiver satisfeito e quiser parar, nós nos submeteremos à sua vontade”. Cf. SETTEMBRINI, Domenico. Socialismo marxista e socialismo liberal. In: BOBBIO, Norberto et alii. O marxismo e o Estado. Trad. de Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 87.

109. RUFFOLO, Giorgio. Igualdade e democracia no projeto socialista. In: BOBBIO, Norberto et alii. Op. cit., p. 204-5. 110. CHAUÍ, Marilena. Crítica e ideologia. Cadernos SEAF, Rio de Janeiro. Vozes, (I) : 21, ago. 1978 (Grifos da autora).

111. “Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque, recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção”. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 96-7 (Grifos do autor).

112. “Bem se encaixa, neste ponto, a tautologia denunciada pelo sociólogo PODGORECKI: “Advogados e jurisconsultos, educados no espírito do legalismo dogmático (...), acreditam que o Direito se define por sua validade ou por ser produzido pelos órgãos estatais autorizados”. Diante disso, argumenta o mestre de Varsóvia: “Não parecem preocupados com a natureza obviamente tautológica de tal posição. Na verdade, se direito é o que é válido, e não é direito o que não o é, uma pergunta emerge: em que princípio se funda a própria validade? Os que se dispõem a desprezar a tautologia responderiam que o válido o é, por ser jurídico. Alguns advogados dogmáticos, mais escrupulosos, modificariam um pouco essa posição, dizendo que o válido o é, devido à sua produção por um poder autorizado. Mas que princípio o autoriza? Um princípio jurídico - é a resposta. Assim, reaparece a tautologia, apesar de ampliado o raio do círculo”. LYRA FILHO, Roberto. Op. cit., p. 32.

113. Id. Ibid., p. 15 (Grifos do autor).

114. “Talvez seja por isso que se desencanta o jovem estudante de Direito. Talvez seja por isso que, dizem, o curso jurídico atrai os alunos acomodados, os carneirinhos dóceis, os bonecos que falam com a voz do ventríloquo oficial, os secretários e office boys engalanados de um só legislador, que representa a ordem dos interesses estabelecidos. O uso do cachimbo dogmático entorta a boca, ensinada a recitar, apenas, artigos, parágrafos e alíneas de “direito oficial”. Mas então, é também uma injustiça cobrar ao estudante a mentalidade assim formada, como se fosse um destino criado por debilidade intrínseca do seu organismo intelectual. Sendo as refeições do curso tão carentes de vitaminas, que há de estranhar na resultante anemia generalizada?” LYRA FILHO, Roberto. O Direito que se ensina errado. Brasília, UnB. Centro Acadêmico de Direito, 1980, p. 28 (Grifos do autor).

115. LYRA FILHO, Roberto. Para um Direito sem dogmas. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1980, p. 42.

116. cf. LYRA FILHO, Roberto. Para um Direito sem dogmas. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1980, p. 42.

117. Em sua magistral aula inaugural dos cursos da Faculdade Nacional de Direito, em 1955, SANTIAGO DANTAS já revelava preocupação com esse problema: “O ponto de onde, a meu ver, devemos partir, nesse exame do ensino que hoje praticamos, é a definição do próprio objetivo da educação jurídica. Quem percorre os programas de ensino das nossas escolas, e sobretudo quem ouve as aulas que nelas se proferem, sob a forma elegante e indiferente da velha aula-douta coimbrã, vê que o objetivo atual do ensino jurídico é proporcionar aos estudantes o conhecimento descritivo e sistemático das instituições e normas jurídicas. Poderíamos dizer que o curso jurídico é, sem exagero, um curso dos institutos jurídicos, apresentados sob a forma expositiva de tratado teórico-prático”. DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. Revista Forense. Rio de Janeiro. Forense, 159: 452, 1955 (Grifos nossos). Ainda com respeito a um ensino jurídico vinculado a uma nova concepção da ciência do Direito, assim se expressa LYRA FILHO: “(...) o importante a destacar é outra coisa: parece-me que existe um equívoco generalizado e estrutural na própria concepção do direito que se ensina. Daí é que partem os problemas; e, desta maneira, o esforço deste ou daquele não chega a remediar uma situação globalmente falsa. É preciso chegar à fonte, e não às conseqüências. É preciso tentar convencer a todos (...) de que temos de repensar o ensino jurídico, a partir de sua base: *o que é Direito, para que se possa ensiná-lo?* Noutras palavras, não é a reforma de currículos e programas que resolveria a questão. As alterações que se limitam aos corolários programáticos ou curriculares deixam intocado o núcleo e pressuposto errôneo”. LYRA FILHO, Roberto. O Direito que se ensina errado. Brasília, UnB. Centro Acadêmico de Direito, 1980, p. 6 (Grifos nossos).

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

- BASCUNÁN VALDÉS, Aníbal. Manual de técnica de la investigación jurídica. Santiago, Jurídica de Chile, 1971.
- BOBBIO, Norberto et alii. O marxismo e o Estado. Trad. de Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CAMPOS, Carlos. Sociologia e Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1943.
- ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Trad. de João Baptista Machado. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Teoria da norma jurídica. Rio de Janeiro. Forense, 1978.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- KILPATRICK, William Heard. Educação para uma civilização em mudança. Trad. de Noemy S. Rudolfer. São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- LIMA, Hermes. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1962.
- LOPEZ BLANCO, Pablo. La ontología jurídica de Miguel Reale. São Paulo, Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. Introdução à ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1963, 2 v.
- MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Ensino e profissionalização do bacharel em Direito no Maranhão. Rio de Janeiro, P.U.C., 1979 (Dissertação de Mestrado).
- PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução axiológica ao Direito, Rio de Janeiro, Forense, 1977.
- RODRIGUEZ GREZ, Pablo. De la relatividad jurídica. Santiago, Jurídica de Chile, 1965.
- STEIN, Suzana Albornoz. Por uma educação libertadora. Petrópolis, Vozes, 1977.
- STERNBERG, Theodor. Introducción a la ciencia del Derecho. Trad. de José Rovira y Ermengol. México, Nacional, 1967.
- STONE, Julius. El Derecho y las ciencias sociales. Trad. de Remigio Jasso. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. Educação e o mundo moderno. São Paulo, Nacional, 1977.
- VILANOVA, Lourival. Lógica jurídica. São Paulo, Bushatsky, 1976.
- VILLELA, João Baptista. Ensino do Direito: equívocos e deformações. Revista Educação, Brasília, M.E.C. (12) : 40-8, abr./jun. 1974.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, sintetizaremos os mais importantes princípios que orientaram a elaboração deste trabalho:

a) O conhecimento sempre resulta da relação entre o sujeito e o objeto, em que o primeiro desses elementos é que toma a iniciativa. Todo conhecimento implica num processo de construção, mediante o qual o objeto de conhecimento tende a identificar-se com o objeto real, sem contudo atingi-lo em sua plenitude. A aproximação entre o objeto de conhecimento e o objeto real não é linear nem contínua, visto que se opera através de cortes ou rupturas.

b) Tanto o empirismo quanto o racionalismo, sobretudo em suas formas mais radicais representadas pelo positivismo e pelo idealismo, são insuficientes para explicar a gênese e as características da elaboração dos conhecimentos, porque separam os termos da relação cognitiva, privilegiando ora um, ora outro, e assumindo, desse modo, um posicionamento metafísico. As epistemologias dialéticas, abordando o problema do conhecimento dentro das condições em que ele efetivamente ocorre na relação sujeito-objeto, é que podem explicar mais eficientemente a produção dos conhecimentos, sobretudo os de natureza científica.

c) Não se passa diretamente do conhecimento comum para o conhecimento científico, através de um simples refinamento ou sofisticação do primeiro. Esses tipos de conhecimento são de naturezas bem diversas, a tal ponto que o conhecimento científico se constitui rompendo com as evidências do senso comum.

d) Ciência é discurso, teoria, que resulta de um processo de construção e retificação de conceitos. Por isso, todas as teorias científicas contêm um conhecimento apenas aproximado, retificável, em parte verdade e em parte erro. A maturidade de uma ciência é tanto maior quanto mais ela questiona seus princípios e proposições, submetendo-os a uma crítica incessante. Não existe a ciência, mas ciências concretas, específicas, que no entanto possuem pontos comuns, aos quais podemos chegar por abstração.

e) As ciências, tanto em sua elaboração teórica quanto em suas aplicações técnicas, não estão absolutamente isentas da influência da ideologia dominante na sociedade. O cientista não pode nem deve ser completamente neutro, pois a prática teórica já implica em um engajamento, em função de uma opção não despojada de conteúdo axiológico. O que se lhe exige é que não manipule seu objeto de estudo para amoldá-lo aos seus preconceitos e convicções subjetivas.

f) A classificação das ciências se faz muito mais com base em seus enfoques teóricos e nos problemas específicos que elas se propõem, do que em relação ao objeto. O objeto real, em si mesmo, não constitui critério seguro para qualquer classificação, podendo em princípio ser abordado por diversas disciplinas científicas. Estas é que constroem, a partir de suas preocupações teóricas peculiares, o objeto científico, ou seja, o objeto de conhecimento sobre o qual se realizam as investigações.

g) Não há um método único, que por si mesmo garanta a cientificidade de qualquer proposição teórica. O método é construído em função da teoria direcionadora da pesquisa, do problema formulado e da natureza do objeto de conhecimento. Cabe ao cientista elaborar o método que lhe pareça mais adequado a cada pesquisa concreta, cuja validade só pode ser determinada dentro de uma visão retrospectiva. Há pontos comuns, usuais, no percurso metodológico, mas eles não podem ser considerados como regras fixas, a serem rigorosamente observadas em qualquer investigação científica.

h) O conhecimento das características do espaço-tempo é fundamental em qualquer atividade científica, porque os fenômenos são interiores às condições espaço-temporais localizadas. Não há ciência a-histórica, que se processe fora da realidade concreta da sociedade.

i) A ciência do Direito, como qualquer outra, decorre de um trabalho de construção da teoria, do método, do objeto etc. Por isso, suas proposições nunca são absolutas, mas aproximadas e retificáveis.

j) O fenômeno jurídico é interior ao espaço-tempo social, onde surge e se modifica por diferenciação das relações. Em razão de seu caráter eminentemente n-dimensional, ele jamais pode ser encontrado em estado puro. A ciência do Direito o constrói como objeto científico, a partir dos seus enfoques teórico-problemáticos específicos. Para formular proposições de cunho integral sobre seu objeto, a ciência jurídica não pode prescindir da colaboração de outras disciplinas sociais, numa perspectiva interdisciplinar.

l) O método jurídico faz parte do processo de elaboração teórica, e sua validade não pode ser estabelecida a priori, mas sempre em função da natureza de cada pesquisa concreta.

m) A ciência do Direito se aplica normativamente, mas não é ciência normativa, pois não existe tal tipo de ciência. As normas constituem o momento técnico, prático, da elaboração jurídico-científica. Elas não devem traduzir simplesmente o arbítrio do poder estatal, ou a vontade do legislador, mas sim consagrar os valores e aspirações do corpo social

à luz dos resultados da ciência jurídica. É através do confronto com a realidade social que se pode determinar a eficácia das normas jurídicas.

n) Tanto as correntes empiristas como as idealistas, que tentam explicar a natureza do Direito, se caracterizam por um posicionamento essencialmente dogmático no trato do problema jurídico. Esse dogmatismo apresenta um triplice aspecto, conforme se concentre na norma, no valor, ou no fato. As proposições de tais correntes constituem verdadeiros obstáculos epistemológicos ao estudo científico do Direito, só podendo ser superados através de um enfoque dialético mediante o qual se aborde o Direito dentro de suas condições concretas de existência, numa perspectiva engajada e libertadora.

o) O papel da Filosofia do Direito consiste em dinamizar e dar vida à ciência jurídica, partindo das proposições que esta aceita como verdadeiras e submetendo-as a uma crítica permanente que ponha em xeque os fins e o sentido do Direito, dentro dos objetivos de uma justiça social concreta e efetiva, que se realize em condições de igualdade e liberdade dos cidadãos.

p) O ensino jurídico precisa procurar libertar-se, paralelamente à ciência do Direito, de toda uma carga dogmática que o aliena. Para tanto, há que voltar-se para o objetivo fundamental da educação, que é a formação de uma consciência livre e crítica que possibilite ao jurista participar ativamente do processo de desenvolvimento integral comprometendo-se com as realidades e aspirações da sociedade e lutando pela construção de um mundo livre e igualitário, onde reinem a justiça e a paz.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. Trad. Lisboa, Presença, 1970.

BACHELARD, Gaston. A atualidade da história das ciências. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 22-6, jan./mar. 1972.

_____. Conhecimento comum e conhecimento científico. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 27-46, jan./mar. 1972.

_____. Epistémologie. Textes choisis. Paris, PUF, 1971.

_____. Filosofia do novo espírito científico. Trad. de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa, Presença, 1972.

- _____. La formation de l'esprit scientifique. Paris, Vrin, 1938.
- _____. Le nouvel esprit scientifique. Paris, PUF, 1940.
- _____. Le rationalisme appliqué. Paris, PUF, 1949.
- _____. A retificação dos conceitos. Trad. de Péricles Trevisan. Rio de Janeiro, PUC, 1975, mimeografado.
- BASCUNÁN VALDÉS, Aníbal. Manual de técnica de la investigación jurídica. Santiago, Jurídica de Chile, 1971.
- BEVILÁQUA, Clóvis & NETO, Soriano. Dois discursos sobre um jurista. Rio de Janeiro, Borsoi, 1956.
- BEZERRA FILHO, Cabral. Ciência da História. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 9-29.
- BLALOCK JR., H. M. Introdução à pesquisa social. Trad. de Elisa L. Caillaux. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- BOBBIO, Norberto et alii. O marxismo e o Estado. Trad. de Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- BOURDIEU, Pierre et alii. Le Métier de sociologue. Paris, Mouton, Bordas, 1968.
- BUGALLO ALVAREZ, Alejandro. Pressupostos epistemológicos para o estudo científico do Direito. São Paulo, Resenha Universitária, 1976.
- BUNGE, Mario. La ciencia, su método y su filosofía. Buenos Aires, Siglo XX, 1973.
- CAMPOS, Carlos. Sociologia e Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1943.
- CANGUILHEM, Georges. Etudes d'histoire et de philosophie des sciences. Paris, Vrin, 1970.
- _____. O objeto da história das ciências. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 7-21, jan./mar. 1972.
- _____. Sobre uma epistemologia concordatária. Trad. de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (28): 47-56, jan./mar., 1972.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Rio de Janeiro, P.U.C, 1971, mimeografado.
- _____. A periodização e a ciência da História. Rio de Janeiro, P.U.C, 1977, mimeografado.
- CHAUÍ, Marilena. Crítica e ideologia. Cadernos SEAF, Rio de Janeiro, Vozes, (1): 17-32, ago. 1978.
- COELHO, Luiz Fernando. Teoria da ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1974.
- COSSIO, Carlos. La "causa" y la comprensión en el Derecho. Buenos Aires, Juarez, 1969.

CRETELLA JÚNIOR, José. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

CUVILLIER, Armand. Introdução à Sociologia. Trad. de Pedro Lisboa. Rio de Janeiro, Andes, 1954.

DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. Revista Forense, Rio de Janeiro, Forense, 159: 449-58, 1955.

DEL VECCHIO, Giorgio. Lições de Filosofia do Direito. Trad. de António José Brandão. Coimbra, Arménio Amado, 1972.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Trad. São Paulo, Nacional, 1963.

ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Trad. de João Baptista Machado. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1864.

ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. A ciência do Direito. São Paulo, Atlas, 1977.

_____. Teoria da norma jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

FEYERABEND, Paul K. Contra el método. Trad. de Francisco Hernán. Barcelona, Ariel, 1974.

FEYERABEND, Paul K. Problemas de microfísica. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 245-58.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Trad. de Luís Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro, Forense, 1970.

GALTUNG, Johan. Teoría y métodos de la investigación social. Trad. Buenos Aires, UBA, 1966.

GOLDMANN, Lucien. Epistemología de la Sociología. In: PIAGET, Jean et alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemología de las ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972, p. 66-87.

GOODE, William Josiah & HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. Trad. de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo, Nacional, 1977.

GRÜNBAUM, Adolf. Espaço e tempo. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 171-84.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social. Projeto e planejamento. São Paulo, T. A. Queiroz, 1978.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia da interdisciplinaridade nas ciências do homem. Rio de Janeiro, P.U.C, 1975, mimeografado.

_____. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

KAPLAN, Abraham. Metodologia para as ciências do comportamento. Trad. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Trad. de João Baptista Machado. Coimbra, Arménio Amado, 1974.

KILPATRICK, William Heard. Educação para uma civilização em mudança. Trad. de Noemy S. Rudolfer. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal - lógica dialética. Trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

LIMA, Hermes. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1962.

LINS, Mário. Espaço-tempo e relações sociais. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1940.

LITRENTTO, Oliveiros Lessa. Curso de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1980.

LOPEZ BLANCO, Pablo. La ontología jurídica de Miguel Reale. São Paulo, Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

LUZ, Marco Aurélio. Por uma nova Filosofia. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 30-86.

LYRA FILHO, Roberto. O Direito que se ensina errado. Brasília, UnB. Centro Acadêmico de Direito, 1980.

_____. Para um Direito sem dogmas. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1980.

MACHADO NETO, Antônio Luís. Introdução à ciência do Direito. São Paulo, Saraiva, 1963, 2 v.

_____. Teoria da ciência jurídica. São Paulo, Saraiva, 1975. MANN, Peter H. Métodos de investigação sociológica. Trad. de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Ensino e profissionalização do bacharel em Direito no Maranhão. Rio de Janeiro, P.U.C, 1979 (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José Maria Ramos. Ciência e crime. São Luís, Tip. São José, 1957 (Tese de concurso).

_____. Discurso de posse como Reitor da Universidade do Maranhão. São Luís, UFMA, 1975, mimeografado.

_____. Da noção de espaço ao fenômeno jurídico. São Luís, M. Silva & Filhos, 1955 (Tese de concurso).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MIAILLE, Michel. Uma introdução crítica ao Direito. Trad. de Ana Prata. Lisboa, Moraes, 1979.

MENEZES, Djacir. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1964.

MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

NAGEL, Ernest. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). Filosofia da ciência. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 11-24.

NAGEL, Ernest. La estructura de la ciencia. Trad. Buenos Aires, Paidós, 1968.

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social. São Paulo, Nacional, 1973.

PARSONS, Talcott (org.). A sociologia americana. Perspectivas, problemas, métodos. Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, 1970.

PASUKANIS, Eugeny B. Teoría general del Derecho y el marxismo. Trad. de Fabián Hoyos. Medellín, La Pulga, 1976.

PAULI, Evaldo. Manual de metodologia científica. São Paulo, Resenha Universitária, 1976.

PAUPÉRIO, Artur Machado. Introdução axiológica ao Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

PIAGET, Jean. Psicologia e epistemologia. Por uma teoria do conhecimento. Trad. de Agnes Cretella. Rio de Janeiro, Forense, 1973.

PIAGET, Jean et alii. Lógica y conocimiento científico. Epistemologia de las ciencias humanas. Trad. de Hugo Acevedo. Buenos Aires, Proteo, 1972.

PIRES, Eginardo. A teoria da produção dos conhecimentos. In: ESCOBAR, Carlos Henrique et alii. Epistemologia e teoria da ciência. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 161-97.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Introdução à Sociologia Geral. Rio de Janeiro, A.B.L., 1926.

_____. Sistema de ciência positiva do Direito. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972, 4 t.

POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

- RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Trad. de L. Cabral de Moncada. Coimbra, Arménio Amado, 1974.
- REALE, Miguel. *O Direito como experiência*. São Paulo, Saraiva, 1968.
- _____. *Filosofia do Direito*. São Paulo, Saraiva, 1975, 2 v.
- _____. *Lições preliminares de Direito*. São Paulo, Bushatsky, 1974.
- RODRÍGUEZ GREZ, Pablo. *De la relatividad jurídica*. Santiago, Jurídica de Chile, 1965.
- RUFFOLO, Giorgio. Igualdade e democracia no projeto socialista. In: BOBBIO, Norberto et alii. *O marxismo e o Estado*. Trad. de Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 203-24.
- SCHRADER, Achim. *Introdução à pesquisa social empírica*. Trad. de Manfredo Berger. Porto Alegre, Globo, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- SELLTIZ, Claire et alii. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Herder, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- SETTEMBRINI, Domenico. Socialismo marxista e socialismo liberal. In: BOBBIO, Norberto et alii. *O marxismo e o Estado*. Trad. de Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 79-90.
- STEIN, Suzana Albornoz. *Por uma educação libertadora*. Petrópolis. Vozes, 1977.
- STERNBERG, Theodor. *Introducción a la ciencia del Derecho*. Trad. de José Rovira y Ermengol. México, Nacional, 1967.
- STONE, Julius. *El Derecho y las ciencias sociales*. Trad. de Remigio Jasso. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo, Nacional, 1977.
- THUILLIER, Pierre. *Jeux et enjeux de la science*. Paris, Laffont, 1972.
- VILANOVA, Lourival. *Lógica jurídica*. São Paulo, Bushatsky, 1976.
- VILLELA, João Baptista. Ensino do Direito: equívocos e deformações. *Revista Educação*, Brasília, M.E.C., (12): 40-8, abr./jun., 1974.
- WARAT, Luís Alberto. *Objetividade e objetivação*. São Leopoldo, UNISINOS, 1978, mimeografado.
- WARAT, Luís Alberto, et alii. *Filosofia e teoria social*. Florianópolis, U.F.S.C., 1979, mimeografado.
- WEBER, Marx. *Ensaio sobre a teoria da ciência*. Trad. Lisboa, Presença, 1969.
- _____. *Ensayos de sociología contemporánea*. Trad. de Mireia Boffil. Barcelona, Martínez Roca, 1972.

ÍNDICE DA MATÉRIA

Nota do autor	5
Apresentação	6
Prefácio	8
Capítulo I: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO	12
1. Empirismo	13
2. Racionalismo	14
3. Crítica ao empirismo e ao racionalismo: a dialética.....	19
3.1. Materialismo histórico.....	24
3.2. Epistemologia genética.....	26
3.3. Epistemologia histórica	27
3.4. Epistemologia crítica	28
NOTAS AO CAPÍTULO I.....	29
BIBLIOGRAFIA ADICIONAL.....	37
Capítulo II: O CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	38
1. Considerações sobre o senso comum	38
2. Para uma compreensão do conceito de ciência	40
2.1. O papel da teoria.....	43
2.1.1. Teoria e prática	43
2.1.2. O conteúdo ideológico.....	45
2.2. O objeto	49
2.3. O método	49
3. Ciência e filosofia.....	56
NOTAS AO CAPÍTULO II.....	58
BIBLIOGRAFIA ADICIONAL.....	65
Capítulo III: AS CIÊNCIAS SOCIAIS	67
1. Ciências sociais e ciências naturais	67
2. Espaço, tempo e matéria sociais	72
2.1. O espaço-tempo na Geometria e na Física	72
2.2. O espaço-tempo social.....	75
2.3. A matéria social: considerações epistemológicas.....	78
NOTAS AO CAPÍTULO III	80

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL.....	86
Capítulo IV: A CIÊNCIA DO DIREITO	88
1. Conceito: o direito como ciência social.....	88
1.1. Correntes idealistas.....	91
1.1.1. O jusnaturalismo.....	91
1.1.2. O criticismo kantiano	93
1.1.3. O idealismo hegeliano	94
1.1.4. O idealismo jurídico contemporâneo.....	95
1.2. Correntes empiristas	101
1.2.1. A Escola da Exegese.....	102
1.2.2. A Escola Histórica	103
1.2.3. A Escola Sociológica.....	105
1.2.4. O dogmatismo normativista de Kelsen.....	109
1.2.5. O egologismo existencial de Cossio.....	112
1.3. Outras correntes	114
1.3.1. O materialismo histórico	114
1.3.2. O tridimensionalismo jurídico de Reale	116
1.4. Crítica ao dogmatismo empirista e idealista: a dialética jurídica	118
2. Objeto	122
3. Método.....	126
4. O papel da filosofia do direito	132
5. Uma última palavra: sobre o ensino do direito.....	136
NOTAS AO CAPÍTULO IV	141
BIBLIOGRAFIA ADICIONAL.....	152
CONCLUSÃO.....	153
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	155